



SENADO FEDERAL

SECRETARIA DE COMISSÕES  
COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO  
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT

4ª SESSÃO LEGISLATIVA  
54ª LEGISLATURA

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2014

Brasília – DF



# SUMÁRIO

---

APRESENTAÇÃO.....	<b>5</b>
1 COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO .....	<b>6</b>
2 REUNIÕES DA COMISSÃO .....	<b>8</b>
3 DEMONSTRATIVOS GRÁFICOS DO ANO DE 2014 .....	<b>9</b>
4 AUDIÊNCIAS PÚBLICAS.....	<b>13</b>
4.1 AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DO PROGRAMA NACIONAL DE BANDA LARGA - PNBL.....	<b>55</b>
5 PROPOSIÇÕES APRECIADAS .....	<b>79</b>
5.1 SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.....	<b>79</b>
5.2 PROJETO DE LEI DO SENADO – PLS (TERMINATIVO).....	<b>79</b>
5.3 PROJETO DE LEI DO SENADO – PLS (NÃO TERMINATIVO).....	<b>80</b>
5.4 PROJETO DE LEI DA CÂMARA – PLC (NÃO TERMINATIVO).....	<b>82</b>
5.5 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO (PDS) .....	<b>83</b>
5.6 REQUERIMENTOS (RCT).....	<b>114</b>
5.7 OFÍCIOS “S” (OFS).....	<b>122</b>
6 EMENDAS DA CCT AO PROJETO DE LEI Nº 03/2014 – CN (PLDO).....	<b>126</b>
7 EMENDAS DA CCT AO PROJETO DE LEI Nº 13/2014 – CN (PLOA) .....	<b>127</b>



# A PRESENTAÇÃO

---

Senhoras Senadoras e Senhores Senadores,

É com imensa satisfação que essa Presidência divulga o relatório de atividades realizadas pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal no ano de 2014, fechando o biênio 2013-2014 sob a nossa gestão.

A CCT do Senado Federal ocupa, ano após ano, lugar de destaque nos trabalhos legislativos desta Casa, seja pelo grande volume de matérias que foram apreciadas e deliberadas, seja também pela relevância dos temas que foram alvo dos trabalhos do plenário desta Comissão.

Como de praxe, os números da CCT são superlativos: em 2014, um ano atípico devido à realização da Copa do Mundo e também pelo transcurso do pleito eleitoral majoritário, realizamos 30 reuniões na CCT, sendo 18 deliberativas, para a apreciação de mais de 300 proposições, e 12 audiências públicas. Ao longo dos 2 anos sob esta Presidência foram 72 reuniões, entre deliberativas e audiências públicas, com mais de 670 matérias apreciadas.

Dentre as matérias e temas relevantes tratados na CCT, no curso desses 2 anos, podemos citar: a destinação da faixa de 700 MHz para a telefonia de 4ª geração e o *switch off* da TV Analógica; o Marco Civil da Internet e a aprovação do PLC nº 21 de 2014; o PLS nº 293 de 2012 (recebido no Senado como Substitutivo da Câmara dos Deputados – SCD nº 293, de 2012),

Merecem maior destaque, ainda, os trabalhos realizados pela CCT sobre duas importantes matérias: a Subcomissão de Terras Raras, em 2013, que além do relatório apresentado pelo Senador Luiz Henrique, resultou na apresentação do PLS nº 529 de 2013 pela CCT; e a avaliação de políticas públicas, conforme estatuído pelo artigo 96-B do RISF, que sob a relatoria do Senador Anibal Diniz avaliou o Programa Nacional de Banda Larga – PNBL em 2014.

Cabe destacar ainda, neste último particular, que além do relatório de avaliação do PNBL, o Senador Anibal Diniz apresentou nada menos do que seis PLS resultantes dos trabalhos, e que certamente irão preencher a pauta de debates e deliberações da Casa em várias oportunidades.

Ambos os trabalhos renderam grandes resultados e também foram alvo de ampla cobertura dos veículos de imprensa da Casa, como no caso das matérias veiculadas na revista *Em Discussão!*, e tudo isso denota a já consolidada vocação da CCT para o acompanhamento e definições sobre grandes e relevantes temas dos cenários político e econômico nacionais.

Esta Presidência aproveita a oportunidade para renovar os agradecimentos aos colegas senadores e senadoras que abrilhantam o plenário da Comissão por seu empenho no exercício do mandato e participação nos trabalhos da CCT.

Senador **ZEZE PERRELLA**

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,  
Comunicação e Informática do SENADO FEDERAL

# **C**OMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

---

**1**



**Senador ZEZE PERRELLA – Presidente**



**Senador ALFREDO NASCIMENTO – Vice-Presidente**

# COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT

PRESIDENTE: SENADOR ZEZE PERRELLA – PDT/MG

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ALFREDO NASCIMENTO – PR/AM

(17 TITULARES E 17 SUPLENTES)

## TITULARES

## SUPLENTES

<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCDOB, PSOL, PRB)</b>			
Angela Portela – PT	RR – 6103/6104	1. Delcídio do Amaral – PT	MS – 2452/2457
Zeze Perrella – PDT	MG – 2191	2. Rodrigo Rollemberg – PSB	DF – 6640/6641
Walter Pinheiro – PT	BA – 6790/6788	3. Cristovam Buarque – PDT	DF – 2281
João Capiberibe – PSB	AP – 9011/9014	4. Lídice Da Mata – PSB	BA – 6408/6417
Anibal Diniz – PT	AC – 4547/4546	5. Marcelo Crivella – PRB	RJ – 5225/5730
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)</b>			
Lobão Filho – PMDB	MA – 2311/2314	1. Vital Do Rêgo – PMDB	PB – 6747
João Alberto Souza – PMDB	MA – 6352/6349	2. Ricardo Ferraço – PMDB	ES – 6590
Valdir Raupp – PMDB	RO – 2252/2253	3. Ivo Cassol – PP	RO – 6328/6329
Luiz Henrique – PMDB	SC – 6446/6447	4. Benedito De Lira – PP	AL – 6144/6151
Ciro Nogueira – PP	PI – 6185/6187	5. (Vago)	
Sérgio Petecão – PSD	AC – 6706/6713	6. (Vago)	
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD)</b>			
Aloysio Nunes Ferreira – PSDB	SP – 6063/6064	1. Cássio Cunha Lima – Psdb	PB – 9808/9806
Flexa Ribeiro – PSDB	PA – 2342	2. Cícero Lucena – PSDB	PB – 5800/5805
José Agripino – DEM	RN – 2361/2362	3. Maria Do Carmo Alves – DEM	SE – 1306/4055
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)</b>			
Gim – PTB	DF – 1161/1547	1. (Vago)	
Alfredo Nascimento – PR	AM – 1166	2. (Vago)	
Eduardo Amorim – PSC	SE – 6205	1. (Vago)	

Atualizada em: 18-12-2014

**Reunião:** Terças-feiras às 9h

**Secretária:** Égli Lucena Heusi Moreira

**Telefones da Secretaria:** 3303-1120/3623

**E-mail:** scomcct@senado.leg.br

# REUNIÕES DA COMISSÃO

# 2

## TOTAL DE REUNIÕES CONVOCADAS E REALIZADAS FEVEREIRO/DEZEMBRO 2014

TABELA 1 – RESUMO POR MODALIDADE

Tipo	Quantidade
Reuniões Extraordinárias Realizadas	30
Reuniões Deliberativas Realizadas (RD)	18
Audiências Públicas Realizadas (AP)	07
Audiências Públicas Conjuntas (AC)	05
<b>Total de Reuniões Realizadas</b>	<b>30</b>

TABELA 2 – QUADRO POR TIPO DE PROPOSIÇÃO

PARECERES	OFS	PDS	PLC (NT)	SCD	PLS (NT)	PLS (T)	PLS (Comp)	RCT
PELA APROVAÇÃO		249	2		2			27
PELA APROVAÇÃO COM EMENDA(S)		2	1		6			
PELA APROVAÇÃO (SUBSTITUTIVO)					2	1		
PELA REJEIÇÃO				1				
PELA PREJUDICIALIDADE			1		1			
PELO ARQUIVAMENTO	18							
PELO SOBRESTAMENTO		2						
PELA APRESENTAÇÃO DE REQUERIMENTO								
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>	<b>253</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>11</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>27</b>

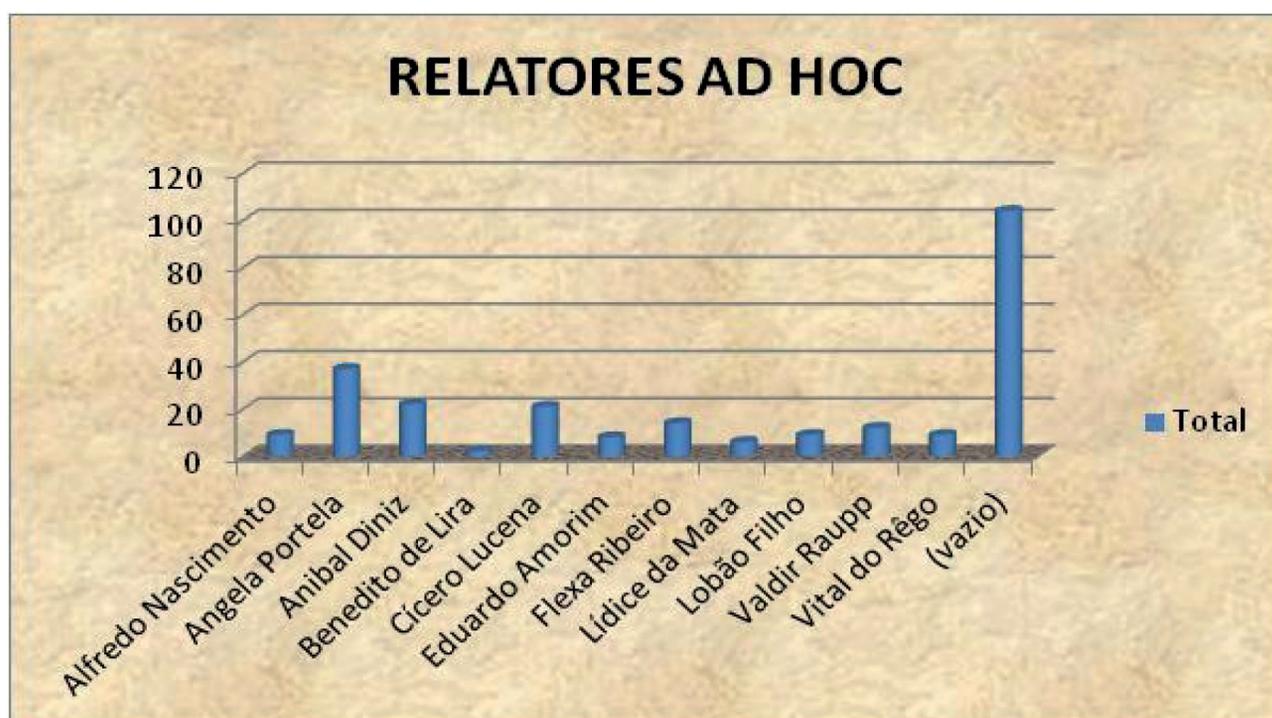
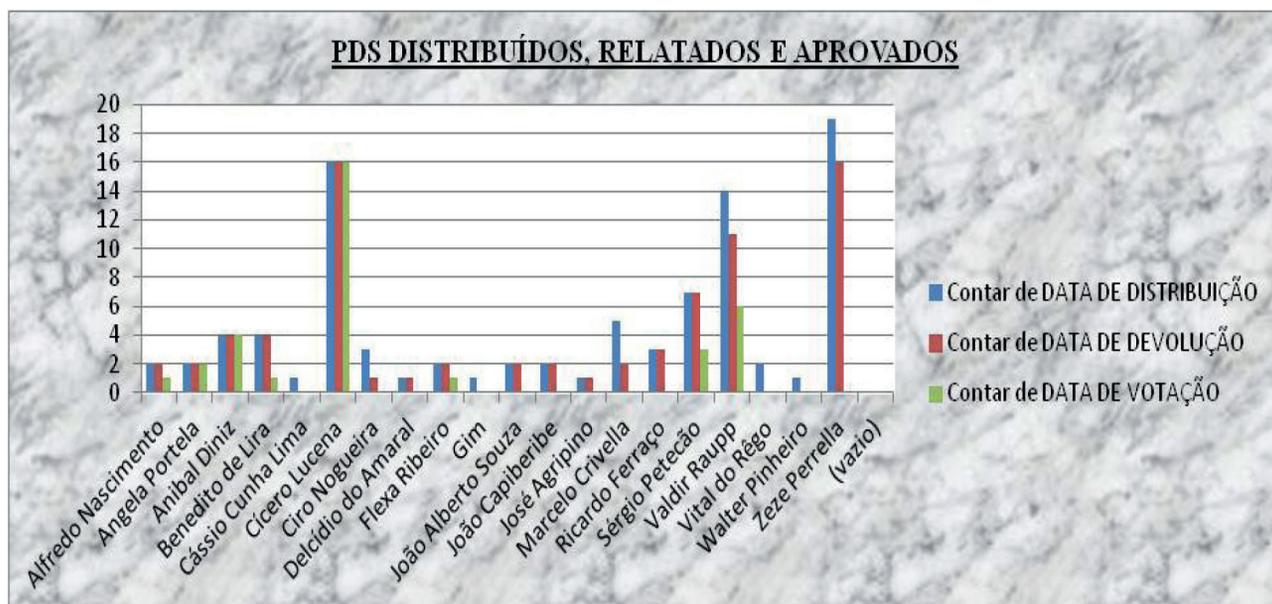
**TOTAL GERAL: 315**

### SIGLAS

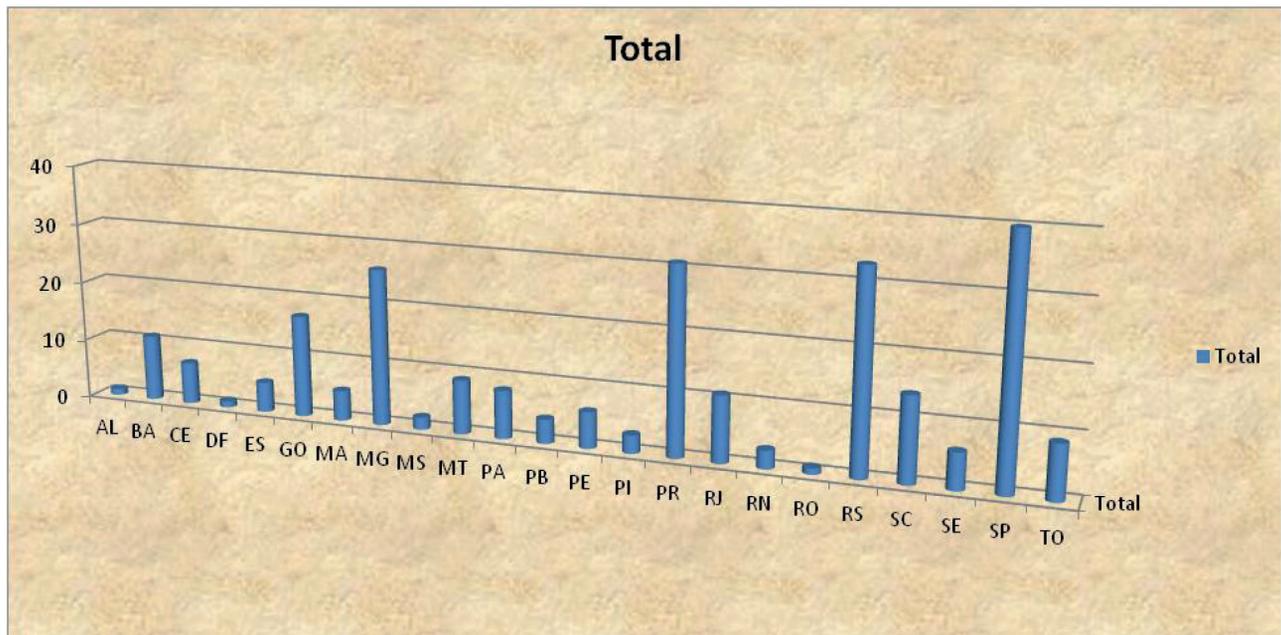
OFS – Ofício “S”  
PDS – Projeto de Decreto Legislativo  
PLC (NT) – Projeto de Lei da Câmara – Não Terminativo  
SCD – Substitutivo da Câmara dos Deputados  
PLS (NT) – Projeto de Lei do Senado – Não Terminativo  
PLS (T) – Projeto de Lei do Senado – Terminativo  
PLS (Comp) – Projeto de Lei do Senado - Complementar  
RCT – Requerimento e Aditamento a Requerimento

# DEMONSTRATIVOS GRÁFICOS DO ANO DE 2014

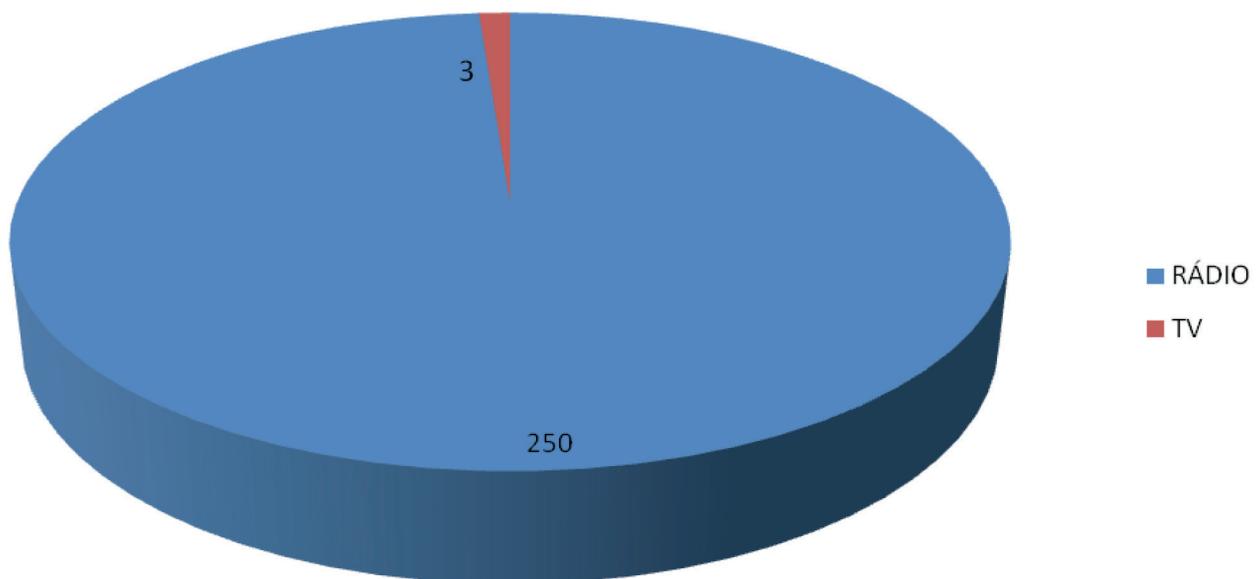
3



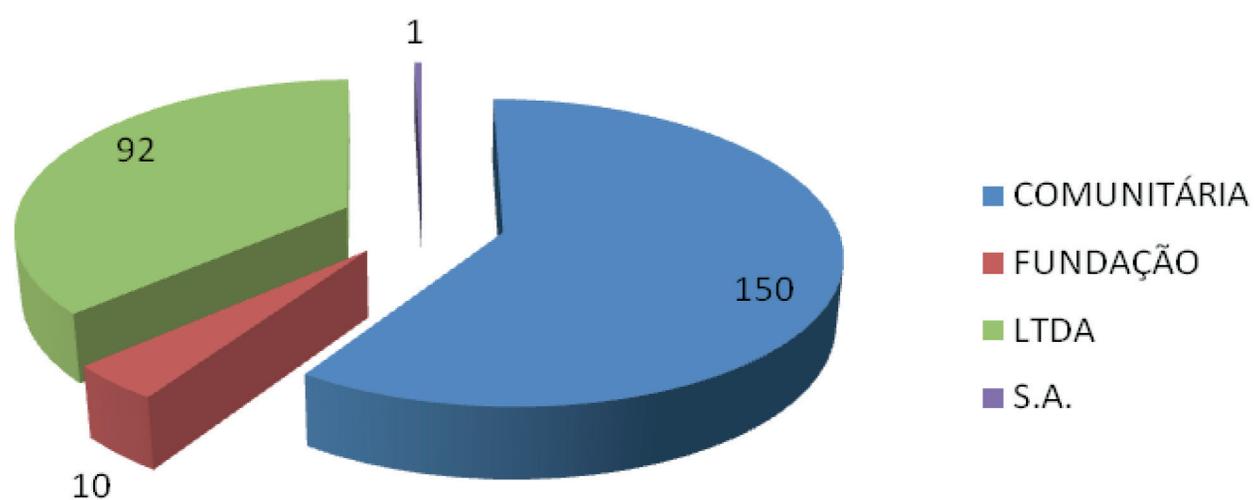
## PDS aprovados por Unidade da Federação



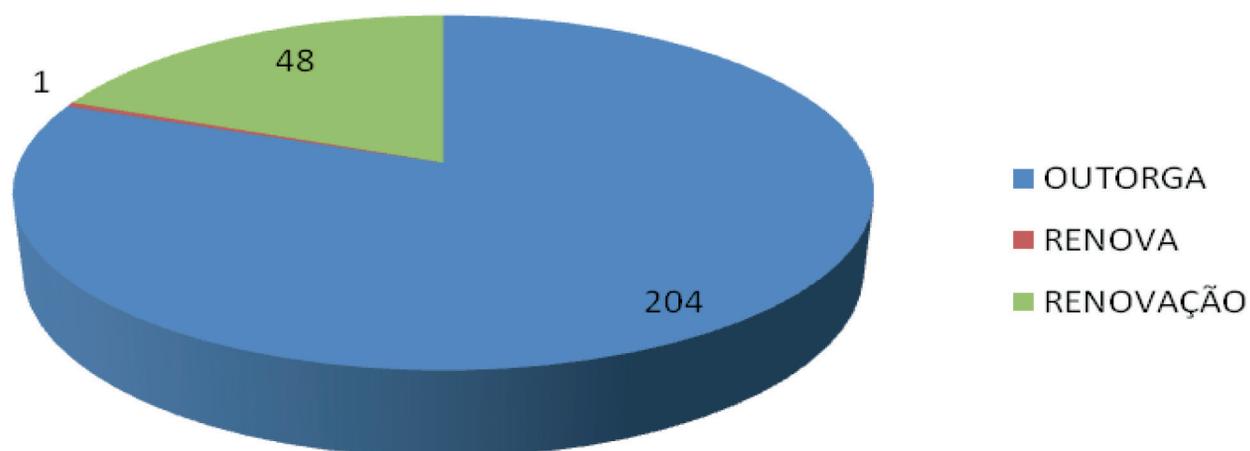
## RADIODIFUSÃO APROVADOS



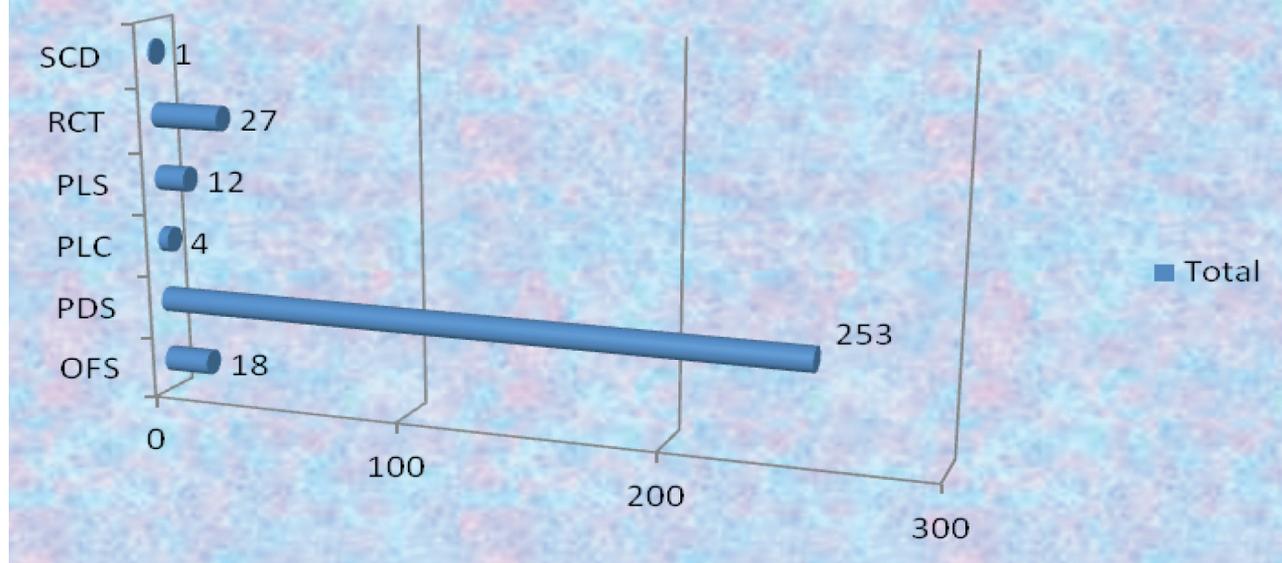
## NATUREZ JURÍDICA (APROVADOS)



## OUTORGA OU RENOVAÇÃO (PDS APROVADOS)



## PROPOSIÇÕES APROVADAS



A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal foi criada a partir da Resolução do Senado Federal nº 1, de 2007, com as seguintes atribuições e competências regimentais:

“Art. 104-C. À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática compete opinar sobre proposições pertinentes aos seguintes temas:

I – desenvolvimento científico, tecnológico e inovação tecnológica;

II – política nacional de ciência, tecnologia, inovação, comunicação e informática;

III – organização institucional do setor;

IV – acordos de cooperação e inovação com outros países e organismos internacionais na área;

V – propriedade intelectual;

VI – criações científicas e tecnológicas, informática, atividades nucleares de qualquer natureza, transporte e utilização de materiais radioativos, apoio e estímulo à pesquisa e criação de tecnologia;

VII – comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

VIII – regulamentação, controle e questões éticas referentes à pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, inovação tecnológica, comunicação e informática;

IX – outros assuntos correlatos”

Além da análise e deliberações feitas pelo plenário da CCT sobre as proposições legislativas que nela tramitam, e a partir de requerimentos dos senadores membros, também são realizadas audiências públicas e debates relacionados aos diversos temas sob sua competência conforme a agenda política e econômica do país, e ainda algumas outras para a instrução de proposições em análise na CCT.

Cumpre-nos então, como forma de registro dessas atividades, relacionarmos adiante a agenda das audiências públicas realizadas pela CCT no período, com dados informativos e também a colação de matérias veiculadas na mídia.

Todas as audiências públicas são transmitidas pela TV Senado em algum dos seus canais ou pela internet, e algumas possuem o mecanismo da interatividade e participação popular.

---

**DIA 10-4-2014 – 6ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES  
(6ª REUNIÃO DA CCT, 16ª REUNIÃO DA CCJ E 11ª REUNIÃO DA CMA)**

---



Lia de Paula / Agência Senado

**“INSTRUÇÃO AO PLC Nº 21/2014, QUE ESTABELECE PRINCÍPIOS,  
GARANTIAS, DIREITOS E DEVERES PARA O USO DA INTERNET NO BRASIL  
(MARCO CIVIL DA INTERNET)” – 1ª AUDIÊNCIA**

Requerimentos de realização de audiência:

- RCT nº 5/2014, Senador Zeze Perrella e outros;
- RMA nº 31/2014, Senador Jorge Viana; e
- RQJ nº 15/2014, Senador Vital do Rêgo.

**CONVIDADOS**

- **Márcio Lopes de Freitas Filho (representante de Marivaldo de Castro Pereira)**  
Assessor Especial do Ministério da Justiça - MJ
- **Beatriz Barbosa**  
Representante do Intervenções Coletivas Brasil de Comunicação Social
- **Carlos Affonso Souza**  
Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC – Rio  
Diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade - ITS
- **Leonardo Palhares**  
Vice-Presidente de Estratégia da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico – Câmara-e.net

- **Marcos Leôncio Sousa Ribeiro**  
Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal - ADPF

## Neutralidade da rede é fundamental na avaliação de debatedores do Marco Civil

10-4-2014

O artigo 9º do projeto do Marco Civil da Internet (PLC nº 21/2014), que protege a neutralidade de rede, ou seja, o tratamento isonômico na oferta de quaisquer pacotes de dados, sem distinção por conteúdo, é visto por debatedores como um dos pilares do projeto. Representantes do governo e da sociedade civil defenderam que a proposta seja aprovada da forma como veio da Câmara dos Deputados.

— É fundamental a garantia do artigo 9º da forma como está. O risco é criar usuários de duas categorias – disse Beatriz Barbosa, representante do Coletivo Brasil de Comunicação Intervenções.

Para o representante do Ministério da Justiça, Márcio Lopes Freitas Filho, a proposta também já teve tempo de maturação durante a análise na Câmara dos Deputados.

— O texto é resultado de contribuições da sociedade civil e teve tempo de maturação na Câmara – afirmou o representante do Ministério da Justiça.

### Urgência Constitucional

O projeto do Marco Civil da Internet foi aprovado pela Câmara dos Deputados no último dia 25, após três anos de intensos debates com ampla participação da sociedade. O texto define os direitos e deveres de usuários e provedores de serviços de conexão e aplicativos na internet. Até agora, a proposta recebeu 41 emendas no Senado, sendo que uma delas já foi retirada.

Em função de estar sendo analisado sob o regime de urgência constitucional, o projeto tem o prazo de 45 dias para votação no Senado, ou passará a trancar a pauta. A intenção é que a proposta já tenha se tornado lei quando da realização do NETmundial – Encontro Multissetorial Global sobre o Futuro da Governança da Internet, que acontecerá em São Paulo nos dias 23 e 24 de abril.

Mas houve reação à pressão para aprovação rápida da matéria. O relator do PLC nº 21/2014 na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), sustentou que o Senado vai cumprir seu papel de Casa revisora, e o Senador Walter Pinheiro (PT-BA) reconhece os méritos do texto da Câmara mas avaliou que “é lícito e correto” que os senadores apresentem emendas.

— A forma como a proposta saiu da Câmara tem problemas, mas tem uma virtude: conseguiu ser trabalhada pelo estabelecimento de caminhos e diretrizes – observou Pinheiro.

O próprio relator do PLC nº 21/2014 na Câmara, Deputado Alessandro Molon (PT-RJ), apontou a lentidão típica da Câmara na análise das propostas legislativas e afirmou que “ninguém deve pressionar o Senado para nada”.

O projeto foi tema de audiência pública interativa nesta quinta-feira (10) no Senado. O debate foi o primeiro de uma série de três reuniões conjuntas das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para instruir a análise do projeto. As outras audiências estão previstas para os dias 15 e 22 de abril.

## Guarda de dados

No debate, o Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), Marcos Leôncio Sousa Ribeiro, destacou como um dos pontos importantes do projeto do Marco Civil da Internet a obrigatoriedade de os provedores de acesso à rede mundial de computadores zelarem pela guarda de dados dos usuários.

— Sem essa guarda de dados, praticamente se inviabiliza a atuação da Polícia Federal – advertiu Marcos Leôncio.

O representante da ADPF defendeu a aprovação do texto em tramitação no Senado, por entender que alia liberdade e segurança no ambiente da internet.

## Consulta Pública

Na avaliação do Vice-Presidente da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico (Câmara-e.net), Leonardo Palhares, o texto do projeto está muito próximo do resultante da consulta pública sobre o assunto, realizada em 2009. Isso significa, conforme acrescentou, que traduz as demandas apresentadas pela sociedade civil.

Logo em seguida, o Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), relator do PLC nº 21/2014 na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), reconheceu que a missão do Senado em revisar a matéria será facilitada pelo fato de a proposta chegar aqui “com a força da coalizão” construída na Câmara dos Deputados. Mas considerou “injusto” que o Senado não possa dar sua contribuição para o aperfeiçoamento do texto.

## Principais pontos

Entre os principais pontos da proposta, estão a garantia do direito à privacidade dos usuários, especialmente à inviolabilidade e ao sigilo de suas comunicações pela internet; e a chamada neutralidade de rede, regra que determina tratamento igual para todos os conteúdos que trafegam na internet. De acordo com o texto, as empresas não vão poder limitar o acesso a certos conteúdos ou cobrar preços diferenciados para cada tipo de serviço prestado.

### Agência Senado

Fonte: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2014/04/10/neutralidade-da-rede-e-fundamental-na-avaliacao-de-debatedores-do-marco-civil>

## Debatedores defendem texto do Marco Civil da Internet aprovado pela Câmara

10-4-2014

O artigo 9º do Marco Civil da Internet (PLC nº 21/2014), que protege a neutralidade de rede, ou seja, o tratamento isonômico na oferta de quaisquer pacotes de dados, sem distinção por conteúdo, é visto por debatedores como um dos pilares do projeto. Representantes do governo e da sociedade civil defenderam que a proposta que regulamenta a internet brasileira seja aprovada da forma como veio da Câmara dos Deputados.

Neutralidade da rede é fundamental na avaliação de debatedores do Marco Civil para senadores, Marco Civil da Internet pode ser aprimorado.

Marco Civil garante a liberdade na internet e torna o Brasil referência, dizem debatedores. Renan vai definir com líderes calendário de votação do Marco Civil da Internet

— É fundamental a garantia do artigo 9º da forma como está. O risco é criar usuários de duas categorias – disse Beatriz Barbosa, representante do Coletivo Brasil de Comunicação Interverzes.

O projeto do Marco Civil da Internet foi aprovado pela Câmara dos Deputados no último dia 25, após três anos de intensos debates com ampla participação da sociedade. O texto define os direitos e deveres de usuários e provedores de serviços de conexão e aplicativos na internet. Até agora, a proposta recebeu 41 emendas no Senado, sendo que uma delas já foi retirada.

Em função da urgência constitucional, o projeto tem o prazo de 45 dias para votação no Senado, ou passará a trancar a pauta.

Além da neutralidade de rede, as garantias de privacidade dos usuários e a liberdade de expressão na internet estão sendo apontados como os principais pontos do projeto.

— O texto é resultado de contribuições da sociedade civil e teve tempo de maturação na Câmara – afirmou Márcio Lopes Freitas Filho, do Ministério da Justiça.

Entre os principais pontos da proposta, estão a garantia do direito à privacidade dos usuários, especialmente à inviolabilidade e ao sigilo de suas comunicações pela internet; e a chamada neutralidade de rede, regra que determina tratamento igual para todos os conteúdos que trafegam na internet. De acordo com o texto, as empresas não vão poder limitar o acesso a certos conteúdos ou cobrar preços diferenciados para cada tipo de serviço prestado.

A audiência acontece na sala 3 da Ala Senador Alexandre Costa. Os interessados podem enviar perguntas e sugestões pelo portal E-Cidadania e pelo Alô Senado.

#### **Agência Senado**

Fonte: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2014/04/10/debatedores-defendem-texto-do-marco-civil-da-internet-aprovado-pela-camara>

## **Presidente de associação de delegados da PF defende guarda de dados dos usuários da internet**

10-4-2014

O presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), Marcos Leôncio Sousa Ribeiro, destacou como um dos pontos importantes do projeto do Marco Civil da Internet (PLC nº 21/2014) a obrigatoriedade de os provedores de acesso à rede mundial de computadores zelarem pela guarda de dados dos usuários.

— Sem essa guarda de dados, praticamente se inviabiliza a atuação da Polícia Federal – advertiu Marcos Leôncio.

O representante da ADPF defendeu a aprovação do texto em tramitação no Senado, por entender que alia liberdade e segurança no ambiente da internet.

#### **Agência Senado**

Fonte: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2014/04/10/presidente-de-associacao-de-delegados-da-pf-defende-guarda-de-dados-dos-usuarios-da-internet>

## Representante do comércio eletrônico diz que texto do Marco Civil atende a sociedade

10-4-2014

Na avaliação do Vice-Presidente da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico (Câmara e-Net), Leonardo Palhares, o texto do projeto de Marco Civil da Internet (PLC nº 21/2014) em tramitação no Senado está muito próximo do resultante da consulta pública sobre o assunto, realizada em 2009. Isso significa, conforme acrescentou, que traduz as demandas apresentadas pela sociedade civil.

Logo em seguida, o Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), relator do PLC nº 21/2014 na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), reconheceu que a missão do Senado em revisar a matéria será facilitada pelo fato de a proposta chegar aqui “com a força da coalizão” construída na Câmara dos Deputados. Mas considerou “injusto” que o Senado não possa dar sua contribuição para o aperfeiçoamento do texto. Segundo adiantou, já há 40 emendas de mérito apresentadas ao projeto.

A proposta é tema de audiência pública interativa que está em andamento na manhã desta quinta-feira (10) no Senado.

### Agência Senado

Fonte: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2014/04/10/representante-do-comercio-eletronico-diz-que-texto-do-marco-civil-atende-a-sociedade>

## Marco Civil garante a liberdade na internet e torna Brasil referência, dizem debatedores

10-4-2014

O Marco Civil da Internet (PLC nº 21/2014) garante a liberdade de acesso e de manifestação na *web*. A avaliação foi feita por debatedores que participaram de audiência pública promovida nesta quinta-feira (10) pelas comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Constituição; e de Justiça e Cidadania (CCJ) para instruir o projeto.

Representantes do governo e da sociedade defenderam a aprovação do projeto como veio da Câmara dos Deputados. O texto define os direitos e deveres de usuários e provedores de serviços de conexão e aplicativos na internet.

A expectativa manifestada pelos debatedores é de que o Senado conclua sua análise antes da Conferência Multissetorial Global Sobre o Futuro da Governança da Internet, que acontecerá entre 23 e 24 de abril, em São Paulo, e que deverá reunir representantes de 150 países.

Segundo Márcio Lopes Freitas Filho, do Ministério da Justiça, além de ser resultado de contribuições da sociedade civil, o anteprojeto encaminhado pelo Executivo teve tempo de maturação na Câmara.

— Desde o começo, o Marco Civil se propôs a ser uma lei geral. Ele não pretende resolver todo e qualquer conflito e problema da internet. Nós sabemos que qualquer tentativa de fazer isso seria vã, que seria uma inocência de quem estivesse propondo tentar esgotar todas as relações que a internet permite – assinalou Freitas Filho.

O ineditismo do Marco Civil da Internet também foi enfatizado durante a reunião. Para Leonardo Palhares, Vice-Presidente da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico (Câmara-e.net), o projeto pode se tornar uma das raras legislações do mundo no campo da internet que cria mecanismos de proteção do usuário, e não o contrário.

— Chegamos a ter leis criminalizando condutas na internet antes de se ter direitos e prerrogativas estabelecidos. Nesse sentido, o Marco Civil estabelece um norte – destacou Palhares.

## Pilares

O artigo 9º do projeto, que protege a neutralidade de rede, ou seja, o tratamento isonômico de quaisquer pacotes de dados, sem distinção por conteúdo, é visto por debatedores como um dos pilares do projeto. A regra determina tratamento igual para todos os conteúdos que trafegam na internet, impedindo a criação de pacotes de serviços como ocorre hoje com as TVs por assinatura.

Segundo Beatriz Barbosa, representante do coletivo Brasil de Comunicação Interozes, sem esse artigo, as operadoras poderiam criar “pedágios” ao cobrar, por exemplo, para acesso a e-mails, mas vetando a utilização de redes sociais ou a sites de compartilhamento de vídeos.

— É fundamental a garantia do artigo 9º da forma como está. O risco é criar usuários de duas categorias. Havia uma clara oposição das operadoras a esse ponto – disse Beatriz Barbosa, representante do coletivo Brasil de Comunicação Interozes.

## Privacidade

Além da neutralidade de rede, outro pilar da proposta que foi enfatizado durante a audiência pública é a garantia do direito à privacidade dos usuários, especialmente à inviolabilidade e ao sigilo de suas comunicações pela internet.

O texto determina que as empresas desenvolvam mecanismos para garantir, por exemplo, que os e-mails só serão lidos pelos emissores e pelos destinatários da mensagem, nos moldes do que já é previsto para as tradicionais cartas de papel.

O projeto também assegura proteção a dados pessoais e registros de conexão e coloca na ilegalidade a cooperação das empresas de internet com departamentos de espionagem de Estado como a NSA, dos Estados Unidos.

Segundo Beatriz Barbosa, o ponto negativo está no artigo 15, pois obriga que empresas guardem por seis meses, para fins de investigação, todos os dados gerados na rede. Para ela, a legislação brasileira já permite o monitoramento de cidadãos que utilizam a internet para cometer crimes.

Já o Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), Marcos Leôncio Sousa Ribeiro, avalia que a obrigatoriedade de os provedores de acesso à rede mundial de computadores zelarem pela guarda de dados dos usuários é fundamental para o trabalho da polícia.

— Sem essa guarda de dados, praticamente se inviabiliza a atuação da Polícia Federal – advertiu Marcos Leôncio.

O representante da ADPF defendeu a aprovação do texto em tramitação no Senado, por entender que alia liberdade e segurança no ambiente da internet.

— A determinação para que empresas internacionais que operam no Brasil, tais como Microsoft, Facebook, Yahoo e Google, fiquem obrigadas a cumprir a legislação brasileira e a se submeter à jurisdição das autoridades brasileiras é um grande avanço que o Marco Civil da Internet traz – acrescentou o presidente da ADPF.

## Liberdade de expressão

O artigo 19, que delega à Justiça a decisão sobre a retirada de conteúdos também é visto como um dos principais pontos do Marco Civil. Atualmente, vários provedores tiram do ar textos, imagens e vídeos de páginas que hospedam a partir de simples notificações.

— Mesmo não estando em vigor, o Marco Civil já é citado em decisões judiciais. Ele já existe, já é uma realidade que se apresenta no foro internacional – observou o Diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade (ITS), Carlos Affonso Pereira

### Agência Senado

Fonte: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2014/04/10/marco-civil-garante-a-liberdade-na-internet-e-torna-brasil-referencia-dizem-debatedores>

## Para senadores, Marco Civil da Internet pode ser aprimorado

10-4-2014

Senadores reagiram nesta quinta-feira (10) à pressão para aprovação rápida do projeto de Marco Civil da Internet (PLC nº 21/2014) que passou três anos em tramitação na Câmara dos Deputados e chegou ao Senado há 15 dias. A intenção é que a proposta já tenha se tornado lei quando da realização do NETmundial – Encontro Multissetorial Global sobre o Futuro da Governança da Internet, que acontece em São Paulo nos dias 23 e 24 de abril.

Em função da urgência constitucional, o projeto que regulamenta a internet brasileira tem o prazo de 45 dias para votação no Senado, ou passará a trancar a pauta. Até agora o texto recebeu 41 emendas, sendo que uma delas já foi retirada.

Apesar do apelo de debatedores para a rápida aprovação do texto, senadores enfatizaram que é dever constitucional do Senado revisar e aprimorar o texto.

— Acho profundamente injusto ser imputado ao Senado um prazo para que nós não exerçamos na nossa plenitude, não o nosso direito, mas o nosso dever – disse o Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), relator do projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Vital elogiou o trabalho desenvolvido pelo Deputado Alessandro Molon (PT-RJ), relator da matéria na Câmara e ressaltou que as emendas apresentadas não são apenas ajustes ao texto, mas tratam do próprio mérito da proposta.

Os relatores na Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática (CCT), Zeze Perrella (PDT-MG); e na Comissão de Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Luiz Henrique (PMDB/SC) também elogiaram o texto aprovado pelos deputados, mas observaram que cabem adequações.

Luiz Henrique observou que alguns temas como o direito de resposta em listas de discussão corporativa não foram tratados pela Câmara e merecem ser discutidos pelo Senado.

— Não creio que a melhor alternativa seja essa urgência que querem nos impor para aprovar esse projeto – afirmou.

Já o Senador Walter Pinheiro (PT-BA) avaliou que “é lícito e correto” que os senadores apresentem emendas ao texto aprovado pela Câmara, mas argumentou que o objetivo do Marco Civil é estabelecer diretrizes sobre o uso da internet e não esgotar o tema.

— A forma como a proposta saiu da Câmara tem problemas, mas tem uma virtude: conseguiu ser trabalhada pelo estabelecimento de caminhos e diretrizes – observou Pinheiro.

Por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado, cidadãos enviaram suas manifestações sobre o tema. O internauta identificado como “Omark”, quer que o Marco Civil seja redigido de tal forma que pudesse ser compreendido por boa parte da população. Já a internauta “Anna F” reivindicou: “Eu quero preços baixos, democratização da informação, melhoria e interiorização do sinal de internet”.

A audiência desta quinta-feira foi a primeira do ciclo de três reuniões marcadas pelas Comissões de Comunicação e Informática (CCT) de Fiscalização e Controle (CMA) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para instruir o projeto que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil. As próximas serão nos dias 15 e 22 de abril.

#### **Agência Senado**

Fonte: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2014/04/10/para-senadores-marco-civil-da-internet-pode-ser-aprimorado>

---

**DIA 15-4-2014 – 9ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES  
(8ª REUNIÃO DA CCT, 18ª REUNIÃO DA CCJ E 13ª REUNIÃO DA CMA)**

---



Sheyla Leal / Agência Senado

**“INSTRUÇÃO AO PLC Nº 21/2014, QUE ESTABELECE PRINCÍPIOS,  
GARANTIAS, DIREITOS E DEVERES PARA O USO DA INTERNET NO BRASIL  
(MARCO CIVIL DA INTERNET)” – 2ª AUDIÊNCIA”**

Requerimentos de realização de audiência:

- RCT nº 5/2014, Senado Zeze Perrella e outros;
- RMA nº 31/2014, Senador Jorge Viana; e
- RQJ nº 15/2014, Senador Vital do Rêgo.

**CONVIDADOS**

- **Veridiana Alimonti**  
Advogada do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC
- **Eduardo Levy Cardoso Moreira**  
Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal – SINDITELEBRASIL
- **José Francisco de Araújo Lima**  
Conselheiro da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT
- **Marcel Leonardi**  
Diretor de Políticas Públicas do GOOGLE do Brasil – GOOGLE

- **Renato Cruz**  
Colunista do *O Estado de S. Paulo – O Estadão*
- **Renato Ópice Blum**  
Advogado Especialista em Direito Digital

## Participação popular marca início da audiência sobre Marco Civil da Internet

15-4-2014

Na primeira meia hora da audiência pública sobre o projeto conhecido como Marco Civil da Internet, houve a postagem de cerca de 90 comentários e perguntas no Portal e-cidadania. A maior parte das intervenções são comentários em que os internautas pedem a retirada de dispositivos do Projeto de Lei da Câmara (PLC nº 21/2014). Alguns participantes também fazem perguntas sobre a liberdade de expressão na rede mundial de computadores.

Desde as 14h, as Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); Meio Ambiente, Fiscalização e Controle (CMA) e Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) ouvem especialistas, representantes de empresas ligadas ao setor e advogados sobre a proposta que, se aprovada, balizará o funcionamento da internet no Brasil. O projeto já foi aprovado pela Câmara dos Deputados.

### Agência Senado

Fonte: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2014/04/15/participacao-popular-marca-inicio-da-audiencia-sobre-marco-civil-da-internet>

## Texto do Marco Civil da Internet agrada especialistas reunidos em audiência pública

15-4-2014

A maioria dos convidados à audiência pública que debateu, nesta terça-feira (15), a proposta de Marco Civil da Internet aprovou o texto definido pela Câmara dos Deputados. No Senado, a matéria (PLC nº 21/2014) já recebeu 40 emendas nas três comissões onde tramita de forma simultânea, mas senadores da base governista gostariam de aprová-lo com urgência, sem mudanças, a tempo de transformá-la em lei até o evento Netmundial, que acontecerá em São Paulo na próxima semana. O projeto estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no país.

Na audiência pública desta tarde, que reuniu três Comissões permanentes (de Comunicação, de Constituição e Justiça e de Fiscalização e Controle), o Senador Walter Pinheiro (PT-BA) defendeu a aprovação da lei para testá-la e, se necessário, aprimorá-la mais tarde.

— O Marco Civil não é engessado, ele traz apenas diretrizes. É necessário para organizar a caminhada e comandar a estrada para que ninguém imponha o caminho nem o estreito. Vamos experimentar, e depois, num segundo momento, vamos aprimorar. Por enquanto, esse não é o ótimo nem o bom, mas é o possível.

Na contramão dos elogios à proposta, o jornalista Renato Cruz, colunista do jornal *O Estado de S. Paulo*, disse que o texto está aquém do “possível”.

— Não vejo por que aceitar um texto quase bom, quando poderíamos ter um texto bom. É um projeto importante e urgente, mas o seu texto não é o melhor possível. Essa lei não é para agora, nem para os próximos quatro anos. Veio para ficar.

O maior problema apontado por Cruz está na possibilidade de retenção de dados e monitoramento de acessos dos usuários, a fim de auxiliar, por exemplo, investigações criminais. Ele lamentou que o debate na Câmara tenha-se aprofundado apenas na questão da neutralidade da rede e de suas exceções, em detrimento da importância da discussão sobre privacidade e liberdade de expressão.

— Uma lei criada para proteger a privacidade do cidadão pode se transformar numa máquina de espionagem. Temos visto estados livres e democráticos desrespeitando a privacidade das pessoas.

Os demais convidados defenderam a aprovação do projeto. Diretor de Políticas Públicas do Google no Brasil, Marcel Leonardi, destacou que a empresa sempre apoiou o Marco Civil da Internet para trazer um mínimo de segurança jurídica para permitir a inovação e o desenvolvimento de novas ferramentas e aplicativos.

— O modelo é, sim, garantidor da liberdade de expressão. O texto foi elaborado e inspirado nos dez princípios de regulação e governança da internet elaborados pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil. Princípios esses que não só são reconhecidos mundialmente como grande avanço para o setor como pretendem ser debatidos e propostos como um modelo global de governança no Netmundial.

Leonardi se deteve na importância das salvaguardas e na discussão da responsabilidade em relação às plataformas online. Um modelo semelhante ao brasileiro, explicou, já é adotado nos EUA desde 1996 e na Europa desde 2000.

De acordo com ele, como regra geral, a responsabilidade dos provedores de serviços – como Google, YouTube e Facebook – só ocorre se os seus responsáveis não retirarem conteúdo de circulação depois de determinação judicial (exceto em casos como a pornografia infantil, no qual a retirada deve ser imediata).

Outros participantes da reunião que apoiaram o texto do Marco Civil da Internet foram o Conselheiro da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), José Francisco Lima; o Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal, Eduardo Levy Moreira; e os Advogados Renato Opice Blum, especialista em Direito Digital, e Veridiana Alimonti, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor.

Como não houve acordo para a aprovação de um requerimento de urgência que permitira a votação do PLC nº 21/2014 ainda nesta terça-feira (15), outra audiência pública conjunta deve ser realizada na próxima terça-feira (22), às 14h.

#### **Agência Senado**

Fonte: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2014/04/15/texto-do-marco-civil-da-internet-agrada-especialistas-reunidos-em-audiencia-publica>

---

## DIA 29-4-2014 – 12ª REUNIÃO

---



### **“AS CONSEQUÊNCIAS DA ALOCAÇÃO DA BANDA DE FREQUÊNCIA EM 700 MHz, ATUALMENTE OCUPADA PELA TV ABERTA, E A ELABORAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO PARA OS SERVIÇOS DE BANDA LARGA MÓVEL DE QUARTA GERAÇÃO” – 1ª AUDIÊNCIA**

Requerimentos de realização de audiência:

- RCT nº 6/2014, Senador Walter Pinheiro e outros;
- RCT nº 7/2014, Senador Vital do Rêgo e outros; e
- RCT nº 10/2014, Senador Anibal Diniz e outros.

#### **CONVIDADOS**

- **Patrícia Ávila**  
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações – MiniCom
- **Maximiliano Martinhão**  
Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações - MiniCom
- **André Felipe Seixas Trindade**  
Engenheiro de Sistemas de Comunicação da Associação Brasileira de Rádio e Televisão – ABRATEL

- **Ana Eliza Faria**  
Diretora de Tecnologia da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão - SET
- **Antonino dos Santos Guerra**  
General de Divisão e Vice-Chefe de Tecnologia da Informação e Comunicações do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército Brasileiro - EB

## Começa debate sobre leilão da faixa de 700 MHz para internet móvel 4G

29-4-2014

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) promove audiência pública nesta manhã sobre o aguardado leilão da faixa de frequência de 700 MHz, que será usada para oferta de serviço de internet móvel de quarta geração (4G). A partir de 2 de maio, o edital vai estar disponível para consulta pública por 30 dias no site da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

O uso da faixa de 700 MHz para a tecnologia 4G já acontece em outros países, entre eles os Estados Unidos. De acordo com a Anatel, a faixa permite a cobertura de grandes áreas com o uso de menos antenas e a um custo menor do que a faixa de 2,5 GHz, primeira a ser leiloada para prestação do 4G no Brasil, em junho de 2012. A faixa de 700 MHz é hoje ocupada por canais de TV em UHF, que estão em processo de migração para a TV digital.

Também vai ser discutido o regulamento de convivência entre o 4G e as emissoras de TV. Entre outras questões, os senadores querem saber se haverá interferência nos canais de TV que prestam serviço em frequências próximas às que vão ser usadas pelas empresas de telefonia.

Participam do debate a Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações, Patrícia Ávila; o Secretário de Telecomunicações do mesmo Ministério, Maximiliano Martinhão; o Engenheiro de Sistemas de Comunicação da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (ABRATEL), André Felipe Seixas Trindade; a Diretora de Tecnologia da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão (SET), Ana Eliza Faria; e o General Antonino Santos Guerra, Vice-Chefe de Tecnologia da Informação e Comunicações do Exército.

O debate, que ocorre na sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa, é conduzido pelo presidente da CCT, Senador Zeze Perrella (PDT-MG).

### Agência Senado

Fonte: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2014/04/29/comeca-debate-sobre-leilao-da-faixa-de-700-mhz-para-internet-movel-4g>

## Preocupação com interferências domina debate sobre uso da faixa de 700 Mhz para 4G

29-4-2014

Representantes do Ministério das Comunicações afirmaram nesta terça-feira (29), durante audiência pública sobre o aguardado leilão da faixa de frequência de 700 MHz, que a pasta tem tomado todas as precauções necessárias para garantir a convivência entre o sinal de TV Digital e a internet móvel

de quarta geração (4G). A expectativa do governo é a de que, com as normas que serão estabelecidas pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), seja possível solucionar todos os casos em que possa haver interferência entre os dois serviços. A partir de 2 de maio, o edital vai estar disponível para consulta pública por 30 dias na página da agência na internet.

O uso da faixa de 700 MHz para o 4G já acontece em outros países, entre eles Estados Unidos e Japão. Segundo a Anatel, essa faixa permite que o sinal do serviço tenha alcance maior e propagação melhor do que a faixa de 2,5 GHz, primeira a ser leiloada para prestação do 4G no Brasil, em junho de 2012. Outra vantagem é a menor necessidade de antenas.

A possibilidade de interferência do 4G sobre a transmissão da TV Digital é a principal preocupação de empresas de radiodifusão. As emissoras de TV querem adiar o leilão até que todas as hipóteses de interferência do sinal sejam solucionadas.

## **Filtros**

Entre os instrumentos para mitigar essas interferências, a proposta de regulamento cita uma distância mínima entre as antenas transmissoras e os aparelhos receptores, alterações em antenas, mudança da potência dos sinais emitidos e a instalação de filtros nos aparelhos.

Mas, segundo a Diretora de Tecnologia da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão (SET), Ana Eliza Faria, as medidas previstas pela Anatel podem não ser suficientes para impedir interferências do sinal do LTE (Long Term Evolution), que no Brasil é chamado de 4G.

— É um momento de temor para os técnicos envolvidos porque, embora tenhamos aqui declarações reiteradas de que a gente não vai ter a cobertura da televisão afetada e a qualidade da TV aberta afetada quando da introdução dos serviços de LTE, a gente sabe que essas etapas de preparação que são fundamentais estão sendo encurtadas e isso traz a insegurança técnica – disse.

André Felipe Seixas Trindade, engenheiro de Sistemas de Comunicação da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (ABRATEL), disse que, até atingir o objetivo do leilão, várias etapas complexas deverão ser vencidas.

— Elas envolvem o planejamento da TV Digital, a universalização, a preparação das cidades para mitigação das interferências e o planejamento para a instalação do LTE – acrescentou.

## **Limpeza da faixa**

De acordo com a Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações, Patrícia Ávila, a própria “limpeza da faixa de 700MHz”, com a redistribuição de canais de TV, diminuirá os casos de interferências com o sinal de 4G. Para licitar a faixa, os canais de 2 a 13 e 52 a 69 serão realocados entre os números 14 e 51.

— O compromisso do Ministro Paulo Bernardo é a realização da licitação somente depois de concluído o replanejamento dos canais e identificadas e definidas as ações para os problemas de interferência. Isso deve garantir que o edital saia correto – disse Patrícia.

## **Testes**

Para formatar a proposta de regulamento de convivência entre os dois serviços, a Anatel têm feito uma série de testes tanto em laboratório quanto em campo, na cidade goiana de Pirenópolis, situada a 150 quilômetros de Brasília. De acordo com o Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, Maximiliano Martinhão, os estudos estão sendo consolidados e apresentarão um cenário mais claro sobre os casos em que ocorrem interferências do sinal de 4G na TV Digital e no sentido inverso.

Ele também afirmou que problemas de convivência encontrados na utilização da faixa de 700Mhz no Japão e no Reino Unido têm sido superdimensionados.

— No caso britânico, a expectativa inicial era de que até 8,5 milhões de domicílios teriam algum prejuízo nesse processo. O estudo britânico refinou esse número para 90 mil domicílios. A realidade encontrada é bem diferente daquela em que se faz em uma simulação em computador ou em laboratório – disse Martinhão.

## **Segurança pública**

Parte do espectro eletromagnético da faixa de 700 MHz será destinada a comunicações de segurança pública conforme asseguraram representantes do Ministério das Comunicações. Durante a audiência, o General Santos Guerra reivindicou dois blocos de 5 MHz cada para ações das Forças Armadas e das polícias Federal, Militar e Civil. Ele afirmou que a ideia é padronizar o sistema para todos os órgãos públicos de segurança, gerando economia de gastos, interoperabilidade entre as instituições e melhor aproveitamento de espectro.

## **Política de Estado**

Para o Senador Walter Pinheiro (PT-BA), é fundamental a participação do Senado nesta decisão do leilão da faixa de transmissão para internet 4G, por se tratar de uma política de Estado, que poderá beneficiar milhões de brasileiros. Ele e os Senadores Anibal Diniz (PT-AC) e Zeze Perrella (PDT-MG) afirmaram que o uso da faixa para o 4G é um dos caminhos para viabilizar a universalização do acesso à internet.

— Essa decisão de 700Mhz é uma decisão de Estado. Ela não pode ser uma decisão comercial como foi a decisão em relação ao padrão da TV Digital. Ela vai influenciar a vida das pessoas - disse Pinheiro.

No próximo dia 15, a CCT volta a debater o tema. Foram convidados representantes da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e TV (ABERT), da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SINDI-TELEBRASIL) e do Conselho de Comunicação Social do Congresso.

### **Agência Senado**

Fonte: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2014/04/29/preocupacao-com-interferencias-domina-debate-sobre-uso-da-faixa-de-700-mhz-para-4g>



Lia de Paula / Agência Senado

## “AGENDA, PRIORIDADES E AÇÕES DO MCTI PARA 2014”

Requerimento de realização de audiência:

– RCT nº 2/2014, Senador Zeze Perella e outros.

### CONVIDADO

- **Clélio Campolina Diniz**  
Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI

## Legislação será decisiva para o país dar salto em inovação tecnológica, diz Ministro

6-5-2014

O Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Clelio Campolina, afirmou, durante audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), nesta terça-feira (6), que a aprovação de projetos de lei que tramitam no Congresso será decisiva para o país conseguir dar um salto em ciência e inovação tecnológica.

Campolina se referiu ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 619/2011, de autoria do Senador Eduardo Braga (PMDB-AM), que institui o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Com 81 artigos, a proposta já foi aprovada pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e terá decisão terminativa na CCT, onde aguarda relatório do Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

O Ministro também se referiu à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 12/2014, que consolida as normas para o desenvolvimento científico no Brasil. Aprovada na Câmara, a proposta chegou este ano ao Senado e aguarda designação de relator na CCJ. Uma das alterações que o autor propõe fazer na Constituição é permitir que haja remanejamento ou transferência de recursos para as atividades de ciência, tecnologia e inovação de uma categoria de programação para a outra, sem a necessidade de prévia autorização legislativa, mediante ato do Poder Executivo.

— Nós temos impedimentos formais e legais que são uma loucura. Essa legislação é decisiva para destravar a ponte entre o mundo científico e acadêmico, o sistema governamental, as instituições de fomento e as empresas brasileiras – afirmou.

Segundo o Ministro, o Brasil está em 6º lugar em relação à produção industrial no mundo, liderada pela China. Embora tenha apenas 2,8% da produção industrial do mundo, Campolina vê o país com possibilidade de ascensão. Ele explicou que a ordem global está mudando e que as economias centrais, como Estados Unidos, Europa e Japão estão em queda em relação à participação no Produto Interno Bruto mundial, enquanto outros países estão crescendo, como China e Brasil.

— Hoje, a ordem global passa por uma concertação de um conjunto de países, mostrando as dificuldades que existem na governança mundial em mutação, e a possibilidade que países, como o Brasil, terão diante dessa reconfiguração da ordem global. Nós só vamos conseguir ter uma posição de destaque se fortalecermos a nossa economia – disse.

## **Prioridades**

Clelio Campolina, que atendeu convite da CCT para falar das ações e prioridades de sua pasta em 2014, explicou que o orçamento do ministério, de cerca de R\$ 7 bilhões, é dividido em uma parcela para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e a outra é o orçamento da pasta propriamente dito .

— É preciso observar que o Ministério da Ciência e Tecnologia possui 31 instituições ligadas a ele – ressaltou.

O Ministro destacou vários programas e projetos do ministério. Entre eles o Programa Ciência sem Fronteira, que viabiliza o estudo de alunos brasileiros no exterior com bolsas de mestrado, doutorado e pós-graduação; o Projeto Sirius, que é a montagem de um laboratório de luz síncrotron em Campinas; o reator de multipropósito, que vai produzir radiofármacos para a saúde; o Programa de Nanotecnologia, chamado Sisnano, já em execução; o Cemaden, um centro de previsão de riscos e desastres ambientais, que está sendo instalado em São José dos Campos; e um navio para pesquisa, que está sendo produzido na China, em parceria com a Marinha brasileira.

— Esse navio será entregue em novembro e é decisivo, porque nós temos uma plataforma marítima de 4,5 milhões de quilômetros quadrados, a chamada Amazônia Azul.

Em relação ao sistema acadêmico, Campolina citou os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia. São 125 INCTs em funcionamento no país e alguns já estão dando resultados.

— Nós hoje temos um desses INCTs, na Universidade Federal de Minas Gerais, que produziu a vacina contra a leishmaniose. Já está credenciada para o laboratório Hertape. Nesse momento, estamos

providenciando o credenciamento no Mediterrâneo, porque a Europa tem a doença, mas não tem o remédio. Se o Brasil conseguir fazer isso, vamos produzir a vacina para os europeus – relatou.

## **Inovação Tecnológica e Educação**

O Senador Walter Pinheiro (PT-BA) falou que uma das maiores dificuldades hoje do país é a formação de mão de obra. Ele defendeu a integração de pesquisas e a aplicação prática do conhecimento na vida das pessoas.

Esse é o desafio que nós temos. Eu fico feliz quando o senhor vem aqui e diz que é possível fazer isso. Só seremos competitivos com inovação, só seremos inclusivos com inovação – disse o Senador.

O Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu a melhoria da educação de base para o avanço tecnológico do país. Para ele, sem investir na base da educação, não será possível desenvolver o Brasil. Ele perguntou ao Ministro se ele acreditava na federalização da educação básica como caminho para melhorá-la.

— Estou inteiramente de acordo com o senhor de que a educação básica é fundamental. Com relação à federalização eu não estou seguro. O país é muito grande. Tenho medo de uma centralização burocrática não funcionar – disse Campolina.

Cristovam argumentou que defende a federalização na carreira do professor, na qualidade dos equipamentos e das instalações físicas, mas que defende a gestão feita pela própria escola. O Ministro explicou que o formato em si, talvez, não seja o mais importante.

— Eu sou ministro da Ciência e Tecnologia, não sou da Educação, mas acho que temos que discutir e encontrar o melhor formato. O formato em si talvez não seja o mais decisivo, o decisivo é escolher as políticas corretas, apoiá-las e tentar implementá-las – afirmou Clelio Campolina.

### **Agência Senado**

Fonte: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2014/05/06/ministro-diz-que-legislacao-sera-decisiva-para-o-pais-dar-salto-em-inovacao-tecnologica>

---

## DIA 15-5-2014 – 15ª REUNIÃO

---



### “AS CONSEQUÊNCIAS DA COLOCAÇÃO DA BANDA DE FREQUÊNCIA EM 700 MHz, ATUALMENTE OCUPADA PELA TV ABERTA, E A ELABORAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO PARA OS SERVIÇOS DE BANDA LARGA MÓVEL DE QUARTA GERAÇÃO” – 2ª AUDIÊNCIA

Requerimentos de realização de audiência:

- RCT nº 6/2014, Senador Walter Pinheiro e outros;
- RCT nº 7/2014, Senador Vital do Rêgo e outros;
- RCT nº 10/2014, Senador Anibal Diniz e outros; e
- RCT nº 12/2014, Senador Anibal Diniz.

### CONVIDADOS

- **Jarbas José Valente**  
Conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL
- **Liliana Nakonechnyj**  
Conselheira do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional – CCS

- **Eduardo Levy**  
Diretor-Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal – SINDITELEBRASIL
- **Daniel Slaviero**  
Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT
- **Aluizio Bretas Byrro**  
Membro do Conselho Superior e Vice-Presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – ABINEE

## Expansão da banda larga 4G e futuro da TV aberta estão em debate na CCT

15-5-2014

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) iniciou audiência pública para debater as consequências do uso da banda de frequência em 700 MHz, atualmente ocupada pela TV aberta, para a expansão da internet 4G.

No dia 2 de maio, a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) publicou a proposta de edital para a licitação da faixa. O documento ficará em consulta pública por 30 dias e a previsão é de que o leilão seja feito em agosto.

O pedido para realização da audiência é dos Senadores Walter Pinheiro (PT-BA) e Anibal Diniz (PT-AC).

Um dos convidados é o Conselheiro e Presidente substituto da Anatel, Jarbas Valente

### Agência Senado

Fonte: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2014/05/15/expansao-da-banda-larga-4g-e-futuro-da-tv-aberta-estao-em-debate-na-cct>

## Anatel garante que banda larga de quarta geração não prejudicará transmissões de TV

15-5-2014

O Conselheiro e Presidente substituto da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), Jarbas Valente, garantiu nesta quinta-feira (15) que a expansão da internet 4G no país pode ser feita sem prejuízo às transmissões de TV aberta. Com base numa série de testes realizados pela Anatel, ele informou ser possível adoção de medidas técnicas para impedir eventuais interferências nos sistemas.

Ele foi um dos participantes da audiência realizada pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) sobre as consequências do uso da banda de frequência de 700 MHz – atualmente ocupada pela TV aberta – para a expansão da internet de quarta geração no Brasil.

No dia 2 de maio, a Anatel publicou a proposta de edital para a licitação da faixa. A proposta ficará em consulta pública por 30 dias e a previsão é que o leilão seja feito em 30 de agosto.

O pedido para realização da audiência partiu dos Senadores Walter Pinheiro (PT-BA) e Anibal Diniz (PT-AC), que consideraram importante o tema ser debatido no Congresso Nacional, visto que a TV aberta alcança 96% da população brasileira.

Jarbas Valente alertou para o fato de que todo serviço de telecomunicações está sujeito a interferências e que é possível a adoção de providências técnicas para evitá-las. Ele tranquilizou os senadores afirmando que nenhum país realizou tantos testes como o Brasil. Segundo Jarbas, empresas como TV Globo, TV Record, Oi, Huawei e Qualcomm participaram de simulações que envolveram os piores cenários possíveis:

— O mundo demanda mais banda para celulares. O Brasil, por exemplo, já passou de um celular por pessoa. Por outro lado temos a TV aberta, de grande alcance, por isso é preciso ter cuidado com dois serviços de tamanha importância – afirmou.

Jarbas Valente disse ainda que serão tomadas medidas de atenção social e precaução, como a distribuição de filtros de recepção de TV para cada família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

## **Ceticismo**

Outros participantes da audiência mostraram-se céticos sobre a situação e acreditam que as condições de convivência entre os sistemas ainda não estão asseguradas.

A representante do Conselho de Comunicação Social do Congresso, Liliane Nakonechnyj, chegou a pedir o adiamento do leilão de 30 de agosto.

— Tendo em vista todos os argumentos prós e contras já ouvidos pelo Conselho e a preocupação com a TV aberta, fonte de entretenimento e cultura para a maioria da população, já enviamos um ofício ao Senador Renan Calheiros pedindo para que não seja efetuado o leilão – informou.

O Diretor-Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SINDITELEBRASIL), Eduardo Levy, questionou a eficiência dos testes e disse que, em certos casos de interferência, não será possível eliminá-la tecnicamente, a não ser afastando o aparelho celular da TV.

— Não há solução simples para problema complexo. As soluções não são simples para este caso. Participamos dos testes e estamos falando de milhões de situações. Nós queremos e precisamos dessa faixa de 700 MHz para a expansão da internet móvel. Por outro lado, é uma questão complexa, e há um grande número de variáveis deve ser considerado – disse.

## **Antenas**

Já o Presidente da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), Daniel Slavieiro, disse que os equipamentos usados nas simulações da Anatel eram protótipos, com desempenhos superiores que aparelhos no mercado. Além disso, segundo ele, no Brasil, a maioria de recepção de TV aberta nas residências é feita por antenas internas. E as soluções técnicas adotadas até agora não contemplam este tipo de aparelho.

— A população vai ter que migrar para antenas externas, pois só o filtro não resolveria. Em São Paulo, por exemplo, 25% dos domicílios dependem exclusivamente de antena interna para a recepção do sinal de TV – explicou.

O conselheiro da Anatel negou pressa do governo em relação ao edital e também garantiu que não foram usados protótipos nos testes, mas aparelhos dentro dos padrões atualmente em uso:

— Atrasamos o cronograma justamente para que pudéssemos debater com todos os interessados. Fizemos todos os testes possíveis, nas piores condições que possam existir. Os equipamentos não são protótipos. Temos absoluta convicção de que não há necessidade de testes adicionais para vermos que é possível a convivência harmônica da banda larga com os serviços com radiodifusão – afirmou.

### **Mais testes**

O Vice-Presidente da Associação Brasileira da Indústria Eletro e Eletrônica (ABINEE), representante dos fabricantes de equipamentos de telecomunicações, Aluizio Bretas Byrro, também se mostrou otimista. Segundo ele, a entidade também realizou testes de campo e chegou à conclusão de que as interferências da TV Digital pode ser mitigadas e não foram suficientes para afetar a disponibilidade de banda larga móvel aos usuários.

### **Audiências**

Walter Pinheiro chamou atenção para a importância do assunto, que envolve não só questões econômicas, mas variáveis que vão afetar diretamente a vida de todos os brasileiros:

— Por isso o Parlamento não pode abrir mão de participar deste debate. Isso mexe estruturalmente na nação. Não estou preocupado com quanto será a arrecadação do leilão, mas como garantir a cobertura universal e a expansão dos serviços - afirmou.

O assunto voltará a ser debatido no Senado. Anibal Diniz informou que no próximo dia 5 de junho, haverá audiência pública com participação do Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo.

Além disso, a Anatel tem três audiências públicas agendadas sobre o tema: em Brasília (19 e 20 de maio) e São Paulo (22 de maio).

### **Agência Senado**

Fonte: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2014/05/15/anatel-garante-que-banda-larga-de-quarta-geracao-nao-prejudicara-transmissoes-de-tv>

---

**DIA 20-5-2014 – 11ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES  
(16ª REUNIÃO DA CCT, 17ª REUNIÃO DA CMA E 19ª REUNIÃO DA CI)**

---



**“FUNCIONAMENTO DA TELEFONIA CELULAR NO PAÍS” - 1ª AUDIÊNCIA**

Requerimentos de realização de audiência:

- RCT nº 11/2014, Senador Vital do Rêgo e outros;
- RCT nº 13/2014, Senador Eduardo Amorim;
- RMA nº 26/2014, Senador Eduardo Amorim e outros; e
- RQI nº 4/2014, Senador Jorge Viana.

**CONVIDADOS**

- **João Rezende**  
Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL
- **Eduardo Levy (representante de José Formoso Martinez)**  
Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal - SINDITELEBRASIL

- **Marcos Mesquita (representante de Zeinal Abedin Bava)**  
Diretor de Relações Institucionais da Oi S.A.
- **Antônio Carlos Valente da Silva**  
Presidente da Telefônica Vivo
- **Carlos Zenteno**  
Presidente da Claro S.A.
- **Rodrigo Abreu**  
Presidente da TIM Brasil S.A.
- **Euza Missano**  
Promotora de Defesa dos Direitos do Consumidor do Ministério Público de Sergipe – MP/SE
- **Leão Serva**  
Jornalista da Folha de São Paulo
- **Deputado Augusto Bezerra**  
Representante da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais - UNALE

## Comissões ouvem presidentes das teles sobre problemas na telefonia móvel

20-5-2014

Começou há pouco a audiência pública com os presidentes das empresas de telecomunicações sobre a baixa qualidade dos serviços de telefonia móvel. Os dirigentes da TIM, Rodrigo Abreu; da Vivo, Antonio Carlos Valente da Silva; e da Claro, Carlos Zenteno, debatem o tema com os senadores das Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática (CCT) e de Serviços de Infraestrutura (CI). O Presidente da OI, Zeinal Bava, também foi convidado, mas não pode comparecer, enviando representante para o debate. Deverá participar ainda o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), João Rezende, entre outros convidados.

Preocupados com a baixa qualidade dos serviços de telefonia móvel, alto preço das tarifas e a existência de áreas ainda sem cobertura, os senadores das três comissões permanentes da Casa querem explicações dos presidentes das operadoras do serviço.

O Senador Eduardo Amorim (PSC-SE), autor do requerimento propondo o debate nas duas primeiras comissões, classificou como caótica a telefonia celular no país. Ele disse serem recorrentes, entre outros, problemas de falta de sinal, queda de ligação, desconexões de chamadas de voz e ligações que não são completadas.

O Senador Zeze Perrella (PDT-MG), presidente da CCT, quer ainda explicações sobre a não instalação de antenas para reforçar o sinal de internet nos estádios que sediarão a Copa do Mundo.

### Agência Senado

Fonte: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2014/05/20/comissoes-ouvem-presidentes-das-teles-sobre-problemas-na-telefonia-movel>

## Telefônicas culpam problemas de infraestrutura por falhas na telefonia móvel

20-5-2014

Problemas de infraestrutura foram o principal argumento das empresas de telecomunicações para explicar falhas nos serviços de telefonia móvel, em audiência pública realizada nesta terça-feira (20) por três comissões do Senado. A baixa qualidade da internet nos celulares, preocupação agravada pela proximidade da Copa do Mundo, levou os senadores a insistir na participação dos próprios presidentes das quatro maiores empresas do setor.

Diante das críticas de senadores, que reclamaram de erros nas ligações e de áreas sem cobertura, os presidentes das empresas mencionaram a necessidade de implantar infraestrutura, especialmente mais antenas, o que seria prejudicado pela legislação e pela demora dos licenciamentos ambientais.

Segundo o Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia (SINDITELEBRASIL), Eduardo Levy, apesar disso, as empresas têm cumprido e até excedido as metas da Anatel para a instalação de antenas de internet 3G e 4G.

— O que faz com que o celular possa funcionar bem são antenas. Se não houver antenas em profusão no país, nós temos dificuldades de fazer com que, no deslocamento, as chamadas permaneçam em pé – explicou Levy.

Os empresários ressaltaram a importância de se aprovar o Projeto da Lei Geral das Antenas (PLS nº 293/2012), aprovado no início de 2013 no Senado e que, por ter sofrido alterações na Câmara, deve voltar a ser examinado pelos senadores. A proposta cria normas gerais para acelerar a instalação de antenas no país.

### Preços

Os presidentes das telefônicas também rebateram as acusações de que as tarifas de telefonia são muito altas no Brasil. Senadores mencionaram estudo da União Internacional de Telecomunicações (UIT), lançado no fim de 2013, indicando que o preço do minuto em ligações para celulares da mesma operadora no país seria um dos mais altos do mundo: US\$ 0,71. Os presidentes das empresas disseram que, na prática, o valor é muito menor, pois a UIT teria se baseado em uma tabela da Anatel, que informa o valor máximo das tarifas.

Segundo as empresas, a entidade não considerou os pacotes promocionais, que indicariam o valor cobrado de fato. Além disso, os executivos reclamaram da carga tributária no Brasil, que seria, na média, mais do que o dobro da praticada pelo segundo colocado na América Latina, segundo Levy.

— O Brasil hoje já pratica R\$ 0,15 o preço médio de minuto do celular. O brasileiro gasta em média, pelos dados do IBGE, R\$ 19,50 por mês com celular. Significa que, representa, para ele, menos de 1% da sua renda média no consumo do seu celular - disse Levy.

O jornalista Leão Serva, da *Folha de São Paulo*, defendeu o uso da tabela da Anatel, já que pacotes ilimitados de internet estão sendo cobrados quando o usuário excede os limites. Também é cobrado o tráfego de requisição de uma página na internet, por exemplo, mesmo quando o usuário não consegue acessar aquela página.

— Se eles estão sendo cobrados, o preço promocional nem sempre é eterno e, portanto, não pode ser levado em consideração para efeito de comparação permanente dos mercados – argumentou Serva.

## Fiscalização

Leão Serva disse, também, que a Anatel não está tendo capacidade de fiscalizar o serviço de telefonia móvel. Ele relatou que, na apuração de uma matéria, documentou 115 telefonemas de usuários para a agência, no dia 11 de março, dos quais apenas 10 se completaram e 105 deram ocupado. Além disso, das 10 ligações que se completaram, 8 caíram depois de 1 minuto.

— A Anatel anuncia no seu site que, no ano passado, atendeu 7,67 milhões de consumidores. Se isso reflete uma taxa de 1%, isso quer dizer que provavelmente 875 milhões de ligações teriam sido feitas para a Anatel, 2,4 milhões por dia, sem sucesso.

O jornalista também criticou cobranças à parte, como tráfego de dados excedentes, que estariam previstas somente em letras miúdas nos contratos e não sofreriam fiscalização da Anatel.

O Presidente da Anatel, João Rezende, afirmou que a agência não fiscaliza a publicidade relacionada à internet, que, integra, segundo ele, a relação da empresa com o usuário.

— A Anatel, até por conta do nascimento dela, não regula o serviço de internet. Em geral, eu acho que faz parte do contrato e nós podemos olhar isso com atenção – disse.

Ele ressaltou, porém, que a agência acompanha irregularidades no que diz respeito à velocidade do tráfego de dados.

— O que o regulamento estabelece é uma velocidade instantânea de 30% e uma velocidade média de 80%. Algumas empresas têm cumprido e outras não – disse.

Estiveram presentes à audiência o Presidente da Vivo, Antonio Carlos Valente, o Presidente da TIM, Rodrigo Abreu, e o Presidente da Claro, Carlos Zenteno. A ausência do Presidente da Oi, Zeinal Bava, foi criticada por senadores e por cidadãos que participaram da audiência por meio do Portal e-Cidadania. Bava mandou o Diretor Marcos Mesquita como representante.

A audiência foi promovida pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Serviços de Infraestrutura (CI).

### Agência Senado

Fonte: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2014/05/20/telefonicas-culpam-problemas-de-infraestrutura-por-falhas-na-telefonia-movel>

## Senadores criticam baixa qualidade e cobertura limitada da telefonia celular

20-5-2014

Apesar das explicações apresentadas por executivos das empresas do setor, senadores voltaram a criticar duramente as falhas nos serviços de telefonia móvel, discutidas em audiência pública nesta terça-feira (20). A baixa qualidade do serviço – com chamadas incompletas e perdas de ligações – e a cobertura ainda restrita foram problemas citados pelos parlamentares.

O Senador Jorge Viana (PT-AC), autor do requerimento da audiência, citou o elevado número de reclamações que recebe de cidadãos.

— Nós estamos falando de um serviço de primeira necessidade hoje. O cidadão brasileiro nos cobra. Onde comentei sobre a audiência, me diziam: “Até que enfim vão fazer um debate para a gente en-

tender direito porque é caro e a qualidade tem caído, porque ainda se tenta três, quatro vezes para se completar uma ligação” relatou Viana.

Senadores das regiões Norte e Nordeste, como Eduardo Amorim (PSC-SE), Ivo Cassol (PP-RO) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) reclamaram da cobertura limitada dos serviços.

— A ideia que nós consumidores temos é de que a cobertura deve existir de forma qualificada em todos os lugares. Cito, como exemplo, uma comunidade, no meu estado, a Colônia 13, que é maior do que mais da metade dos outros municípios do nosso estado, e lá, lamentavelmente, não se tem acesso à telefonia móvel de forma nenhuma – reclamou Amorim.

Cassol disse que é preciso dar atenção à Região Amazônica, sempre lembrada por ser “pulmão do mundo”, mas esquecida quando se trata de garantir a oferta dos serviços de telefonia.

O Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) reclamou do recebimento de mensagens como “esse número de telefone não existe” ou “esse telefone está programado para não receber chamadas” mesmo quando o usuário sabe que ligou corretamente.

Segundo Leão Serva, da *Folha de S. Paulo*, esse tipo de mensagem indicaria uma dissimulação de congestionamento. Isso ocorreria porque as operadoras são avaliadas pela Anatel pelo tempo de resposta e pelas chamadas completadas. Assim, chamadas com problemas seriam contadas como completadas, mesmo que com mensagens que não retratam a situação real.

— Isso paralisa o usuário do desejo eventual de reclamar. Ele não documenta onde estava e a hora em que aconteceu, dados que a Anatel alega serem necessários para poder trabalhar uma eventual reclamação – explicou.

O Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) sugeriu que as comissões responsáveis pela audiência desta terça fixem prazos para que a Anatel exija serviços “de qualidade” das teles, sob o risco de sanções previstas na legislação.

— A promessa feita pelas empresas de que o Brasil prestará serviço de qualidade nessa área durante a Copa do Mundo deve ser estendida para depois da competição também – cobrou.

A Promotora de Defesa dos Direitos do Consumidor de Sergipe, Euza Missano, afirmou que as reclamações são sempre as mesmas e ocorrem constantemente.

— O Ministério Público de Sergipe recebe reclamações individuais para que aí, sim, nós tenhamos esse marco que é um índice de reclamações. Se nós analisarmos o universo que é atendido hoje pelo serviço de telefonia, as reclamações são as mesmas e sempre constantes e não se encontra uma solução adequada para o problema – disse.

#### **Agência Senado**

Fonte: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2014/05/20/senadores-criticam-baixa-qualidade-e-cobertura-limitada-da-telefonia-celular>

---

**DIA 27-5-2014 – 13ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES  
(18ª REUNIÃO DA CCT, 18ª REUNIÃO DA CMA E 23ª REUNIÃO DA CI)**

---



José Cruz / Agência Senado

**“FUNCIONAMENTO DA TELEFONIA CELULAR NO PAÍS” – 2ª AUDIÊNCIA**

Requerimentos de realização de audiência:

- RCT 11/2014, Senador Vital do Rêgo e outros;
- RCT 13/2014, Senador Eduardo Amorim;
- RMA 26/2014, Senador Eduardo Amorim e outros;
- RMA 34/2014, Senador Eduardo Amorim; e
- RQI 04/2014, Senador Jorge Viana.

**CONVIDADO**

- **Paulo Bernardo**  
Ministro das Comunicações - MiniCom

## Antecipação de investimentos em telecomunicações é legado da Copa, diz Paulo Bernardo

27-5-2014

Ao setor de telecomunicações, a Copa do Mundo deixará como legado a antecipação de investimentos. A afirmação foi feita pelo Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, em audiência nesta terça-feira (27) no Senado.

— Nós antecipamos em pelo menos cinco anos os investimentos que a Telebras faria para dar suporte ao Plano Nacional de Banda Larga. O serviço de 4G que está sendo implantado vai ser usado pela população nos próximos 15 anos – disse.

O ministro destacou, entre outros, investimentos em redes de fibra ótica de alta qualidade e em sistemas de fiscalização para a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), além do aprendizado tecnológico quanto ao fornecimento de serviços em grandes aglomerações de pessoas.

— O Brasil sai melhor preparado em termos de telecomunicações depois desse evento – frisou.

Paulo Bernardo participou de audiência pública conjunta das Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, e Fiscalização e Controle (CMA), de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Serviços de Infraestrutura (CI).

Em resposta a Zeze Perrella (PDT-MG), o ministro afirmou que o Governo cumpriu os compromissos assumidos com a Fifa de instalação de infraestrutura necessária à transmissão de sinais de áudio e vídeo nas 12 cidades que sediarão jogos e naquelas que hospedarão seleções.

Ele afirmou que estão asseguradas antenas para serviço 2G, 3G e 4G em todos os estádios, mas disse que o serviço de internet poderá ficar lento devido à grande demanda durante os jogos.

— Recomendamos a instalação de rede *wi-fi*, mas seis estádios não aceitaram e deverão enfrentar congestionamentos [no uso da internet] – disse. Ele explicou que esses estádios cobraram preços mais elevados para permitir a instalação de rede local de internet sem fio, o que impediu acordo com as operadoras.

Para Zeze Perrella e Eduardo Amorim (PSC-SE), a falta de acordo resultará em prejuízos para usuários dos serviços nos estádios, o que justificaria uma intervenção do Governo. Já o ministro avaliou o caso como de negociação comercial entre atores privados, não cabendo ao poder público regular o valor de aluguel de área para disponibilização de rede *wi-fi* dentro das arenas.

### Telefonia celular

O ministro também respondeu a questionamento dos senadores quanto a baixa qualidade da telefonia móvel. Ao reafirmar que o setor é recordista de reclamações de usuários, Eduardo Amorim disse serem recorrentes problemas como queda de chamadas, falha de sinal e muitas áreas ainda sem cobertura.

O ministro reconheceu que o serviço precisa melhorar, mas apontou avanços que permitiram ao País ter hoje 360 milhões de serviços ativos de telefonia fixa e móvel, internet e TV por assinatura, uma média de dois contratos por pessoa.

— Entre dezembro de 2010 e abril de 2014 houve um crescimento de 474% de acessos ativos – acrescentou.

Ao informar que os senadores utilizam serviços da operadora Oi, Waldemir Moka (PMDB-MS) estimou que, a cada 50 chamadas, 40 apresentam problemas. Ele considera que as empresas disputam a ampliação da rede de clientes sem investimentos na melhoria dos serviços oferecidos.

— Não se consegue terminar uma ligação, sendo preciso ligar novamente. Muitas vezes a gente liga e não completa. Outras vezes ligamos para um número da nossa agenda e ouvimos a mensagem de que o número não existe. Se comparar com o passado, estamos a anos luz, mas se levarmos em conta as ligações, ainda é um grande problema – disse o parlamentar.

Anibal Diniz (PT-AC) concorda e acrescenta que é comum a todos os senadores o problema de interrupções sistemáticas de chamadas feitas por celular.

Waldemir Moka disse não se aplicar, na prática, a informação do ministro de que as operadoras se comprometem a realizar com sucesso 98% de tentativas de ligação. Frente ao questionamento, Paulo Bernardo se comprometeu a solicitar da Anatel um teste público de eficiência de chamadas.

Ele informou que passará a vigorar a partir de julho um conjunto de novas regras definidas pela Anatel, como o fim da cobrança pela segunda ligação para o mesmo número, desde que feita até dois minutos após a queda da chamada original.

— É evidente que isso [queda de ligação] é um inconveniente, mas motivo para derrubar a ligação a empresa não vai ter, pois terá que fazer outra ligação de graça – frisou o ministro.

Ainda sobre as novas regras, ele destacou o direito dos assinantes de aderir a promoções ofertadas a novos clientes e o serviço de cancelamento automático de contratos.

## **Cobertura**

Sobre a falta de cobertura da telefonia móvel em diversas regiões do País, ele explicou que licitações passadas não exigiam que também os distritos, e não apenas a sede dos municípios, fossem atendidos. Nas licitações para o serviço 4G, disse que está prevista a oferta obrigatória de acesso a internet e telefonia até 30 quilômetros a partir da borda da área urbana da sede municipal.

— Isso atende a grande maioria dos distritos, que fica a menos de 30 quilômetros da cidade. Mas ainda haverá problema em estados como Amazonas e Pará, por exemplo, onde há distritos mais distantes das cidades – observou.

Ele também apontou restrições em legislações municipais como barreira para a ampliação da cobertura. No caso de Porto Alegre, por exemplo, uma solicitação para instalação de antena pode levar até 18 meses para ser atendida.

### **Agência Senado**

Fonte: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2014/05/27/antecipacao-de-investimentos-em-telecomunicacoes-e-legado-da-copa-diz-paulo-bernardo>

---

## DIA 28-5-2014 – 20ª REUNIÃO

---



Lia de Paula / Agência Senado

### “INSTRUÇÃO AO PLC 59/2003, QUE REGULAMENTA O INCISO III, DO ARTIGO 221, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, REFERENTE À REGIONALIZAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO CULTURAL, ARTÍSTICA E JORNALÍSTICA E À PRODUÇÃO INDEPENDENTE DE EMISSORAS DE RÁDIO E TV”

Requerimentos de realização de audiência:

- RCT 04/2014, Senador Walter Pinheiro;
- RCT 09/2014, Senador Rodrigo Rollemberg e outros; e
- RCT 14/2014, Senador Anibal Diniz.

### CONVIDADOS

- **Jandira Feghali**  
Deputada Federal da Câmara dos Deputados - CD
- **Sônia Regina Piassa**  
Diretora Executiva da Associação Brasileira da Produção de Obras Audiovisuais - APRO

- **Luis Roberto Antonik**  
Diretor-Geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT
- **José Leal Neto**  
Assessor Jurídico da Associação Brasileira de Radiodifusores - ABRA
- **Marco Antônio Altberg**  
Presidente da Associação Brasileira de Produtoras Independentes de Televisão - ABPITV

## CCT busca consenso sobre projeto que regulamenta regionalização de TV e rádio

28-5-2014

Em busca de consenso sobre matéria que há mais de 20 anos tramita no Congresso Nacional, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) promoveu nesta quarta-feira (28) audiência pública sobre o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 59/2003, que regulamenta a regionalização da programação radiofônica e televisiva. Na audiência, os senadores da comissão afirmaram acreditar num acordo possível, apesar das divergências existentes.

Enquanto os produtores independentes defendem uma política de cotas para a veiculação de sua produção regional nas emissoras de televisão e rádio, o representante das emissoras pensa que a proposta seria inviável para o País. O Diretor-Geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), Luis Roberto Antonik, propôs que a regionalização leve em conta as características econômicas de cada região.

— A proposta inicial que nós tínhamos acerca da programação regional não era razoável. Por isso está parada aqui desde 1991. Se não for razoável, não há a menor chance de progresso. Não se alcança um consenso impondo uma cota que absolutamente as emissoras de rádio e de televisão não têm condição de cumprir – afirmou Antonik.

O relator da matéria na CCT, Senador Valdir Raupp (PMDB-RO), já fez um relatório em que apresenta um substitutivo, encerrando as cotas para a produção independente e escalonando a produção regional de acordo com o número de habitantes por região do País. O relator se mostrou aberto à discussão de seu relatório e que está em constante diálogo com a autora da proposta, Deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ).

— Nós já avançamos bastante. A Deputada Jandira Feghali tem conversado frequentemente comigo e vamos continuar ainda a conversar e, na hora em que estiver no ponto, a gente apresenta o relatório – disse Raupp.

Por sua vez, a autora do projeto e os Senadores Walter Pinheiro (PT-BA) e Anibal Diniz (PT-AC) defenderam uma negociação em relação à proporcionalidade das cotas, sem abrir mão delas, para que o projeto seja aprovado.

O Senador Walter Pinheiro deu o exemplo de um mercado pequeno que pode colocar sua publicidade numa programação regional de jogos da série C e D dos campeonatos de futebol. Dessa forma, a produção regional seria viabilizada pela economia local.

—Um minimercado de Vitória da Conquista pode botar uma publicidade numa emissora dessa para ver o Vitória da Conquista jogando a série C, mas ele não tem bala na agulha para colocar a publicidade lá no Bahia na série A. É muito caro – explicou.

Para Anibal, é possível fazer um acordo para que a proposta seja aprovada no Senado, flexibilizando os percentuais das cotas.

— O ponto de partida, eu acho que tem que ser este: qual é o acordo possível para que gente tenha, sim, uma cota estabelecida, e a cota no sentido da política afirmativa mesmo, daquilo que a gente assegura o mínimo necessário – defendeu.

A Diretora-executiva da Associação Brasileira da Produção de Obras Audiovisuais, Sônia Regina Piasa, comparou a falta de regionalização da programação televisiva com uma casa sem espelhos. Questionada por Raupp sobre a qualidade da produção independente brasileira, Sônia disse que o Brasil é o terceiro país mais premiado em festivais internacionais do mundo, perdendo apenas para os Estados Unidos e a Inglaterra.

— Nós somos fantásticos. Só é uma questão de a gente realmente adequar a realidade das emissoras que são feitas em rede a uma realidade local, porque ela já existe – disse.

## Entenda o projeto

O PLC 59/2003, que regulamenta o artigo 221 da Constituição Federal, foi apresentado na Câmara em 1991 e lá tramitou por 12 anos até ser aprovado na forma de um substitutivo. Chegou ao Senado em 2003 e passou pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde também foi aprovado na forma de outro substitutivo. Chegou a ser arquivado, mas voltou a tramitar em 2011, por um requerimento do Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE).

O texto aprovado na Câmara estabelece que as emissoras de televisão veiculem programas totalmente produzidos e transmitidos nos estados onde estão localizadas as suas sedes ou afiliadas, entre 5h e 24h. Em áreas com mais de 1,5 milhão de domicílios com televisores, estão previstas 22 horas semanais. Nos locais com menos de 1,5 milhão de domicílios, seriam 17 horas semanais. E nas áreas com menos de 500 mil domicílios com televisores, 10 horas. O projeto também previa um aumento de horas no prazo de 5 anos para os dois primeiros casos, que deveriam alcançar, respectivamente 32 horas e 22 horas. Além disso, a Câmara aprovou que 40% das horas semanais destinadas à produção regional na televisão sejam fornecidas por produtores independentes.

O substitutivo de Valdir Raupp estabelece, para a programação regional da televisão, cotas em minutos, escalonadas de acordo com o número de habitantes dos municípios. O relator tira ainda a cota para a produção independente e faculta às emissoras usarem ou não essa produção. Como estímulo, ele estabeleceu que o tempo de transmissão de programação regional de produtoras independentes seja contabilizado em dobro para atender aos limites mínimos estabelecidos nas cotas.

A Deputada Jandira Feghali explicou que a contagem em dobro do tempo destinado à produção independente reduziria o tempo de programação regional nas emissoras de televisão. Ela defendeu ainda que as cotas para a produção independente existam de fato, ao invés de serem facultativas, pois isso não seria um estímulo como pede a Constituição.

— O que eu acho é que a cota não pode inexistir. Tem que haver um mínimo. Se esse mínimo tem que ser proporcional, podemos debater a proporcionalidade do mínimo. A inexistência é estímulo nenhum. É o descumprimento da Constituição – afirmou.

### Agência Senado

Fonte: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2014/05/28/cct-busca-consenso-sobre-projeto-que-regulamenta-regionalizacao-de-tv-e-radio>

---

## DIA 18-11-2014 – 25ª REUNIÃO

---



### “AUDIÊNCIA PÚBLICA DESTINADA A DEBATER O PROGRAMA ESPACIAL BRASILEIRO, COM ABORDAGEM À IMPLANTAÇÃO DO SGDC-1, SATÉLITE GEOESTACIONÁRIO DE DEFESA E DE COMUNICAÇÃO, E DOS SATÉLITES DE COLETA DE DADOS”

Requerimento de realização de audiência:

- RCT 22/2014, Senador Anibal Diniz.

#### CONVIDADOS

- **Leonel Fernando Perondi**  
Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE
- **Coronel Anderson Tesch Horsken Alvarenga**  
Adjunto da Assessoria para o Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas do Ministério da Defesa - MD
- **Eduardo Bonini Santos Pinto**  
Presidente da Visiona Tecnologia Espacial S.A.

- **Francisco Ziober Filho**  
Presidente da Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS
- **Ivanil Elisiário Barbosa**  
Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Setor Aeroespacial – SindCT
- **Flávia Schmidt**  
Diretora Adjunta de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA
- **José Raimundo Braga Coelho**  
Presidente da Agência Espacial Brasileira - AEB

## CCT debate Programa Espacial Brasileiro e implantação de satélites de comunicação

18-11-2014

O Programa Espacial Brasileiro e a implantação do Satélite Geoestacionário de Defesa e de Comunicação (SGDC) e dos Satélites de Coleta de Dados (SCDs) são temas que estão sendo debatidos, nesta manhã, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Entre os convidados, representantes da Agência Espacial Brasileira (AEB), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE); e do Ministério da Defesa (MD), entre outros.

O satélite geoestacionário, programado para estar em órbita terrestre em 2016, ampliará a cobertura das redes de dados nacionais, alcançando municípios que hoje têm dificuldade para acesso à telefonia e à internet. Também deverá dificultar a interceptação de dados estratégicos, além de proporcionar demanda por tecnologia desenvolvida no País.

A reunião ocorre na sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa.

### Agência Senado

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/11/18/cct-debate-o-programa-espacial-brasileiro-e-a-implantacao-de-satelites-de-comunicacao>

## Lançamento de satélite brasileiro deve ampliar oferta de telefonia celular

18-11-2014

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) realizou audiência pública para discutir o programa espacial brasileiro nesta terça-feira, com a presença de autoridades do setor. Os senadores puderam constatar que o lançamento do primeiro satélite brasileiro, em 2016, deve ampliar a oferta e melhorar a qualidade de telefonia celular e internet, principalmente na região Norte.

### Agência Senado

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2014/11/lancamento-de-satelite-brasileiro-deve-ampliar-oferta-de-telefonia-celular>

# Audiência avalia potencial de satélite brasileiro em construção na França

18-11-2014

A implantação do satélite geoestacionário brasileiro, sua importância para as telecomunicações e para a defesa nacional, a capacitação de cientistas locais para essa construção e os problemas enfrentados pelas entidades nacionais que poderiam participar da empreitada foram analisados em audiência pública da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), nesta terça-feira (18).

Durante a audiência, houve reclamações de que a tecnologia e a capacidade da indústria aeroespacial brasileira não foram exploradas pela Visiona para a construção do satélite. Participantes levantaram dúvidas também sobre a efetividade da transferência de tecnologia que integra o contrato com a empresa francesa.

O senador Anibal Diniz (PT-AC), porém, discordou das críticas.

— Para os projetos futuros, a gente já vai ter acumulado [conhecimento] para poder dar uma contribuição maior – disse.

A audiência, solicitada por Anibal Diniz, foi a última no âmbito das avaliações de políticas públicas propostas pelo Executivo e que destinou à CCT a análise do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL). Anibal promete entregar o relatório com suas conclusões sobre o tema no início de dezembro. Ele comemorou as informações obtidas na audiência, que esclareceu a atuação da Visiona, empresa criada para coordenar a construção e lançamento do Satélite Geoestacionário de Defesa e de Comunicação (SGDC).

— O satélite, que será colocado em órbita até 2016, permite um passo importante, atende tanto o PNBL, que é o objetivo central do nosso relatório, quanto às demandas de comunicação estratégica do Ministério da Defesa. No entanto, temos que aproveitar essa janela de oportunidade para expandir nossa capacidade técnica, fazendo com que haja a absorção dessa tecnologia pelas instituições brasileiras. Estamos esperançosos de que o melhor vai acontecer – avaliou Anibal, em entrevista após a reunião.

## **Banda larga**

O SGDC, que está em fase de construção, deve ser concluído em dezembro de 2016 e operar no começo de 2017. Uma equipe de técnicos brasileiros trabalha em conjunto na construção do satélite na França, para cumprir os objetivos de transferência de tecnologia das atividades de engenharia, segundo explicou Eduardo Bonini, Presidente da Visiona.

Seu funcionamento possibilitará a ampliação do acesso à internet por meio do PNBL, como complemento da rede terrestre, que hoje já conta com mais de 21 mil quilômetros de fibra ótica, ainda insuficientes para abarcar todo o território brasileiro não alcançado pelas operadoras comerciais. Com o satélite, mais de 2.300 municípios poderão ser atendidos pela Telebras, garantindo comunicação inclusive em alto-mar, na zona do pré-sal, explicou o Presidente da operadora estatal, Francisco Ziober Filho. Hoje, são 374 municípios atendidos pela Telebras e 196 atendidos por seus parceiros.

O SGDC será operado em banda KA para comunicações civis, e em banda X pelos militares, sendo possível garantir segurança e soberania nas comunicações militares e estratégicas de Governo, uma das funções da Telebras, disse Ziober.

Com o satélite, a defesa nacional vai ampliar sua área de atuação, explicou o Coronel Anderson Alvarenga, um dos responsáveis pelo setor que acompanha o projeto no Ministério da Defesa. A pasta, além do controle das comunicações, terá também o do satélite, importante para a soberania nacional, lembrou Alvarenga. Os participantes da audiência fizeram referências à “espionagem” dos Estados Unidos ao País denunciada pelo ex-funcionário da NSA, Edward Snowden, para reforçar a importância do artefato tecnológico.

A cobertura que alcança hoje uma área branda será ampla e atingirá, além do País, a região continental onde há interesse geopolítico do Brasil, como o Haiti, onde há forças de segurança nacional, e a vigilância do oceano. Será possível até mesmo deslocar a cobertura num *spot* móvel, em toda a área que o satélite conseguirá enxergar, ou seja, quase toda a região do Oceano Atlântico – explicou o militar.

— Esse é o primeiro satélite com vida útil de 15 anos. Mas a demanda é por uma constelação de satélites. Pretendemos, para obter redundância e segurança, ter mais três satélites, com lançamentos a intervalos regulares – revelou Alvarenga.

O desejo de expansão do número de satélites do ministério se coaduna com a necessidade de haver projetos para colocar a transferência de tecnologia do projeto do SGDC em prática, lembrou Aníbal Diniz.

— Temos dois desafios: garantir que a equipe técnica que está acompanhando a construção do satélite na França volte habilitada a replicá-lo aqui. Além disso, o governo brasileiro tem que ter um programa de contratação de novos artefatos que venham a deixar esse pessoal permanentemente em atividade, porque se não tiver atividade, o conhecimento se desfaz – disse o senador, após a audiência.

## Colaboração

A falta de colaboração de entidades governamentais e empresas brasileiras no projeto do satélite geostacionário foi denunciada por Ivanil Barbosa, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Setor Aeroespacial (SindCT). Para ele, se houvesse investimento no setor tecnológico, a equipe brasileira poderia auxiliar nessa construção, mas na realidade está havendo o encolhimento do Programa Espacial Brasileiro.

Do BRICS, grupo de países emergentes que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, o Brasil é o único que não domina a tecnologia de construção e lançamento de artefatos espaciais, dependendo de nações estrangeiras até para a previsão do tempo, disse Ivanil. Ele lamentou que poucos recursos orçamentários sejam direcionados ao setor, e a não utilização de tecnologia nacional na construção do SGDC, chegando a duvidar da efetividade de partes do contrato. Para ele, os franceses não vão transferir tecnologia, pois “ninguém dá tecnologia de graça”.

O Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Leonel Perondi, também defendeu a pesquisa e o desenvolvimento nacionais e a utilização da indústria aeroespacial brasileira para a construção de satélites e o domínio do espaço. Perondi afirmou que o Brasil teria condições de participar do projeto do SGDC, pelo menos na construção das partes mais simples do satélite. Para ele, o Inpe é capaz de colaborar, falta apenas conjugar esforços.

— Temos condições, basta que haja esforço, temos condições de formar gente no volume necessário para a área – disse.

Em resposta, o Presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB), José Raimundo Braga Coelho, disse que não duvida da capacidade brasileira, mas que para a construção do satélite não haveria tempo hábil. A pressa também foi a justificativa dada por Eduardo Bonini, que apontou a necessidade de o Brasil ter projetos de governo para garantir a sequência de aplicação da tecnologia que está sendo aprendida com o SGDC.

## **Empresas**

O Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) fez um levantamento sobre a capacitação brasileira no campo espacial. De acordo com a pesquisadora Flavia Schmidt, são 104 empresas no setor aeroespacial, um segmento com investimentos acima da média nacional em inovação, que elevou o número de pessoas empregadas, mas que sofre com a interrupção de encomendas.

— Há necessidade de previsibilidade e continuidade dos projetos por causa da possibilidade de quebra das empresas, o que é muito prejudicial. Algumas estão sem contrato – revelou.

### **Agência Senado**

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/11/18/audiencia-avalia-potencial-de-satelite-brasileiro-em-construcao-na-franca>

---

**DIA 26-11-2014 – 19ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES  
(27ª REUNIÃO DA CCT E 39ª REUNIÃO DA CE)**

---



**“A IMPORTÂNCIA DA REALIZAÇÃO DA ‘WORLDSKILLS’ NO BRASIL E A  
CONTRIBUIÇÃO DO SISTEMA ‘S’ PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL”**

Requerimentos de realização de audiência:

- RCT 24/2014, Senadores Zeze Perrella e Sérgio Petecão; e
- RCE 34/2014, Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim.

**CONVIDADOS**

- **Simon Bartley**  
Presidente da WorldSkills
- **David Hoey**  
Diretor-Executivo da WorldSkills
- **Rafael Lucchesi**  
Diretor-Geral do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI  
Diretor de Educação e Tecnologia da Confederação Nacional da Indústria – CNI

- **Luciano Toledo**  
Assessor de Inovação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação - MEC
- **Fátima Aparecida Antônio**  
Diretora da Divisão do Ensino Fundamental e Médio da Secretaria Municipal de Educação do Estado de São Paulo
- **Rafael Wenderson**  
Medalhista de Ouro da WorldSkills

## WorldSkill pode despertar interesse pelo ensino técnico, acreditam especialistas

26-11-2014

A WorldSkills Competition 2015, maior torneio de educação profissional do mundo, pode ser a oportunidade para despertar o interesse dos brasileiros pelo ensino técnico. Essa é conclusão dos participantes de audiência pública sobre o tema realizada nesta quarta-feira (26) pelas Comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Promovida pela International Vocational Training Organization (IVTO) desde 1950, a WorldSkills reúne os melhores alunos do ensino profissionalizante de mais de 60 países das Américas, Europa, Ásia e África. Na competição, eles precisam demonstrar habilidades técnicas, individuais e coletivas para executar as tarefas de sua profissão dentro de padrões internacionais de qualidade. A edição de 2015 será realizada em São Paulo, entre 11 e 16 de agosto.

O presidente da WorldSkills International, Simon Bartley, disse que os competidores não se esforçam apenas pelo seu sucesso no evento. Um bom desempenho representa a habilidade do país de origem para treinar e desenvolver os jovens para o mercado de trabalho. Bartley diz acreditar que a competição inspira as pessoas para que tenham êxito na vida.

— Pessoas jovens não são o futuro somente para o seu país. Os competidores de todo o mundo são o nosso futuro, são indivíduos que farão nosso mundo um lugar melhor - frisou.

Para ele, o apoio do Senado na divulgação do evento é fundamental, já que o interesse dos organizadores não é só o de realizar a competição, mas de despertar interesse e divulgar, tanto quanto possível, seus objetivos e resultados. O presidente da CE, Senador Cyro Miranda, prometeu empenho na tarefa.

— Através desta casa, de cada um dos participantes, que sejamos grandes incentivadores e divulgadores desse evento. O maior vencedor somos nós, que estamos conquistando esse espaço - disse.

### Legado

O Diretor-Executivo da competição, David Hoey, afirma que a realização do evento no Brasil é um investimento que pode dar retorno ao País e influenciar diretamente na quantidade de trabalhadores da indústria e na qualidade para atingir padrões internacionais.

— O Brasil, assim como muitos outros países no mundo, parece dar muita ênfase em levar os jovens à universidade em vez de reconhecer que o ensino técnico é uma boa opção de carreira – afirmou.

O Diretor-Geral do Senai e Diretor de Educação e Tecnologia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Rafael Lucchesi, concorda. Para ele, o Brasil precisa investir mais na educação profissional.

Essa mudança poderia melhorar o sistema econômico, abrir oportunidades para a juventude ingressar no mercado de trabalho, melhorar competitividade de empresas brasileiras e assegurar um país com maior capacidade de desenvolvimento e com mais oportunidades.

— Nós temos os problemas de baixa qualificação do trabalhador como um dos principais entraves do ganho de produtividade no Brasil. Essa é uma questão central – apontou o diretor.

A falta de ênfase no ensino profissionalizante no Brasil foi lembrada, ainda, pelo Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que citou o exemplo europeu nesse tipo de ensino.

Como um dos passos para mudar essa realidade, o representante da Secretaria de Indústria, Educação Profissional e Tecnologia do Ministério da Educação, Luciano Toledo, destacou o investimento do Governo na educação profissional. Uma das principais iniciativas é o Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), que conseguiu igualar o número de matrículas do ensino profissional ao do ensino superior.

## **Vencedor**

Durante a audiência, os participantes ouviram o relato de Rafael Wenderson, ganhador de duas medalhas de ouro nas categorias melhor soldador e melhor competidor brasileiro na WorldSkills Américas 2014. O jovem falou sobre a preparação para os títulos e do orgulho de representar o País.

— Não é cor, não é classe social, não é sotaque que vai provar quem você é: é a confiança de correr atrás e conseguir ser o que você quer ser – disse o soldador.

A Diretora da Divisão do Ensino Fundamental e Médio da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, Fátima Aparecida Antônio, disse que a realização do evento na cidade é uma oportunidade não só para os alunos, como Rafael, mas também para professores, que poderão interagir com o ensino técnico de outros países do mundo.

— O Brasil ganhou uma grande oportunidade, e São Paulo ganhou um grande presente de poder receber tantas delegações de estudantes estrangeiros – comemorou.

## **Agência Senado**

Fonte : <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/11/26/especialistas-acreditam-que-torneio-pode-despertar-interesse-pelo-ensino-tecnico-no-brasil>

## 4.1 AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DO PROGRAMA NACIONAL DE BANDA LARGA - PNBL

O Regimento Interno do Senado Federal estabelece, em seu artigo 96-B, que as comissões permanentes selecionarão, no âmbito da sua competência, políticas públicas desenvolvidas pelo Poder Executivo para serem avaliadas.

O Programa Nacional de Banda Larga foi a política pública escolhida pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado Federal para ser avaliada durante o exercício de 2014, por meio do Requerimento nº 03/2014, tendo sido nomeado relator o Senador Anibal Diniz.

Com o objetivo de massificar o acesso à internet em banda larga no País, principalmente nas regiões mais carentes de tecnologia, o programa reúne um extenso conjunto de ações que vêm sendo levadas a cabo desde sua instituição, em 2010.

O Plano de Trabalho correspondente, apresentado à Comissão pelo Senador Anibal Diniz e aprovado em 13-5-2014, propôs a execução de diversas atividades. A partir de então, foram ouvidos diversos segmentos da sociedade, por meio de audiências e debates públicos, bem como foram realizadas visitas institucionais.

O relatório final, aprovado pelo plenário da CCT em 2-12-2014, em sua 28ª reunião, tem o intuito de apresentar não apenas um diagnóstico dos gargalos observados na efetivação desta importante política pública, mas primordialmente organizar as recomendações coletadas com base na consulta a membros da administração pública, da sociedade civil e do setor privado.

Segue o resumo das principais atividades realizadas no decorrer da referida avaliação.



## “AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DO PROGRAMA NACIONAL DE BANDA LARGA - PNBL” – 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

### CONVIDADO

- **Paulo Bernardo**  
Ministro de Estado das Comunicações - MiniCom

## Falta de infraestrutura limita crescimento da internet, avalia Paulo Bernardo

27-5-2014

A maior limitação para o crescimento do acesso à internet com qualidade no Brasil está na falta de infraestrutura fora dos grandes centros urbanos. A constatação foi feita pelo Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, durante audiência pública sobre o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) promovida nesta terça-feira (27) pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado (CCT).

Para garantir maior alcance e qualidade das transmissões de dados no País, assim como preços mais baixos ao consumidor, o ministro avalia que é necessário levar fibra óptica a 95% dos municípios brasileiros. Pouco mais da metade das cidades do País está hoje conectada com fibra óptica.

— O grande problema a ser solucionado no Brasil é a questão da infraestrutura a exemplo do que temos que fazer com rodovias, ferrovias, aeroportos e saneamento. O Brasil precisa ser dotado de uma infraestrutura de telecomunicações que dê condições de atender as mais distantes regiões com boa qualidade. Neste momento só tem uma solução: fazer redes de fibra óptica no País inteiro – disse Paulo Bernardo.

Além de promover a expansão da rede pública de fibra óptica, o Ministério das Comunicações tem adotado outras medidas para cumprir a meta de chegar a 40 milhões de domicílios conectados à rede mundial de computadores, conforme afirmou Paulo Bernardo. Entre elas, está a desoneração de redes e terminais de acesso, o programa de desoneração de *smartphones*, e a chamada banda larga popular, com internet na velocidade de 1 Mbps ao valor de R\$ 35 mensais (com impostos).

## ICMS

Outra questão que precisa ser repensada, de acordo com o ministro das Comunicações, é a tributação estadual dos serviços de telefonia e internet. Ele manifestou apoio a projeto da Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), que limita em 10% a alíquota de ICMS sobre os serviços de internet em banda larga fixa. Segundo Paulo Bernardo, o custo do acesso é um dos principais obstáculos à disseminação da banda larga.

— Temos uma carga tributária muito alta nesse serviço. Os estados que têm menos serviço e que tem mais necessidade de barateá-lo são os que cobram mais caro – apontou.

## Avanços

Durante a audiência, Paulo Bernardo observou que a banda larga móvel, pelas redes de terceira e quarta geração (3G e 4G), tem liderado a expansão dos acessos à internet. Os acessos feitos por meio de dispositivos móveis como *tablets* e *smartphones*, de acordo com o ministro, saltaram de 18 milhões para 120 milhões entre 2010, quando foi lançado o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), e o primeiro trimestre de 2014. Na banda larga fixa, os acessos totalizaram 23 milhões nos primeiros meses de 2014, contra 13 milhões em 2010.

— As pessoas não querem mais telefone fixo ou computador preso na parede por um fio. No ano passado, já se vendeu mais *tablets* do que computador (*desktop*) – assinalou.

O Senador Aníbal Diniz (PT-AC) observou que, apesar do compromisso da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) de garantir acesso à banda larga em todos os estados, as operadoras não vêm cumprindo a determinação. Já o Presidente da CCT, Senador Zeze Perrella (PDT-MG), apontou o alto preço das tarifas e a existência de áreas ainda sem cobertura como problemas a serem resolvidos.

Criado pelo decreto nº 7.175/2010, o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) é uma iniciativa do Governo Federal que tem o objetivo principal de massificar o acesso à internet em banda larga no País, principalmente nas regiões mais carentes da tecnologia.

## Telefonia celular

Mais cedo, Paulo Bernardo participou da audiência pública conjunta realizada pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), de Ciência, Tecnologia,

Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Serviços de Infraestrutura (CI), para debater o funcionamento da telefonia celular no País.

O ministro reconheceu que o serviço precisa melhorar, mas apontou avanços que, segundo ele, permitiram ao País ter hoje 360 milhões de serviços ativos de telefonia fixa e móvel, internet e TV por assinatura, uma média de dois contratos por pessoa. Também afirmou que, para o setor de telecomunicações, a Copa do Mundo de Futebol deixará como legado a antecipação de investimentos em pelo menos cinco anos.

#### **Agência Senado**

Fonte: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2014/05/27/antecipacao-de-investimentos-em-telecomunicacoes-e-legado-da-copa-diz-paulo-bernardo>

## **Paulo Bernardo fala aos senadores sobre Plano Nacional de Banda Larga**

27-5-2014

O Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, que participou na manhã desta terça-feira (27) de audiência pública sobre a qualidade dos serviços de telefonia móvel, encerrada há pouco, prossegue no Senado e fala agora sobre o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL).

A reunião, promovida pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), faz parte de uma série de medidas que o colegiado tem tomado para acompanhar de perto o programa do Governo Federal, que prevê a massificação da oferta de internet de banda larga.

O plano de trabalho da CCT inclui debates com representantes de órgãos públicos, especialistas, representantes de usuários e provedores; reunião com a subcomissão da Câmara dos Deputados que acompanha as ações do PNBL; pedidos de informações ao Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital, ao Ministério das Comunicações, Anatel e Telebras; e consulta ao Tribunal de Contas da União (TCU) para verificar a existência de avaliações sobre o plano.

A reunião, que está sendo conduzida pelo Senador Zeze Perrella (PDT-MG), acontece na sala 6 da Ala Senador Nilo Coelho.

#### **Agência Senado**

Fonte: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2014/05/27/antecipacao-de-investimentos-em-telecomunicacoes-e-legado-da-copa-diz-paulo-bernardo>

---

**DIA 14-8-2014 – DEBATE PÚBLICO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO ACRE**

---



**“1º DEBATE PÚBLICO PARA AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DO  
PROGRAMA NACIONAL DE BANDA LARGA” – RIO BRANCO-AC**

**PARTICIPANTES**

- **Deputado Estadual Elson Santiago**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Acre
- **Senador Anibal Diniz**
- **Senador Jorge Viana**
- **André Moura Gomes**  
Representante do Ministério das Comunicações – MiniCom
- **Celso Henrique Heredias Ribas**  
Representante da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL  
Gerente da Unidade Operacional da ANATEL no Acre

- **Oswaldo D' Albuquerque Lima Neto**  
Representante do Ministério Público do Estado do Acre
- **Carlos Rebello**  
Representante do Governo do Estado do Acre – Floresta Digital
- **Cláudio Santana Laranjeira**  
Representante da Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS
- **Luciana Meireles**  
Representante da Empresa OI

## CCT debate Programa Nacional de Banda Larga no Acre

14-8-2014

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) promove nesta quinta-feira (14), no Plenário da Assembleia Legislativa do Acre, debate público sobre o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL).

Compõem a mesa: o Senador Aníbal Diniz (PT-AC); o presidente da Assembleia, Deputado Elson Santiago; e Celso Henrique Ribas, da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). Também participam do evento representantes de operadoras de telefonia, do governo do estado e do Legislativo local.

No início da audiência, foi observado um minuto de silêncio em homenagem ao candidato à Presidência da República Eduardo Campos, morto em acidente aéreo nesta quarta-feira (13).

O PNBL, instituído por meio do Decreto 7.175/2010, tem o objetivo geral de fomentar e difundir o uso e o fornecimento de bens e serviços de tecnologias de informação e comunicação. Entre os objetivos específicos, estão massificar o acesso a serviços de conexão à internet em banda larga, reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover a capacitação da sociedade para o uso das tecnologias de informação.

O PNBL foi eleito pela CCT como a política pública a ser avaliada ao longo de 2014 pelos senadores do colegiado, segundo atribuição definida no ano passado para as comissões do Senado. A nova prerrogativa nasceu da Resolução 44/2013, e é resultado do PRS nº 66/2013, de autoria do Senador e atual Presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL).

### Agência Senado

Fonte: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2014/08/14/cct-debate-programa-nacional-de-banda-larga-no-acre/tablet>

---

**DIA 29-8-2014 – DEBATE PÚBLICO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DA BAHIA**

---



**“2º DEBATE PÚBLICO PARA AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DO  
PROGRAMA NACIONAL DE BANDA LARGA” – SALVADOR-BA**

**PARTICIPANTES**

- **Senador Anibal Diniz**
- **Senador Walter Pinheiro**
- **Prefeita Maria Quitéria**  
Prefeita do Município de Cardeal da Silva-BA  
Presidente da União dos Prefeitos da Bahia - UPB
- **Professor Nelson de Luca Pretto**  
Representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC
- **Juarez Quadros**  
Ex-Ministro de Estado das Comunicações

- **André Moura Gomes**  
Representante do Ministério das Comunicações - MiniCom
- **Eduardo Levy C. Moreira**  
Presidente Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal – SINDITELEBRASIL
- **José Mauro Castro Rodrigues**  
Representante da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL
- **Cláudio Santana Laranjeira**  
Representante da Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS

## CCT realiza 2º Encontro de Avaliação do Plano Nacional de Banda Larga

26-8-2014

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado (CCT) realiza nesta sexta-feira (29), a partir de 8h30, no auditório Jutahy Magalhães, no anexo da Assembleia Legislativa da Bahia, o 2º Encontro de Avaliação do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL).

A avaliação pela CCT segue a Resolução 44/2013, que dá às comissões permanentes do Senado a prerrogativa de avaliar as políticas públicas de governo. Os debates sobre o tema, segundo o Senador Walter Pinheiro (PT-BA), “são fundamentais para subsidiar o relatório que o Senador Anibal apresentará à comissão sobre o plano”.

O evento está previsto na proposta de plano de trabalho apresentada pelo Senador Anibal Diniz (PT-AC) e aprovada pelo Senado, visando a análise do PNBL pelos senadores.

O Plano Nacional de Banda Larga tem por objetivo fomentar e difundir o uso e o fornecimento de bens e serviços de tecnologia de informação e comunicação. Entre seus objetivos específicos estão massificar o acesso a serviços de conexão à internet em banda larga; promover a inclusão digital; acelerar o desenvolvimento econômico e social; reduzir as desigualdades social e regional; promover a geração de emprego e renda; ampliar os serviços de governo eletrônico e facilitar o uso dos serviços do estado junto aos cidadãos; promover a capacitação da população para o uso das tecnologias de informação e ampliar a autonomia tecnológica e a competitividade brasileiras.

Para o encontro, além dos Senadores Walter Pinheiro e Anibal Diniz, estão previstas as presenças de representantes do Ministério das Comunicações; Agência Nacional de Telecomunicações, (ANATEL); Telecomunicações Brasileiras S.A (TELEBRAS); Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB); Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC); Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviços Móvel Celular (SINDITELEBRASIL); e da Presidente da União dos Prefeitos da Bahia, a Prefeita Maria Quitéria.

A cidade de Salvador foi indicada por Anibal Diniz para sediar o segundo encontro como representante da região Nordeste que, na opinião do parlamentar, é a segunda “mais carente de serviços e infraestrutura de banda larga”. A primeira, segundo ele, é a região Norte, motivo pelo qual o primeiro encontro aconteceu no Acre.

## Marco Civil da Internet

O 2º Encontro de Avaliação do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) acontecerá simultaneamente à 5ª edição do “Diálogos de Comunicação”, promovido pelo Conselho Estadual de Comunicação Social e pela Secretaria de Comunicação Social da Bahia, com apoio da Assembleia Legislativa da Bahia, para discutir o Marco Civil da Internet e o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL).

Os Senadores Walter Pinheiro e Aníbal Diniz também participam desse segundo evento, além do representante do Diretor do Departamento de Banda Larga do Ministério das Comunicações, André Moura Gomes; do representante da Telebras, Claudio Santana Laranjeira; do Presidente-Executivo do Sinditelebras, Eduardo Levy; e da Presidente da União dos Prefeitos da Bahia (UPB), Prefeita Maria Quitéria.

Na palestra de abertura, o professor Sérgio Amadeu da Silveira, membro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura (Cidadania Digital e Internet) falará sobre os avanços e desafios do Marco Civil da Internet. Ele apresentará as perspectivas de desenvolvimento da sociedade a partir da regulamentação do uso da rede mundial de computadores no Brasil, tendo a advogada Ana Paula de Moraes, especialista em Direito Digital, como debatedora. A Secretária de Comunicação, Marlupe Calpas, será a mediadora do debate.

### Agência Senado

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/08/26/cct-realiza-2o-encontro-de-avaliacao-do-plano-nacional-de-banda-larga>

## Debate aponta desafios para expansão da banda larga no país

29-8-2014

A ampliação do acesso à internet no Norte, Nordeste e Centro-Oeste é o principal desafio do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), segundo afirmaram os Senadores Walter Pinheiro (PT-BA) e Aníbal Diniz (PT-AC) durante o 2º Encontro de Avaliação do PNBL. O evento, promovido pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática (CCT) do Senado, foi realizado nesta sexta-feira (29) em Salvador.

— Existe uma concentração desse serviço no Sul e Sudeste. O desafio é fazer isso chegar a todos os cantos do Brasil, aumentando o nível de investimento, a cobertura e a capacidade de uso por parte das pessoas, independente do seu poder econômico e da sua localização geográfica - destacou Pinheiro.

O senador lembrou que a ampliação da cobertura é o foco do leilão que trata da questão da frequência de 700 MHz. Ele também mencionou a proposta de Lei Geral das Antenas, que tramita no Senado, e defendeu o compartilhamento das estruturas onde são instaladas as estações de rádio-base.

Para o relator do Plano de Avaliação do PNBL, Anibal Diniz, falta ao governo criar um espaço de verdadeiro diálogo entre os atores envolvidos na implantação do plano.

— Do jeito que está, o PNBL não será implementado - avaliou o senador.

As operadoras de celular dizem que estão fazendo a parte delas. Segundo Eduardo Levy, Diretor-Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal, as empresas investiram R\$ 29 bilhões só em 2013.

— Os contratos para a prestação dos serviços têm sido cumpridos e, em alguns casos, até mais do que o contratado - afirmou.

O governo também diz estar fazendo a parte dele, mas alega que os avanços na área são muito rápidos, gerando novas demandas. André Moura, do Departamento de Banda Larga do Ministério das Comunicações, disse acreditar que será cumprida a meta do PNBL de levar internet rápida a 35 milhões de moradias até o fim do ano, cobrando R\$ 35 de mensalidade.

Anibal, no entanto, enfatizou que, apesar disso, faltam diálogo e interação entre os setores.

— Ainda assim, há lugares do país em que o serviço não chega, principalmente no Norte e no Nordeste - disse.

A carência dos serviços na área justificou a escolha da CCT para promoção das audiências de avaliação. A primeira foi realizada no Acre na semana anterior. A audiência desta sexta-feira encerrou o evento Diálogos de Comunicação, uma iniciativa do Conselho Estadual de Comunicação Social e da Secretaria de Comunicação Social do Estado da Bahia, com o apoio do Legislativo baiano.

O PNBL tem por objetivo fomentar e difundir o uso e o fornecimento de bens e serviços de tecnologia de informação e comunicação. Entre seus objetivos específicos estão massificar o acesso a serviços de conexão à internet em banda larga; promover a inclusão digital; acelerar o desenvolvimento econômico e social; reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover a geração de emprego e renda; ampliar os serviços de governo eletrônico e facilitar o uso dos serviços do Estado junto aos cidadãos; promover a capacitação da população para o uso das tecnologias de informação e ampliar a autonomia tecnológica e a competitividade brasileiras.

## Marco Civil da Internet

Além do PNBL, o evento também debateu o Marco Civil da Internet. Na palestra de abertura, o doutor em Ciência Política Sérgio Amadeu, integrante da Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura (Cidadania Digital e Internet), destacou os debates que antecederam a Lei nº 12.965, sancionada pela Presidente Dilma Rousseff em abril deste ano. Segundo ele, o resultado é uma das legislações mais avançadas do mundo voltadas para a garantia de direitos como a privacidade, segurança de informações e neutralidade da rede.

Especialista em Direito Digital, a advogada Ana Paula de Moraes e destacou a importância da divulgação do marco civil.

— É preciso disseminar a cultura do uso correto das tecnologias para que a lei se aplique na prática, e eventos como esse são fundamentais para essa disseminação - afirmou Ana Paula.

### Agência Senado

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/08/29/plano-nacional-de-banda-larga-e-discutido-em-salvador>

## Internet precisa chegar a lugares mais isolados do Brasil, diz Anibal Diniz

01-9-2014

O Senador Anibal Diniz (PT-AC) apresentou nesta segunda-feira (1º) relato de sua participação em um debate sobre a internet e sobre o Programa Nacional de Banda Larga, ocorrido na última sexta-feira, em Salvador. Promovido pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e In-

formática (CCT), em conjunto com a Assembleia Legislativa da Bahia e outras entidades, o debate foi realizado duas semanas depois de evento sobre o mesmo tema ocorrido no Acre, no dia 14 de agosto.

Segundo Anibal, a CCT ficou responsável pelo acompanhamento da implantação do Plano Nacional de Banda Larga. O senador ainda informou que vai apresentar um relatório sobre o programa até novembro, pois vem acompanhando as reuniões que congregam usuários, representantes do Governo e empresas operadoras de internet.

O senador disse que, no debate em Salvador, os usuários fizeram muitas críticas sobre os serviços de internet. Anibal pediu mais diálogo ao Governo e mais empenho às empresas envolvidas para que seja possível avançar na qualidade da internet no Brasil. De acordo com o senador, o debate permitiu a conclusão de que é preciso alterar a concentração no Sul e no Sudeste, fazer a internet chegar aos pontos mais isolados do Brasil e aumentar a velocidade a preço mais acessível.

— É preciso fortalecer a parceria com o Governo Federal, aumentar a competição, e todos os *players* do mercado de internet precisam levar a conexão para as regiões onde há baixa competitividade. E eu tenho certeza de que a gente vai superar esse gargalo e fazer que a internet de boa velocidade ainda vai ser uma realidade para a maioria absoluta do povo brasileiro - afirmou.

## **Municípios**

Anibal ainda lamentou o veto da Presidente Dilma Rousseff às novas regras para criação de municípios (PLS nº 104/2014). Ele lembrou que havia um acordo entre Executivo e Legislativo sobre o tema, criticou a falta de diálogo e disse estar à espera de uma explicação do Governo. Segundo o senador, o veto frustrou a expectativa de várias localidades que esperavam se tornar municípios.

### **Agência Senado**

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/09/01/internet-precisa-chegar-a-lugares-mais-isolados-do-brasil-diz-anibal-diniz>

---

## DIAS 15 E 16-10-2014 – VISITAS INSTITUCIONAIS A EMPRESAS E INSTITUTOS DE PESQUISA

---



### INSTITUIÇÕES VISITADAS

- Visiona Tecnologia Espacial
- Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. - EMBRAER
- Instituto Nacional de Pesquisa Espacial - INPE
- Laboratório de Integração e Testes – LIT- INPE
- Instituto Tecnológico da Aeronáutica - ITA
- Prefeitura Municipal de São José dos Campos - SP

## Senadores monitoram execução do Plano Nacional de Banda Larga

15-10-2014

Integrantes da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado vão a São José dos Campos (SP) nesta quarta-feira. Eles vão conhecer a empresa Visiona Tecnologia Espacial, parceria entre Embraer e Tele-

bras para viabilizar o primeiro satélite geoestacionário brasileiro, que em 2016 deve levar banda larga a regiões isoladas. A visita é parte do acompanhamento da execução do Plano Nacional de Banda Larga. Lançado em 2010, o plano quer popularizar o acesso à internet, principalmente nos locais afastados dos grandes centros,

#### Agência Senado

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2014/10/visita-a-sao-jose-sp-monitora-execucao-do-plano-nacional-de-banda-larga>

## Anibal Diniz discute Plano Nacional de Banda Larga em visita à Embraer

15-10-2014

O Senador Anibal Diniz (PT-AC) participou nesta quarta-feira (15) de reunião de avaliação do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) na sede da Embraer, em São José dos Campos (SP). Ele também esteve reunido com o Presidente da Visiona Espacial, Eduardo Bonini. A empresa – uma *joint venture* entre a Embraer e a Telebras – trabalha na conclusão de um satélite geoestacionário que vai levar internet de alta velocidade a todas as regiões do País. A expectativa é que o equipamento, produzido na França, seja lançado da Guiana até outubro de 2016.

Anibal Diniz é o relator do PNBL na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). O relatório de avaliação do plano, lançado pelo Governo em 2010, deve ser apresentado até a segunda quinzena de novembro, de acordo com a assessoria do senador.

No relatório, Anibal Diniz pretende elaborar o retrato mais fiel possível da banda larga no País. O documento vai subsidiar o Ministério das Comunicações e outros órgãos do Governo a respeito das condições existentes hoje para fazer com o que a implantação do PNBL seja bem sucedida.

Nas audiências públicas sobre o plano de que Anibal Diniz participou nos últimos meses, no Acre e na Bahia, ficou evidente que a qualidade da internet nas localidades mais distantes está aquém dos objetivos propostos pelo Governo.

Anibal Diniz acredita que a qualidade do PNBL está em jogo, uma vez que é impossível atender as regiões mais isoladas do País por meio de fibra ótica. A solução é o uso de satélite, uma vez que as empresas de telefonia operam em áreas de interesse, e não em setores não rentáveis para a iniciativa privada. Desse modo, a extinta Telebras foi recriada e juntou-se à Embraer na criação da Visiona Espacial, que hoje trabalha com a antecipação de dois meses para o lançamento do equipamento.

Nesta quinta (16), Anibal Diniz e comitiva farão visita ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Na avaliação do senador, a tecnologia é o caminho para o desenvolvimento da indústria nacional, na medida em que os empreendimentos retornam em divisas e favorecem a criação de empresas em diversos setores.

#### Agência Senado

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/10/15/anibal-diniz-discute-plano-nacional-de-banda-larga-em-vista-a-embraer>

## Anibal Diniz defende investimentos na pesquisa espacial

16-10-2014

O Senador Anibal Diniz (PT-AC) participou nesta quinta-feira (16) de reunião com diretores e funcionários do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), em São José dos Campos (SP). Entre outras demandas, ele ouviu a sugestão de que o governo fortaleça a política espacial brasileira, mediante a organização de concursos públicos para suprir a atual deficiência de servidores, como forma de evitar a perda de conhecimentos acumulados há mais de três décadas.

O senador é relator, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), da avaliação do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), lançado há quatro anos pelo Governo Federal para levar internet de alta velocidade a todas as regiões.

O Inpe foi criado para incentivar a política espacial e aplicar os conhecimentos em projetos inovadores que atendam aos interesses do governo e da sociedade. Segundo os servidores, o Instituto hoje enfrenta dificuldades de operação por falta de demanda de projetos e de contratação de pessoal.

O Inpe conta com 1.049 servidores, distribuídos nas carreiras de gestão, tecnologia e pesquisa, e precisaria do reforço imediato de 400 novos profissionais, uma vez que muitos técnicos em atividade já atingiram ou ultrapassaram a idade da aposentadoria.

— O Brasil deve se colocar diante do espelho e se ver na área de ciência e tecnologia. É preciso fortalecer um instituto que tem décadas de eficiência - disse Anibal Diniz.

Ao longo das últimas décadas, o Inpe desenvolveu satélites para finalidades diversas, como de coleta de dados, e criou uma infraestrutura de solo que inclui o Laboratório de Integração e Testes (LIT), atualmente o único do tipo no hemisfério Sul. O laboratório realiza testes de satélites e de produtos dos setores automobilístico, médico e de telecomunicações.

### Balão

Anibal Diniz também visitou o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e a Altave. A empresa, em parceria com o órgão, desenvolve um balão que poderá estabelecer um enlace de comunicações para atender a demanda de internet de banda larga nas localidades mais isoladas do País, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste.

A ideia é que o balão opere a 300 metros do solo, e tenha a capacidade de substituir até sete torres de retransmissão de sinais. O projeto encontra-se em avaliação no Ministério das Comunicações.

O relatório de Anibal Diniz sobre o PNBL deve ser apresentado em meados de novembro. O senador pretende contribuir para que o Brasil “se coloque diante do espelho e se veja na área de ciência e tecnologia”.

### Agência Senado

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/10/16/anibal-diniz-defende-investimentos-na-politica-espacial-brasileira>



**“AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DO PROGRAMA NACIONAL DE BANDA LARGA - PNBL” – 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA**

**CONVIDADOS**

- **Artur Coimbra**  
Diretor do Departamento de Banda Larga do Ministério das Comunicações - MiniCom
- **Laerte Davi Cleto**  
Assessor da Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República
- **Paulo Sisnando Rodrigues de Araújo**  
Diretor da Secretaria de Fiscalização e Desestatização e Regulação de Energia e Telecomunicações do Tribunal de Contas da União – TCU
- **Veridiana Alimonti**  
Advogada do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC
- **Flávia Lefèvre Guimarães**  
Advogada da PROTESTE – Associação de Consumidores

- **Wilson Cardoso**  
Diretor da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – ABINEE
- **Eduardo Levy**  
Presidente-Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal - SINDITELEBRASIL

## CCT inicia debate sobre Plano Nacional de Banda Larga

4-11-2014

O Senador Anibal Diniz (PT-AC) pretende apresentar até o fim de novembro seu relatório com avaliação do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL). O documento conterà diagnóstico e sugestões para melhoria do plano cujo objetivo é massificar o acesso à internet no País e promover a inclusão digital. O acompanhamento do PNBL vem sendo feito pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) desde maio. Na manhã desta terça-feira (4), a comissão realiza audiência pública com representantes do Poder Executivo e da sociedade civil.

O aprimoramento da avaliação de políticas públicas no Senado é resultado da Resolução 44/2013. Oriunda de projeto do Presidente da Casa, Renan Calheiros, a medida integra um conjunto de mudanças regimentais promovidas para aperfeiçoar o debate político e fortalecer o papel fiscalizador da instituição.

A reunião está sendo realizada na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, no Senado Federal.

### Agência Senado

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/11/04/cct-inicia-debate-sobre-plano-nacional-de-banda-larga>

## Governo pede na CCT aprovação da Lei das Antenas e corte de ICMS para banda larga

4-11-2014

O Diretor do Departamento de Banda Larga do Ministério das Comunicações, Artur Coimbra, pediu ajuda ao Senado para expandir a internet de alta velocidade no País.

Segundo ele, duas contribuições importantes seriam a aprovação da Lei Geral das Antenas (PLS nº 293/2012), que uniformiza a legislação de âmbito municipal e estadual sobre o licenciamento para instalação dos equipamentos, e a fixação de um limite para a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre os serviços de banda larga, previsto no PRS nº15/2014.

De autoria da Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), o projeto de resolução limita ao máximo de 10% a cobrança do ICMS na banda larga fixa.

— Hoje, alguns estados cobram de 20% a 30%, índice incompatível com a essencialidade do serviço - afirmou Artur Coimbra.

O representante do Ministério das Comunicações é um dos convidados da audiência pública da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), que tem feito um acompanhamento do Plano Nacional de Banda Larga do Governo Federal.

Sob o comando do presidente da CCT, Senador Zeze Perrella (PDT-MG), a audiência está sendo realizada na sala 2 da Ala Nilo Coelho, com transmissão da TV Senado.

**Agência Senado**

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/11/04/cct-inicia-debate-sobre-plano-nacional-de-banda-larga>

## Representantes dos consumidores apontam falhas em política de telecomunicação

4-11-2014

Em audiência da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) na manhã desta terça-feira (4), a advogada da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (PROTESTE), Flávia Lefèvre, fez críticas à condução da política de telecomunicações do Governo Federal.

Segundo ela, desde a edição do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), em 2010, houve pouco investimento na Telebras e apoio insuficiente aos telecentros e programas de inclusão digital. O resultado, na opinião de Lefèvre, reflete-se na dificuldade de expansão e falta de qualidade dos serviços, principalmente levando-se em conta a resistência das empresas em atuar em locais que não lhes despertam interesse econômico.

Já para a advogada do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), Veridiana Alimonti, um dos pontos falhos do PNBL foi o fato de não ter reconhecido a banda larga como serviço essencial. Além disso, na opinião da especialista, o acompanhamento do Plano não tem sido feito com participação social.

A audiência, encerrada agora há pouco, faz parte da planilha de trabalho aprovada pela CCT em maio deste ano, quando a comissão decidiu acompanhar as ações do PNBL. Conforme lembrou o Senador Anibal Diniz (PT-AC), na ocasião, a avaliação de políticas públicas é atividade realizada pelos Parla-mentos das principais democracias do mundo. Até o fim de novembro, o senador pretende apresentar um relatório com diagnóstico e sugestões de aperfeiçoamento do Plano.

**Agência Senado**

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/11/04/representantes-dos-consumidores-apontam-falhas-em-politica-de-telecomunicacao>

## Proteste diz que consumidor não consegue contratar internet a R\$ 35

4-11-2014

Apesar de elogiar a ampliação dos serviços de internet, a advogada da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (PROTESTE), Flávia Lefèvre Guimarães, revelou que os usuários que solicitam a banda larga de R\$ 35 são preteridos pelas operadoras. A denúncia foi feita durante audiência pública da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) nesta terça-feira (4).

O valor de R\$ 35 é o carro-chefe do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) do Governo, que tem a intenção de oferecer internet rápida a um custo reduzido para 28 milhões de residências. Durante a audiência, também foram ouvidos representantes do Governo, dos consumidores e das empresas de

telefonia para avaliar a implantação do plano. O representante do Ministério das Comunicações, Artur Coimbra, mencionou as ações para cumprir a meta do programa, iniciado em 2010. Entre eles, os incentivos fiscais para fabricantes de equipamentos, como os *smartphones*, e a construção de um satélite específico para a banda larga que está em desenvolvimento em São José dos Campos, São Paulo. O representante das operadoras de telefonia, Eduardo Levy, afirmou que as tarifas de telefonia e internet estão mais baratas. Ouça os detalhes na matéria da repórter Ana Beatriz Santos, da Rádio Senado.

#### Agência Senado

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2014/11/proteste-diz-que-consumidor-nao-consegue-contratar-internet-a-r-35>

## Representantes de consumidores cobram do Governo e de empresas melhoria na Internet

4-11-2014

Convidadas a opinar sobre o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), as advogadas e representantes de entidades de defesa do consumidor, Veridiana Alimonti e Flávia Lefèvre, apontaram falhas na política de expansão da internet de alta velocidade no País e cobraram melhorias do Governo e das empresas.

Em audiência na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) nesta terça-feira (4), elas destacaram a falta de qualidade dos serviços. Para as especialistas, o Governo errou ao não reconhecer desde o início do PNBL a banda larga como essencial, optando pela massificação em vez da universalização.

A representante da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (PROTESTE), Flávia Lefèvre advertiu que, desde a edição do Plano Nacional, em 2010, houve pouco investimento na Telebras e apoio insuficiente aos telecentros e programas de inclusão digital.

A advogada da Proteste lembrou que a implantação de infraestrutura é realizada de acordo com o interesse das empresas; com isso, áreas rurais são atendidas de forma insuficiente, assim como as regiões mais pobres e periferias dos grandes centros.

— Não acho que seja obrigação das empresas promoverem a universalização de serviço essencial. Isso é obrigação do Estado. Está na Constituição, na Lei Geral de Telecomunicações e agora no Marco Civil da Internet. Cabe ao Governo garantir investimento público em locais onde não há atrativo para a iniciativa privada – afirmou.

Para a representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), Veridiana Alimonti, a internet não pode ser prestada exclusivamente sob regime privado. Ela também criticou os baixos limites de *download* e a venda casada com a telefonia fixa, o que encarece o preço dos pacotes.

— A Lei Geral de Telecomunicações estabelece que nenhum serviço de telecomunicações considerado essencial pode ser prestado unicamente em regime privado. É o que acontece hoje, sem a noção de que é algo que tem de estar disponível a qualquer pessoa, independentemente da localização ou condição socioeconômica – opinou.

### Defesa

O Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia (SINDITELEBRASIL), Eduardo Levy, negou que as tarifas cobradas no Brasil sejam as mais caras do mundo, lembrou que os serviços de

comunicação subiram menos que a inflação em 2013 e disse que as empresas investem pesado em tecnologia. Segundo ele, as companhias do setor são as que mais investem, levando-se em conta suas receitas anuais.

— Quem afirmar que telefonia móvel é mais cara está faltando com a verdade ou desconhece os dados reais – disse.

Eduardo Levy reconheceu que as receitas são altas, mas apenas 7% são distribuídos aos acionistas, além disso, o Estado se apropria de 43%, por meio de tributos.

— Sinceramente não entendo como o governo pode considerar um serviço essencial cobrando mais imposto do que em aguardente, cosméticos ou arma de fogo – afirmou.

Outro empecilho para a expansão dos serviços, segundo Levy, são as legislações restritivas. Ele contabilizou 296 leis municipais e estaduais que restringem de alguma forma a implantação de infraestrutura de telecomunicações no País.

— A demora em se conseguir licença para uma antena passa de 18 meses – constatou.

## **Apoio**

O Diretor do Departamento de Banda Larga do Ministério das Comunicações, Artur Coimbra, admitiu que velocidade média da internet brasileira está aquém do desejado e é uma bandeira para os próximos quatro anos melhorar a situação. Além disso, segundo ele, a Telebras não tem deixado de fazer investimentos por falta de recursos.

O representante do Ministério das Comunicações lembrou que, de maio de 2010, quando foi implantado o PNBL, a agosto de 2014, houve crescimento de 82% no número de acesso fixos de banda larga no País, que atinge atualmente 4.912 dos 5.570 municípios brasileiros.

Artur Coimbra aproveitou para pedir apoio ao Senado para expandir a internet de alta velocidade no país.

Segundo ele, duas contribuições importantes seriam a aprovação da Lei Geral das Antenas (PLS nº 293/2012), que uniformiza a legislação de âmbito municipal e estadual sobre o licenciamento para instalação dos equipamentos, e a fixação de um limite para a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre os serviços de banda larga, previsto no PRS nº15/2014.

De autoria da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), o projeto de resolução limita ao máximo de 10% a cobrança do ICMS na banda larga fixa.

## **Relatório**

O debate desta terça-feira fez parte do plano de trabalho aprovado pela CCT em maio deste ano, quando a comissão decidiu acompanhar as ações do PNBL. Até o fim de novembro, o Senador Anibal Diniz (PT-AC) vai apresentar um relatório com diagnóstico e sugestões para melhoria do plano cujo objetivo é massificar o acesso à internet no país e promover a inclusão digital.

A reunião foi presidida pelo Presidente da CCT, Senador Zeze Perrella (PDT-MG). Também participaram os representantes da Casa Civil, Laerte Davi Cleto, e do Tribunal de Contas da União, Paulo Sisnando; e o Diretor da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE), Wilson Cardoso.

### **Agência Senado**

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/11/04/representantes-de-consumidores-cobram-do-governo-e->

## **Anibal Diniz anuncia relatório sobre plano de banda larga até o fim do mês**

4-11-2014

O Senador Anibal Diniz (PT-AC) afirmou que, até o fim deste mês, apresentará seu relatório sobre o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL). Ele ressaltou que a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) ouviu todos os envolvidos no tema e disse esperar que seu trabalho aponte caminhos para que a população usufrua, na prática, da universalização da internet.

— Pretendemos apresentar um relatório com diagnósticos e sugestões de aperfeiçoamento do Plano Nacional de Banda Larga e espero que esse relatório seja o mais fiel possível a tudo que pudemos acompanhar ao longo dessas audiências públicas, desses seminários e dessas visitas técnicas. E esperamos também apontar caminhos para que possamos, efetivamente, usufruir da universalização de uma internet de boa velocidade para todos os cidadãos brasileiros.

Anibal destacou que o acesso à internet de alta velocidade pode significar uma elevação das condições sociais e econômicas de um povo e pediu maior integração entre os segmentos responsáveis para que essa política pública atenda todos os brasileiros.

Em audiência na CCT, nesta terça, representantes de entidades de defesa do consumidor apontaram falhas na expansão da internet de banda larga e cobraram melhorias do Governo e das empresas.

### **Agência Senado**

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/11/04/anibal-diniz-anuncia-relatorio-sobre-plano-de-banda-larga-ate-o-fim-do-mes>



**“AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DO PROGRAMA NACIONAL DE BANDA LARGA - PNBL” – APROVAÇÃO DO RELATÓRIO**

## **CCT avalia Programa Nacional de Banda Larga**

2-12-2014

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) está reunida para avaliar a política do Programa Nacional de Banda Larga. O Senador Anibal Diniz (PT-AC) vai apresentar um relatório de acompanhamento sobre o desenvolvimento do programa. O relator participou de várias audiências públicas sobre o assunto, com a presença de representantes do Governo, de empresas de telefonia e de entidades de defesa do consumidor.

Entre os problemas enfrentados para garantir a prometida oferta de internet em alta velocidade estão as restrições orçamentárias para o setor, conforme o relator. O Especial Cidadania publicado nesta terça-feira (2) pelo Jornal do Senado destrincha o relatório.

Além de um diagnóstico sobre a situação da banda larga, Anibal Diniz apresenta formas de garantir dinheiro para a expansão da internet: incentivos fiscais para as empresas e utilização de recursos dos fundos do setor, cuja arrecadação passou de R\$ 7 bilhões, no ano passado. Com o uso de 85% deste

valor para a universalização da banda larga, estima o senador, ainda restaria mais de R\$ 1 bilhão para garantir o funcionamento da Anatel e para atividades de desenvolvimento tecnológico.

## Projetos

Após a avaliação do PNBL, a comissão se dedicará à votação de projetos. Na pauta, está proposta que torna obrigatória e gratuita a identificação do número do telefone nas ligações. O objetivo do PLS nº 433/2013 é evitar a prática de crimes por meio das redes de telefonia e coibir abusos na prática dos serviços de *telemarketing* e de cobranças.

Ainda constam da pauta da CCT, o projeto que disciplina a oferta de descontos nas tarifas e preços dos serviços de telecomunicações (PLS nº 18/2012) e o que permite a dedução no Imposto de Renda de parcela dos valores investidos na integralização de capital social em sociedades empresárias *start-ups* (PLS nº 54/2014). A comissão ainda vai apreciar 63 projetos que tratam da concessão ou renovação de concessão de TVs, rádios comerciais e rádios comunitárias.

A CCT é presidida pelo Senador Zeze Perrella (PDT-MG).

### Agência Senado

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/12/02/cct-avalia-programa-nacional-de-banda-larga>

## Relatório da CCT aponta fontes de recursos para expandir banda larga

2-12-2014

O Brasil fecha o ano sem cumprir a meta de 35 milhões de residências com banda larga por R\$ 35, prevista no Programa Nacional de Banda Larga (PNBL). Um diagnóstico sobre o atual estágio do programa foi apresentado nesta terça-feira (2) pelo Senador Anibal Diniz (PT-AC) durante reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). O documento foi aprovado pelo colegiado e será encaminhado ao Governo Federal e aos governos estaduais para auxiliar no desenvolvimento do programa.

Entre os problemas enfrentados para garantir a prometida oferta de internet em alta velocidade, estão as restrições orçamentárias para o setor, conforme Anibal. No documento, o relator apresenta formas de garantir dinheiro para a expansão da internet: incentivos fiscais para as empresas e utilização de recursos dos fundos do setor, cuja arrecadação passou de R\$ 7 bilhões no ano passado. Com o uso de 85% desse valor para a universalização da banda larga, estima o senador, ainda restaria mais de R\$ 1 bilhão para garantir o funcionamento da Anatel e para atividades de desenvolvimento tecnológico.

Mesmo com os problemas, o relator sustenta que a qualidade e a oferta de internet nos últimos quatro anos melhoraram. O Especial Cidadania publicado nesta terça-feira (2) pelo Jornal do Senado aborda pontos do relatório de Anibal Diniz.

— Apesar de todos os esforços empreendidos pelo governo federal, dificilmente o resultado das políticas executadas ultrapassará, ao final de 2014, o percentual de 60% da meta prevista. Existem ainda 38,4 milhões de famílias sem acesso ao serviço ou com acesso inadequado – disse o senador.

O relator participou de várias audiências públicas sobre o assunto, com a presença de representantes do governo, de empresas de telefonia e de entidades de defesa do consumidor. Dessa forma, observou Anibal, foi possível registrar uma radiografia precisa do atual estágio do PNBL.

— O Brasil precisa fazer acontecer esse programa. Hoje, a internet caminha a passos largos para ser um direito fundamental. As pessoas sem internet não conseguem viver a plenitude da cidadania – destacou o senador.

## **Avaliação de Políticas Públicas**

O Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) foi escolhido pelo colegiado como política pública a ser avaliada ao longo do ano de 2014, seguindo determinação estabelecida pela Resolução nº 44/2013. A CCT foi a primeira comissão a concluir o trabalho.

— Essa é a grande contribuição que esta Casa pode dar ao Executivo. Que o Governo tenha a inteligência de aproveitar e reconhecer a necessidade que temos hoje de investir mais em tecnologia e expandir a banda larga – disse o presidente da CCT, Senador Zeze Perrella (PDT-MG), que parabenizou o relator pelo trabalho.

## **ICMS menor**

Os senadores também discutiram o investimento em banda larga nesta terça-feira durante a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Foi aprovado projeto da Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), que estabelece teto de 10% para a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) relativo ao acesso à internet em banda larga. O objetivo é reduzir o preço e tornar o acesso a esse serviço possível a um maior número de pessoas.

O projeto incentiva a melhoria e a economicidade do acesso ao estabelecer a obrigação da operadora de assegurar velocidade nominal igual ou superior a cinco megabites por segundo (Mbps) e cobrar tarifa mensal de menos de R\$ 40, para se credenciar à alíquota de 10%. Se a velocidade nominal for igual ou superior a 10 Mbps, não é necessário obedecer ao limite de preço de R\$ 40. A matéria segue em caráter de urgência para o Plenário do Senado.

### **Agência Senado**

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/12/02/relatorio-da-cct-aponta-fontes-de-recursos-para-expandir-banda-larga>

## **Walter Pinheiro propõe definir banda larga como ‘serviço essencial’**

2-12-2014

Definir a banda larga como “essencial” e de interesse coletivo pode ajudar a universalizar o serviço no país. É o que propõe o Senador Walter Pinheiro (PT-BA), diante da dificuldade para cumprir as metas do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL). Isso permitiria a aplicação do artigo 65 da Lei Geral de Telecomunicações, que obriga o Governo a explorar junto com a iniciativa privada os serviços considerados essenciais.

Para Walter Pinheiro, a definição, que poderia ser feita por Medida Provisória ou Projeto de Lei, serviria de base para a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) cobrar das empresas a universalização. E possibilitaria à Telebras utilizar adequadamente os recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), o que não ocorre hoje, nas palavras do senador:

— Todo mundo diz que banda larga é essencial. Se é essencial, nós poderíamos utilizar esses recursos do Fust para promover a chegada da banda larga no País como um todo.

Relatório apresentado nesta terça (2) pelo Senador Anibal Diniz (PT-AC), a pedido da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), mostrou que o País ficou aquém da meta fixada para 2014 no PNBL: 35 milhões de residências com internet de banda larga a um preço de R\$ 35 mensais. As entidades de defesa do consumidor acusam as empresas de não se esforçarem para promover os planos mais baratos; e acusam o governo federal de não cobrar a universalização prevista no programa. As empresas do setor alegam que a alta carga tributária e a burocracia dificultam a expansão da banda larga.

Uma mudança defendida pelas empresas é a aprovação da Lei Geral das Antenas, que está na pauta do Senado. O projeto cria uma regra nacional única para a instalação de torres de telecomunicações – hoje cada estado e cada município pode estabelecer seu próprio critério. Para Walter Pinheiro, a Lei das Antenas também será um avanço:

— O Brasil hoje precisa de mais ou menos umas 50 mil antenas. Ainda que a gente reduza isso para 35 ou 40 mil, por conta da utilização do espectro na nova faixa de 700 Mhz, o custo é muito elevado. Portanto, é fundamental que nós aprovemos essa lei aqui, para dar maior agilidade para a instalação dessa infraestrutura e mais rapidez para ter banda larga em todo o País.

#### **Agência Senado**

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/12/02/walter-pinheiro-propoe-mp-tornando-banda-larga-servico-essencial>

1

## 5.1 SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS – SCD

DIA 11-11-14 – 24ª REUNIÃO

**SCD Nº 293, de 2012**, não terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que “Estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações e altera as Leis nº 9.472, de 16 de julho de 1997, 11.934, de 5 de maio de 2009 e 10.257, de 10 de julho de 2001”. **RELATOR AD HOC:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** pela rejeição do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 293, de 2012, salvo a nova redação para os seguintes dispositivos: ementa; art. 1º, caput e § 2º; art. 6º, inciso VII; art. 7º, caput, §§ 9º e 10; art. 9º; art. 10 (que exclui o parágrafo único do art. 10 do PLS nº 293, de 2012); art. 11; art. 12, caput, §§ 1º e 2º; art. 15; art. 19, §§ 1º e 2º; art. 21 (que inclui o § 1º ao art. 21 do PLS nº 293, de 2012); arts. 28 a 30; restando aprovado o texto do PLS nº 293, de 2012, , na forma da redação consolidada que apresenta, como faculta o § 6º do art. 133 do RISE. **RESULTADO:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pela rejeição do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 293, de 2012, salvo a nova redação para os seguintes dispositivos: ementa; art. 1º, caput e § 2º; art. 6º, inciso VII; art. 7º, caput, §§ 9º e 10; art. 9º; art. 10 (que exclui o parágrafo único do art. 10 do PLS nº 293, de 2012); art. 11; art. 12, caput, §§ 1º e 2º; art. 15; art. 19, §§ 1º e 2º; art. 21 (que inclui o § 1º ao art. 21 do PLS nº 293, de 2012); arts. 28 a 30; restando aprovado o texto do PLS nº 293, de 2012, na forma da redação consolidada, como faculta o § 6º do art. 133 do RISE.

## 5.2 PROJETO DE LEI DO SENADO – PLS (TERMINATIVOS)

DIA 11-3-14 – 1ª REUNIÃO

**PLS Nº 343, de 2012**, terminativo, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, que “Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para determinar que as companhias telefônicas identifiquem a prestadora de destino das chamadas realizadas pelo usuário”. **RELATOR:** Senador Flexa Ribeiro. **PARECER:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **RESULTADO:** A Comissão aprova a Emenda nº 1-CCT

(Substitutivo). A matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

## 5.3 PROJETO DE LEI DO SENADO – PLS (NÃO TERMINATIVO)

---

### DIA 01-4-14 – 4ª REUNIÃO

---

**PLS Nº 19, de 2011**, não terminativo, de autoria da Senadora Marinor Brito, que “Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil o programa radiofônico *A Voz do Brasil* e dá outras providências.” **RELATOR AD HOC:** Senador Alfredo Nascimento. **PARECER:** Pela aprovação do Projeto, com as emendas oferecidas, e pela rejeição das três emendas oferecidas pelo Senador Mário Couto. **RESULTADO:** A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, favorável ao Projeto com as Emendas nº 4 e 5-CCT e pela rejeição das três emendas oferecidas pelo Senador Mário Couto.

**PLS Nº 149, de 2013**, não terminativo, de autoria do Senador José Agripino, que “Dispõe sobre a produção e disponibilização de estatísticas oficiais.” **RELATOR:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Pela aprovação com emendas. **RESULTADO:** A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao Projeto, com as Emendas nº 01 a 04-CCT.

**PLS Nº 437, de 2013**, não terminativo, de autoria do Senador Pedro Taques, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de autenticação eletrônica do pagamento nos títulos, faturas ou boletos ou de cobrança.” **RELATOR:** Senador Eduardo Amorim. **PARECER:** Pela aprovação com emenda. **RESULTADO:** A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 01-CCT.

---

### DIA 8-4-14 – 5ª REUNIÃO

---

**PLS Nº 204, de 2013**, não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre a inclusão de equipamentos de informática e livros em cada moradia do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).” **RELATOR:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Pela aprovação. **RESULTADO:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, favorável ao Projeto.

**PLS Nº 289, de 2013**, não terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que “Acrescenta o art. 12-A e modifica o art. 55 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para determinar que a Administração Pública e as empresas contratadas divulguem, em seus sítios na internet, informações sobre a execução de obras e serviços.” **RELATOR AD HOC:** Senador Alfredo Nascimento. **PARECER:** Pela

aprovação. **RESULTADO:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, favorável ao Projeto.

---

### DIA 03-6-14 – 21ª REUNIÃO

---

**PLS Nº 337, de 2005**, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “Acrescenta o § 5º ao art. 46 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, a fim de regular a utilização das licitações dos tipos “melhor técnica” e “técnica e preço” na contratação de serviços de propaganda e publicidade.” **RELATOR:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **PARECER:** Pela aprovação, na forma do substitutivo aprovado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com as subemendas oferecidas **RESULTADO:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 01-CE (Substitutivo), incorporando as subemendas nºs 01 a 04-CCT, renumerada como Emenda nº 02-CCT (Substitutivo).

---

### DIA 11-11-14 – 24ª REUNIÃO

---

**PLS Nº 635, de 2011**, não terminativo, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que “Dispõe sobre o sistema de pagamentos e transferências de valores monetários por meio de dispositivos móveis (STDM).” **RELATOR AD HOC:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Pela prejudicialidade do Projeto. **RESULTADO:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pela prejudicialidade do projeto.

**PLS Nº 502, de 2013**, não terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que “Altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, para associar a base de cálculo da Taxa de Fiscalização de Funcionamento do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL) às metas de qualidade no atendimento ao usuário fixadas pelo órgão regulador.” **RELATOR AD HOC:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Pela aprovação com emenda. **RESULTADO:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 01-CCT.

**PLS Nº 96, de 2014**, não terminativo, de autoria do Senador Wilder Moraes, que “Altera o art. 28 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para dispor sobre a padronização dos dispositivos carregadores utilizados em telefones portáteis de redes celulares do tipo smartphone.” **RELATOR AD HOC:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Pela aprovação com emenda. **RESULTADO:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 01-CCT.

---

### DIA 09-12-14 – 29ª REUNIÃO

---

**PLS Nº 540, de 2013**, não terminativo, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, que “Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para tornar obrigatória a disponibilização, em sítio eletrônico da operadora, de listas de prestadores de serviços e de extratos financeiros relativos ao valor da contraprestação e aos serviços utilizados pelos beneficiários de planos privados de assistência à saúde.” **RELATOR AD**

**HOC:** Senador Lobão Filho. **PARECER:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. **RESULTADO:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº. 01 – CCT (Substitutivo).

**PLS Nº 54, de 2014**, não terminativo, de autoria do Senador José Agripino, que “Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir que sejam deduzidos da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) parcela dos valores investidos na integralização de capital social em sociedades empresárias Start-ups.” **RELATOR AD HOC:** Senador Lobão Filho. **PARECER:** Pela aprovação com emenda. **RESULTADO:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao Projeto, com a Emenda nº. 01–CCT.

## 5.4 PROJETO DE LEI DA CÂMARA – PLC (NÃO TERMINATIVO)

---

### DIA 11-3-14 – 1ª REUNIÃO

---

**PLC Nº 63, de 2011**, não terminativo, de autoria do Deputado Pauderney Avelino, que “Altera a alínea c e inclui a alínea e no art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, que determina a hora legal do Brasil, visando a modificar os fusos horários do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas do fuso horário *Greenwich* “menos quatro horas” para o fuso horário *Greenwich* “menos cinco horas””. **RELATORA AD HOC:** Senadora Lídice da Mata. **PARECER:** Pela prejudicialidade do Projeto, nos termos do art. 334 do RISF. **RESULTADO:** A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pela prejudicialidade do projeto.

---

### DIA 22-4-14 – 10ª REUNIÃO

---

**PLC Nº 21, de 2014**, não terminativo, de autoria da Presidente da República, que “Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil”. **RELATOR:** Senador Zeze Perrella. **PARECER:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2014, na forma originária da Câmara dos Deputados, sendo acolhidos os ajustes de redação promovidos pelas emendas nºs 2 e 3 e rejeitadas as emendas nºs 1, 4 a 11, e 13 a 41. **RESULTADO:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao PLC 21, de 2014, na forma originária da Câmara dos Deputados, sendo acolhidos os ajustes de redação promovidos pelas emendas nºs 2 e 3 e rejeitadas as emendas nº 1, 4 a 11, e 13 a 41.

---

## DIA 3-6-14 – 21ª REUNIÃO

---

**PLC Nº 36, de 2013**, não terminativo, de autoria do Deputado Marcos Montes, que “Altera a Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante – FMM, e dá outras providências”. **RELATOR:** Senador Cristovam Buarque. **PARECER:** Pela aprovação. **RESULTADO:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao Projeto.

**PLC Nº 127, de 2013**, não terminativo, de autoria do Deputado Antonio Bulhões, que “Torna obrigatória a utilização de mecanismo de rastreamento de carga durante o transporte de materiais nucleares e radioativos”. **RELATOR:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **PARECER:** Pela aprovação. **RESULTADO:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao Projeto.

## 5.5 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO – PDS

---

### DIA 11-3-14 – 1ª REUNIÃO

---

**PDS Nº 132, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SERAFINENSE DE COMUNICAÇÃO – ACSEC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serafina Corrêa, Estado do Rio Grande do Sul”. **RELATOR AD HOC:** Senador Eduardo Amorim. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 198, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO SETOR CENTRAL DE PORTEIRÃO GOIÁS a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porteirão, Estado de Goiás”. **RELATOR:** Senador Eduardo Amorim. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 212, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO TCHÊ COMUNIDADE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quaraí, Estado do Rio Grande do Sul”. **RELATOR:** Senador Valdir Raupp. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 222, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS (AS) COSTUREIROS (AS) DO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA/SE – ASCOMITA para executar serviço de

radiodifusão comunitária na cidade de Itabaianinha, Estado de Sergipe”. **RELATOR:** Senador Eduardo Amorim. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 227, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA DE RUBIM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rubim, Estado de Minas Gerais”. **RELATOR:** Senador Zeze Perrella. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 229, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à DEO VOLENTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais”. **RELATOR:** Senador Zeze Perrella. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 232, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DO BAIRRO ‘ZÉ GOMES’ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brejo, Estado do Maranhão”. **RELATORA AD HOC:** Senadora Lídice da Mata. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 236, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO COMUNITÁRIO RÁDIO CANAÃ FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarujá, Estado de São Paulo”. **RELATOR:** Senador Eduardo Amorim. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 254, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE VIDA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Andirá, Estado do Paraná”. **RELATOR:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 255, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ACBESJ – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BEM ESTAR SOCIAL DE JUVENÍLIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juvenília, Estado de Minas Gerais”. **RELATOR:** Senador Zeze Perrella. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 256, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga concessão à PORTAL COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo”. **RELATORA AD HOC:** Senadora Lídice da Mata. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 257, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO SARA NOSSA TERRA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro”. **RELATOR:** Senador Eduardo Amorim. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 259, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE TIJUCAS DO SUL (ASMOTISUL) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tijucas do Sul, Estado do Paraná”. **RELATOR:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 263, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DO ASSENTAMENTO DAS MULHERES ORGANIZADAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piripiri, Estado do Piauí”. **RELATOR AD HOC:** Senador Eduardo Amorim. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 274, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO COMUNIDADE FM – RADIOCOM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul”. **RELATOR AD HOC:** Senador Eduardo Amorim. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 275, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CRESCER E FLORESCEM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará”. **RELATOR AD HOC:** Senador Eduardo Amorim. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 280, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL RÁDIO COMUNITÁRIA NOVA SANTA HELENA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Helena, Estado de Mato Grosso”. **RELATORA:** Senadora Lídice da Mata. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 281, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à STAR FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Senador Pompeu, Estado do Ceará”. **RELATORA:** Senadora Lídice da Mata. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 284, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA TRESOROENSE DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Coroas, Estado do Rio Grande do Sul”. **RELATOR AD HOC:** Senador Eduardo Amorim. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 285, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARANÁ DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arapongas, Estado do Paraná”. **RELATOR:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 289, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE BELA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo

Verde, Estado de Mato Grosso”. **RELATORA:** Senadora Lídice da Mata. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 291, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CAIOBA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná”. **RELATOR:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 294, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cambira, Estado do Paraná”. **RELATOR:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 301, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AMIGOS DO LOTEAMENTO SAL TORRADO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulo Afonso, Estado da Bahia”. **RELATORA:** Senadora Lídice da Mata. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 306, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE APOIO A CULTURA DE BLUMENAU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina”. **RELATOR AD HOC:** Senador Eduardo Amorim. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 309, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE TIRADENTES DO SUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tiradentes do Sul, Estado do Rio Grande do Sul”. **RELATOR:** Senador Valdir Raupp. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 313, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à PARANÁ FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José de Ribamar, Estado do Maranhão”. **RELATORA AD HOC:** Senadora Lídice da Mata. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 327, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE ITAPIRAPUÃ PAULISTA – ADICIPA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapirapuã Paulista, Estado de São Paulo”. **RELATOR AD HOC:** Senador Eduardo Amorim. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 328, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL SANJOANENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João, Estado do Paraná”. **RELATOR:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 329, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA CIDADE DE SANTA IZABEL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Izabel do Pará, Estado do Pará”. **RELATOR:** Senador Flexa Ribeiro. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 333, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO SANTOS DUMONT LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jundiá, Estado de São Paulo”. **RELATORA:** Senadora Lídice da Mata. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 334, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO JORNAL CIDADE BAURU LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bauru, Estado de São Paulo”. **RELATOR AD HOC:** Senador Eduardo Amorim. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 346, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à A2 COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paragominas, Estado do Pará”. **RELATOR:** Senador Flexa Ribeiro. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 349, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pontal do Paraná, Estado do Paraná”. **RELATOR:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 357, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE FLÓRIDA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Flórida, Estado do Paraná”. **RELATOR:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 364, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE FORMOSO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formoso, Estado de Goiás”. **RELATORA AD HOC:** Senadora Lídice da Mata. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 367, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à ROCCO JÚNIOR E ROCCO LTDA-ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Florestópolis, Estado do Paraná”. **RELATOR:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 368, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à DEO VOLENTE LTDA. para ex-

plorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Monte Aprazível, Estado de São Paulo”. **RELATOR:** Senador Ivo Cassol. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 374, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA CAMBUÍ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Largo, Estado do Paraná”. **RELATOR:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 384, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO E AÇÃO SOCIAL EL SHADAI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipirá, Estado da Bahia”. **RELATORA:** Senadora Lídice da Mata. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 385, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO SUL CURITIBA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curitiba, Estado do Paraná”. **RELATOR:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 387, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CAPELISTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Matinhos, Estado do Paraná”. **RELATOR:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 389, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO FM SERROTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Hidrolândia, Estado do Ceará”. **RELATORA:** Senadora Lídice da Mata. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

---

### DIA 25-3-14 – 3ª REUNIÃO

---

**PDS Nº 435, de 2010**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à CAMPO GRANDE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bataiporã, Estado de Mato Grosso do Sul”. **RELATORA AD HOC:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 164, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga concessão à RÁDIO E TELEVISÃO SÉCULO 21 LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campanha, Estado de Minas Gerais”. **RELATOR:** Senador Zeze Perrella. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 247, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP para executar serviço de

radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo”. **RELATORA AD HOC:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 262, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E ESCOLA DE RÁDIO GALEÃO FM (ACERG) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro”. **RELATORA AD HOC:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 264, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO EDUCATIVA MAKTUB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Perdões, Estado de Minas Gerais”. **RELATOR:** Senador Zeze Perrella. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 277, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAGOA DE MONTANHAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montanhas, Estado do Rio Grande do Norte”. **RELATOR AD HOC:** Senador Alfredo Nascimento. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 290, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE CENTRAL DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro”. **RELATORA:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 305, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO DE CAMPO LARGO DO PIAUÍ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Largo do Piauí, Estado do Piauí”. **RELATORA AD HOC:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 311, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CENTRAL MISSIONEIRA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Luiz Gonzaga, Estado do Rio Grande do Sul”. **RELATORA AD HOC:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 314, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO SOMBRIO FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sombrio, Estado de Santa Catarina”. **RELATOR:** Senador Alfredo Nascimento. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 326, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA PRAIA DE OUTEIRO DO MUNICÍPIO DE CEDRAL – ACOPO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cedral, Estado do Maranhão”. **RELATOR AD HOC:** Senador Alfredo Nascimento. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 330, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE MATA GRANDE – ADICOMAG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mata Grande, Estado de Alagoas”. **RELATORA AD HOC:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 332, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AREIA BRANCA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Areia Branca, Estado de Sergipe”. **RELATOR AD HOC:** Senador Alfredo Nascimento. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 335, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DOS MORADORES DO LAGO SUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brasília, Distrito Federal”. **RELATORA AD HOC:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 336, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DO MOVIMENTO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE LAJEDÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lajedão, Estado da Bahia”. **RELATOR AD HOC:** Senador Alfredo Nascimento. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 337, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RESGATE CULTURAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaraí, Estado do Tocantins”. **RELATORA:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 340, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO BICO DO PAPAGAIO – AVDESBIP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maurilândia do Tocantins, Estado do Tocantins”. **RELATOR:** Senador Alfredo Nascimento. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 343, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RECC RADIODIFUSÃO E COMUNICAÇÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo”. **RELATORA AD HOC:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 345, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pradópolis, Estado de São Paulo”. **RELATOR AD HOC:** Senador Alfredo Nascimento. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 347, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA

DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SERRA ALTA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra Alta, Estado de Santa Catarina”. **RELATORA:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 348, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE VIDAL RAMOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina”. **RELATOR AD HOC:** Senador Alfredo Nascimento. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 352, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à A2 COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ourilândia do Norte, Estado do Pará”. **RELATORA AD HOC:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 354, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE CHARRUA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Charrua, Estado do Rio Grande do Sul”. **RELATOR:** Senador Alfredo Nascimento. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 355, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à ROTA COMUNICAÇÕES LIMITADA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Adamantina, Estado de São Paulo”. **RELATORA AD HOC:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 362, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA REVOLUÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Joaquim da Barra, Estado de São Paulo”. **RELATORA AD HOC:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 371, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PARAGUAÇU PAULISTA FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo”. **RELATOR AD HOC:** Senador Alfredo Nascimento. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 382, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO VILA NOVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mombuca, Estado de São Paulo”. **RELATORA AD HOC:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 383, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO SUDOESTE FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Pedro

da Aldeia, Estado do Rio de Janeiro”. **RELATORA:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 391, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA NOROESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fervedouro, Estado de Minas Gerais”. **RELATOR:** Senador Zeze Perrella. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 399, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Clevelândia, Estado do Paraná”. **RELATORA AD HOC:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 430, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA. – SIR para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José da Bela Vista, Estado de São Paulo”. **RELATOR AD HOC:** Senador Alfredo Nascimento. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 432, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à KRTV – COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Muniz Freire, Estado do Espírito Santo”. **RELATOR AD HOC:** Senador Alfredo Nascimento. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 446, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA ADONAI DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro”. **RELATORA:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 455, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SUL FLUMINENSE DE RÁDIO MANGARATIBA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mangaratiba, Estado do Rio de Janeiro”. **RELATORA:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

---

## DIA 8-4-14 – 5ª REUNIÃO

---

**PDS Nº 276, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA CULTURA E ESPORTE DE AIUABA – AMICEA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aiuaba, Estado do Ceará”. **RELATOR:** Senador Eduardo Amorim. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 279, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ASSUNÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapipoca, Estado do Ceará”. **RELATOR:** Senador Eduardo Amorim. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 282, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alto do Rodrigues, Estado do Rio Grande do Norte”. **RELATOR AD HOC:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 295, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE PLANURA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planura, Estado de Minas Gerais”. **RELATOR:** Senador Zeze Perrella. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 302, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL GAURAMENSE – ACDESGA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gaurama, Estado do Rio Grande do Sul”. **RELATOR AD HOC:** Senador Valdir Raupp. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 303, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO CULTURA COMUNITÁRIA FM DE SÃO JOÃO DO OESTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina”. **RELATOR AD HOC:** Senador Valdir Raupp. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 304, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO NOVA GERAÇÃO FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Manteninha, Estado de Minas Gerais”. **RELATOR:** Senador Zeze Perrella. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 308, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE INTEGRAÇÃO DE CAPÃO BONITO DO SUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capão Bonito do Sul, Estado do Rio Grande do Sul”. **RELATOR AD HOC:** Senador Valdir Raupp. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 316, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à MCC – PARTICIPAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais”. **RELATOR:** Senador Zeze Perrella. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 323, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à MAGALHÃES & CASSIMIRO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paula

Cândido, Estado de Minas Gerais”. **RELATOR:** Senador Zeze Perrella. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 341, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE RECREATIVA E CULTURAL DE MACURURÉ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macururé, Estado da Bahia”. **RELATOR AD HOC:** Senador Valdir Raupp. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 342, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO BABAÇU DO MUNICÍPIO DE CIDELÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cidelândia, Estado do Maranhão”. **RELATOR AD HOC:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 351, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA REGIÃO DOS COCAIS DO PIAUÍ – ACOMCAPI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matias Olímpio, Estado do Piauí”. **RELATOR AD HOC:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 353, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE NOVO HORIZONTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina”. **RELATOR:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 358, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E DE COMUNICAÇÃO DE TIJUAÇÚ E QUEBRA FACÃO SENHOR DO BONFIM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senhor do Bonfim, Estado da Bahia”. **RELATOR AD HOC:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 366, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à SUPER DIFUSORA AM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Angatuba, Estado de São Paulo”. **RELATOR AD HOC:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 369, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à CATAIA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Magalhães Barata, Estado do Pará”. **RELATOR AD HOC:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 372, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CULTURA DE MARIALVA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marialva, Estado do Paraná”. **RELATOR:** Senador Alfredo Nascimento. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 375, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO DO VALE DO PAJEÚ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra Talhada, Estado de Pernambuco”. **RELATOR:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 377, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO DA MURITIBA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nazaré, Estado da Bahia”. **RELATOR:** Senador Alfredo Nascimento. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 379, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio EMISSORA DE EDUCAÇÃO RURAL SANTARÉM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santarém, Estado do Pará”. **RELATOR AD HOC:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 381, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA KENNEDY FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Kennedy, Estado do Tocantins”. **RELATOR:** Senador Alfredo Nascimento. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 392, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO BRASIL NOVO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo”. **RELATOR:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 400, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE TALISMÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Talismã, Estado do Tocantins”. **RELATOR:** Senador Valdir Raupp. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 403, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE AMARALINA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amaralina, Estado de Goiás”. **RELATOR AD HOC:** Senador Valdir Raupp. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 405, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DA NOVA JUVENTUDE CASTELANDENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Castelândia, Estado de Goiás”. **RELATOR AD HOC:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 414, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNI-

CAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADE DE TAQUARAL DE GOIÁS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaral de Goiás, Estado de Goiás”. **RELATOR AD HOC:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 417, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE NIQUELÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Niquelândia, Estado de Goiás”. **RELATOR AD HOC:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 419, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RADIODIFUSÃO FLAMBOYANT para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás”. **RELATOR:** Senador Valdir Raupp. **PARECER:** Favorável com Emenda. **RESULTADO:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CCT.

**PDS Nº 426, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE MINEIRA DE RADIODIFUSÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia”. **RELATOR AD HOC:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 431, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PRINCESA DO OESTE LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Xanxerê, Estado de Santa Catarina”. **RELATOR AD HOC:** Senador Valdir Raupp. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 433, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AMIGOS DE DIRCE REIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dirce Reis, Estado de São Paulo”. **RELATOR AD HOC:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 436, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA CALÁBRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo”. **RELATOR AD HOC:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

---

### DIA 20-5-14 – 17ª REUNIÃO

---

**PDS Nº 231, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE COMUNICAÇÃO CORREIO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marizópolis, Estado da Paraíba”. **RELATOR:** Senador Vital do Rêgo. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 292, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SÓCIO CULTURAL DA CIDADE DE LAGARTO – LAGARTO FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagarto, Estado de Sergipe”. **RELATOR:** Senador Eduardo Amorim. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 315, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ESTAÇÃO FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carlos Barbosa, Estado do Rio Grande do Sul”. **RELATOR:** Senador Eduardo Amorim. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 324, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO GRANDE BARROSO I para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará”. **RELATOR AD HOC:** Senador Vital do Rêgo. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 338, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE FORTALEZA DO TABOCÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza do Tabocão, Estado do Tocantins”. **RELATOR AD HOC:** Senador Vital do Rêgo. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 350, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à SOCIEDADE MONTESIONENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tombos, Estado de Minas Gerais”. **RELATOR AD HOC:** Senador Vital do Rêgo. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 356, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA SERRANEGRENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra Negra do Norte, Estado do Rio Grande do Norte”. **RELATOR AD HOC:** Senador Vital do Rêgo. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 363, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DIFUSÃO ALTERNATIVA DE DIVINÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais”. **RELATOR AD HOC:** Senador Vital do Rêgo. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 373, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FM 90 LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salto, Estado de São Paulo”. **RELATOR AD HOC:** Senador Vital do Rêgo. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 390, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à CABO TV PAULISTA LTDA.

para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Recife, Estado de Pernambuco”. **RELATOR:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 398, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CLUBE FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sítio Novo do Tocantins, Estado do Tocantins”. **RELATOR AD HOC:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 402, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO ABSOLUTA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Matão, Estado de São Paulo”. **RELATOR AD HOC:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 404, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO OFICINA DE RÁDIO CAPANEMENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capanema, Estado do Pará”. **RELATOR AD HOC:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 408, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO EVANGÉLICA TRINDADE para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás”. **RELATOR AD HOC:** Senador Vital do Rêgo. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 420, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA PLANALTO DE RADIODIFUSÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina”. **RELATOR AD HOC:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 425, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CASCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mostardas, Estado do Rio Grande do Sul”. **RELATOR AD HOC:** Senador Vital do Rêgo. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 434, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA TORRE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guarani d’Oeste, Estado de São Paulo”. **RELATOR AD HOC:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 437, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização ao INSTITUTO REGALDO MILBRADT para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boracéia, Estado de São Paulo”. **RELATOR AD HOC:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 440, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JARDIM SÃO PEDRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo”. **RELATOR AD HOC:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 459, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL ‘PRÓ-ARTE’ DE NAZARÉ – TOCANTINS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nazaré, Estado do Tocantins”. **RELATOR AD HOC:** Senador Vital do Rêgo. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

---

### DIA 3-6-14 – 21ª REUNIÃO

---

**PDS Nº 476, de 2012**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO URSA MAIOR LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arroio dos Ratos, Estado do Rio Grande do Sul”. **RELATOR:** Senador Flexa Ribeiro. **PARECER:** Pelo sobrestamento. **RESULTADO:** Aprovado Requerimento pelo sobrestamento.

**PDS Nº 146, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO FELIZCIDADE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Camaçari, Estado da Bahia”. **RELATORA:** Senadora Lídice da Mata. **PARECER:** Pelo encaminhamento ao Ministério das Comunicações de denúncia formulada e pelo sobrestamento da matéria. **RESULTADO:** Aprovado Requerimento pelo sobrestamento.

**PDS Nº 200, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARQUE DOS PINHOS – ASSCOMPP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cidreira, Estado do Rio Grande do Sul”. **RELATOR AD HOC:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 359, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ARVOREDO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina”. **RELATOR AD HOC:** Senador Valdir Raupp. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 370, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE GERAIS DE COMUNICAÇÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coromandel, Estado de Minas Gerais”. **RELATOR:** Senador Zeze Perrella. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 378, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADI-

ODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE GUARDA DOS FERREIROS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gotardo, Estado de Minas Gerais”. **RELATOR:** Senador Zeze Perrella. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 380, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA VICTORENSE DE COMUNICAÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Victor Graeff, Estado do Rio Grande do Sul”. **RELATOR AD HOC:** Senador Flexa Ribeiro. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 386, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE BELA VISTA DO TOLDO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina”. **RELATOR AD HOC:** Senador Flexa Ribeiro. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 394, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE SERRA VERDE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão Vermelho, Estado de Minas Gerais”. **RELATOR:** Senador Zeze Perrella. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 401, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO BOM JESUS para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Espera Feliz, Estado de Minas Gerais”. **RELATOR:** Senador Zeze Perrella. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 406, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ESMERALDAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Esmeraldas, Estado de Minas Gerais”. **RELATOR:** Senador Zeze Perrella. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 407, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FÊNIX RÁDIO FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipameri, Estado de Goiás”. **RELATORA:** Senadora Lídice da Mata. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 409, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE GUARANTÃ DO NORTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso”. **RELATOR AD HOC:** Senador Flexa Ribeiro. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 410, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à A2 COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Oeiras do Pará, Estado do Pará”. **RELATOR:** Senador Flexa Ribeiro. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 411, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO UNIDOS DE SANTA MARIA GORETTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jundiá, Estado de São Paulo”. **RELATOR AD HOC:** Senador Flexa Ribeiro. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 412, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA JUVENTUDE DE CONGONHAS DO NORTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Congonhas do Norte, Estado de Minas Gerais”. **RELATOR:** Senador Zeze Perrella. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 413, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO DISTRITO DE LINDOESTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Félix do Xingu, Estado do Pará”. **RELATOR:** Senador Flexa Ribeiro. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 422, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à rádio FM CORUMBÁ LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pires do Rio, Estado de Goiás”. **RELATOR AD HOC:** Senador Flexa Ribeiro. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 423, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à rádio ATLÂNTIDA FM DE CAXIAS DO SUL LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul”. **RELATOR AD HOC:** Senador Flexa Ribeiro. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 424, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CASA AMARELA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Recife, Estado de Pernambuco”. **RELATOR AD HOC:** Senador Flexa Ribeiro. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 438, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PALMEIRAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Suzano, Estado de São Paulo”. **RELATOR AD HOC:** Senador Flexa Ribeiro. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 439, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à RADIOPAN – ASSOCIAÇÃO DE RADIOCOMUNICADORES DE PARAÍSO DO NORTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraíso do Norte, Estado do Paraná”. **RELATOR AD HOC:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 441, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMU-

NITÁRIA ESPERANÇA VIVA DISTRITO DO ASSARI – ASRCEV para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra dos Bugres, Estado de Mato Grosso”. **RELATOR AD HOC:** Senador Flexa Ribeiro. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 442, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO ITANHANGAENSE DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itanhangá, Estado de Mato Grosso”. **RELATOR AD HOC:** Senador Flexa Ribeiro. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 443, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DE CORUMBATAÍ DO SUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná”. **RELATOR AD HOC:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 445, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO EDUCACIONAL CULTURAL E ARTÍSTICO CIDADE VERDE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maringá, Estado do Paraná”. **RELATOR AD HOC:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 447, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO CÁSPER LÍBERO para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo”. **RELATOR AD HOC:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 448, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO GALILÉIA FM DE PORANGATU LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porangatu, Estado de Goiás”. **RELATOR AD HOC:** Senador Flexa Ribeiro. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 450, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ATLÂNTIDA FM DE PASSO FUNDO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul”. **RELATOR:** Senador Valdir Raupp. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 452, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA NOVA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olinda, Estado do Tocantins”. **RELATOR AD HOC:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 4, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE BOA ESPERANÇA – ACECBE para executar serviço de radiodifusão comunitária

na cidade de Boa Esperança, Estado do Espírito Santo”. **RELATORA AD HOC:** Senadora Lídice da Mata. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 6, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO ROBERTO RABELLO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo”. **RELATORA AD HOC:** Senadora Lídice da Mata. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 8, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA TERMAS DE IBIRÁ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibirá, Estado de São Paulo”. **RELATOR:** Senador Valdir Raupp. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 9, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO ELDORADO SANTARITENSSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita d’Oeste, Estado de São Paulo”. **RELATOR:** Senador Valdir Raupp. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 22, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à rádio VALE FELIZ LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Feliz, Estado do Rio Grande do Sul”. **RELATOR:** Senador Sérgio Petecão. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 23, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à CMM COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fazenda Nova, Estado de Goiás”. **RELATOR:** Senador Sérgio Petecão. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 24, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO FÊNIX DE EDUCAÇÃO E CULTURA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Serra Talhada, Estado de Pernambuco”. **RELATOR:** Senador Sérgio Petecão. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 29, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ‘NOSSA FM’ DE PRESIDENTE PRUDENTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo”. **RELATOR AD HOC:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 34, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à CIANORTE FM SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cianorte, Estado do Paraná”. **RELATOR AD HOC:** Senador Flexa Ribeiro. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 36, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO EVANGÉLICA TRINDADE para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jundiá, Estado de São Paulo”. **RELATOR AD HOC:** Senador Flexa Ribeiro. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 37, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO CULTURA DE SANTA HELENA DE GOIÁS – RCS – GOIÁS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Helena de Goiás, Estado de Goiás”. **RELATOR AD HOC:** Senador Flexa Ribeiro. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 43, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à LUKASHIK & KAMPHORST LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Entre-Ijuís, Estado do Rio Grande do Sul”. **RELATOR:** Senador Flexa Ribeiro. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

---

### DIA 9-12-14 – 29ª REUNIÃO

---

**PDS Nº 126, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA TAMBAÚ DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Rita, Estado da Paraíba”. **RELATOR AD HOC:** Senador Valdir Raupp. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 128, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ALTO PIRANHAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba”. **RELATOR AD HOC:** Senador Valdir Raupp. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 344, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO – ARACOSSAF para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do São Francisco, Estado de Sergipe”. **RELATOR:** Senador Valdir Raupp. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 360, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO NOVA MIDHIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapiranga, Estado do Rio Grande do Sul”. **RELATORA AD HOC:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 361, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA E CULTURAL DO DISTRITO CAMPINAL para executar serviço de radiodifusão

comunitária na cidade de Presidente Epitácio, Estado São Paulo”. **RELATORA AD HOC:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 365, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE PACATUBA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacatuba, Estado de Sergipe”. **RELATOR:** Senador Valdir Raupp. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 393, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à SOCIEDADE BENEFICENTE EBENEZER para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Soledade, Estado do Rio Grande do Sul”. **RELATORA AD HOC:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 415, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO SÃO FRANCISCO DE APOIO À CULTURA DOS BAIROS SÃO JOÃO, SION, SANTA MARIA, ROCHEDO E SÃO FRANCISCO DE ASSIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais”. **RELATORA AD HOC:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 416, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO CULTURA DE CAPINÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capinópolis, Estado de Minas Gerais”. **RELATORA AD HOC:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 418, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL MORADA DO SOL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás”. **RELATOR:** Senador Walter Pinheiro. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 421, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à E.F. COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso”. **RELATOR AD HOC:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 435, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA DE SÃO JOAQUIM DE BICAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Joaquim de Bicas, Estado de Minas Gerais”. **RELATORA AD HOC:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 444, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RIBEIRÃO DAS NEVES CIDADANIA ATIVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão das Neves, Estado de Minas Gerais”. **RELATORA AD HOC:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 449, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à TV MUCURIBE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barbalha, Estado do Ceará”. **RELATOR:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 451, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio BURITI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Verde, Estado de Goiás”. **RELATOR AD HOC:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 453, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à J.H.M. RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mandirituba, Estado do Paraná”. **RELATOR:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 456, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à CASULO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itiruçu, Estado da Bahia”. **RELATOR AD HOC:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 457, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO BELO VALE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Vale, Estado de Minas Gerais”. **RELATORA AD HOC:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 458, de 2013**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à PLANALTO FM STÉREO SOM S/A para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Diadema, Estado de São Paulo”. **RELATOR:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 7, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO ONG RÁDIO COMUNITÁRIA MÃO AMIGA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quissamã, Estado do Rio de Janeiro”. **RELATOR AD HOC:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 11, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA RÁDIO LIVRE TAQUARI FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso”. **RELATORA AD HOC:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 12, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio DIFUSORA CA-CIQUE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Nova Andradina, Estado de Mato Grosso do Sul”. **RELATOR AD HOC:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 14, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Matupá, Estado de Mato Grosso”. **RELATORA AD HOC:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 16, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DO CEDRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cedro do Abaeté, Estado de Minas Gerais”. **RELATORA AD HOC:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 17, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à rádio PROGRESSO DE JANUÁRIA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Januária, Estado de Minas Gerais”. **RELATORA AD HOC:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 18, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE AUTONOMISTA DE RADIODIFUSÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Osasco, Estado de São Paulo”. **RELATORA AD HOC:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 19, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE rádio IMBIARA DE ARAXÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araxá, Estado de Minas Gerais”. **RELATORA AD HOC:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 25, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE SANTA ROSA DE LIMA – ARACOSROL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rosa de Lima, Estado de Sergipe”. **RELATOR:** Senador Valdir Raupp. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 26, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO SALDANHENSE DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Saldanha Marinho, Estado do Rio Grande do Sul”. **RELATORA AD HOC:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 27, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO E TV NORTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conceição do Castelo, Estado do Espírito Santo”. **RELATORA AD HOC:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 28, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA

DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL DE BRAZABRANTES – GO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brazabrantés, Estado de Goiás”. **RELATORA AD HOC:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 30, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA RIO FM DE RIO DOS ÍNDIOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio dos Índios, Estado do Rio Grande do Sul”. **RELATOR:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 31, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à rádio MENINA DO ATLÂNTICO FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina”. **RELATOR:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 32, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES DO RIO IPOJUCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco”. **RELATOR:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 33, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO JOÃO XXIII para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Penha, Estado de Santa Catarina”. **RELATOR:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 38, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÉCULO XXI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ilópolis, Estado do Rio Grande do Sul”. **RELATOR AD HOC:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 39, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO LOTEAMENTO DARCI RIBEIRO E ADJACÊNCIAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul”. **RELATOR AD HOC:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 40, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE NIQUELÂNDIA – ACCN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Niquelândia, Estado de Goiás”. **RELATOR AD HOC:** Senador Lobão Filho. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 41, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE FÊNIX DE COMUNICAÇÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná”. **RELATOR AD HOC:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 42, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE DE JANDAIA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jandaia do Sul, Estado do Paraná”. **RELATOR:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Favorável com Emenda. **RESULTADO:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº1-CCT.

**PDS Nº 44, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga concessão à DIGITAL RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul”. **RELATOR:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 59, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO FEDERAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro”. **RELATORA AD HOC:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 60, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS MORADORES DO BAIRRO ADELAIDE MENEZES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapeaçu, Estado da Bahia”. **RELATOR AD HOC:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 61, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E SOCIAL DE VÁRZEA NOVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita, Estado da Paraíba”. **RELATOR AD HOC:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 62, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA EXCELSIOR DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipê, Estado do Rio Grande do Sul”. **RELATOR AD HOC:** Senador Benedito de Lira. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 64, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO DA TERRA DOS GÊMEOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cândido Godói, Estado do Rio Grande do Sul”. **RELATORA AD HOC:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 66, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO FM CONQUISTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná”. **RELATOR AD HOC:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 67, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SENTINELA PARA COMUNICAÇÃO DE BOZANO para executar serviço de radiodifusão comu-

nitária na cidade de Bozano, Estado do Rio Grande do Sul”. **RELATOR:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 70, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL AMIGOS DE TAVARES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tavares, Estado do Rio Grande do Sul”. **RELATOR AD HOC:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 71, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO VINHOSA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro”. **RELATORA AD HOC:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 75, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à V.P.D. EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA.-ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bom Jardim, Estado do Rio de Janeiro”. **RELATORA AD HOC:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 76, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO VIZINHANÇA FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná”. **RELATOR:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 77, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à SOM DA ILHA COMÉRCIO E PRODUÇÕES LTDA.-ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra do Turvo, Estado de São Paulo”. **RELATOR AD HOC:** Senador Lobão Filho. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 78, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL IZABELENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Isabel do Oeste, Estado do Paraná”. **RELATOR AD HOC:** Senador Valdir Raupp. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 80, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PARA O BEM-ESTAR DA COMUNIDADE DE UBATÁ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ubatá, Estado da Bahia”. **RELATOR:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 82, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE TUIUTI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tuiuti, Estado de São Paulo”. **RELATOR:** Senador Benedito de Lira. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 83, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO DE APICUM-AÇU-MA (ACCA-MA) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apicum-Açu, Estado do Maranhão”. **RELATORA AD HOC:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 84, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOMPUR SÃO PAULO RADIODIFUSÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo”. **RELATOR AD HOC:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 85, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E ESCOLA DE RÁDIO PROGRESSO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro”. **RELATOR AD HOC:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 86, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE PITANGA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pitanga, Estado do Paraná”. **RELATOR:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 88, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Cultural e Comunitária Missões de Vida de Ourinhos para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ourinhos, Estado de São Paulo”. **RELATOR:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 91, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA – APMI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ortigueira, Estado do Paraná”. **RELATORA AD HOC:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 93, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE CALIFÓRNIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Califórnia, Estado do Paraná”. **RELATOR:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 95, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PÁDOVA DE COMUNICAÇÕES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Pádua, Estado do Rio Grande do Sul”. **RELATOR:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 100, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ESMERALDA

LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul”. **RELATOR AD HOC:** Senador Benedito de Lira. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 102, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à REDE CENTRAL DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campinas, Estado de São Paulo”. **RELATOR AD HOC:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 104, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL VALE DO SOL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vale do Sol, Estado do Rio Grande do Sul”. **RELATOR AD HOC:** Senador Lobão Filho. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 105, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E AMBIENTAL DE CURVELÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curvelândia, Estado de Mato Grosso”. **RELATOR:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 107, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO RESERVA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Reserva, Estado do Paraná”. **RELATORA AD HOC:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 109, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SCALA FM STÉREO DE CURITIBA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná”. **RELATOR:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 111, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Londrina, Estado do Paraná”. **RELATOR:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 113, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE ASSOCIADA DE RADIODIFUSÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pederneiras, Estado de São Paulo”. **RELATOR AD HOC:** Senador Lobão Filho. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 116, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE PINDORAMA para executar serviço de radiodifusão comu-

nitária na cidade de Pindorama, Estado de São Paulo”. **RELATOR:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 118, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA AGUIARNÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aguiarnópolis, Estado do Tocantins”. **RELATOR AD HOC:** Senador Lobão Filho. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 126, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ESCOLA PARQUE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina”. **RELATOR AD HOC:** Senador Valdir Raupp. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 127, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO MANTENEDORA MATERNO INFANTIL DE SERRINHA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serrinha, Estado da Bahia”. **RELATOR AD HOC:** Senador Valdir Raupp. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 128, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Sul, Estado de Santa Catarina”. **RELATOR AD HOC:** Senador Lobão Filho. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 135, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE TERRA NOVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Terra Nova, Estado de Pernambuco”. **RELATOR AD HOC:** Senador Lobão Filho. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 139, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO RAPHAEL MONTEIRO para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo”. **RELATOR AD HOC:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 140, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga concessão à MMA COMUNICAÇÕES LTDA. para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Sobradinho, Estado do Rio Grande do Sul”. **RELATOR AD HOC:** Senador Lobão Filho. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**PDS Nº 142, de 2014**, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA RIO GUARANI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Laranjeiras, Estado do Paraná”. **RELATOR AD HOC:** Senador Lobão Filho. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

## 5.6 REQUERIMENTOS – RCT

---

### DIA 25-3-14 – 3ª REUNIÃO

---

**RCT Nº 2, de 2014 – CCT**, não terminativo, que “Requer nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com convite ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, para prestar informações sobre as ações realizadas em 2013 e para a realização de debates em torno dos temas “AGENDA, PRIORIDADES E AÇÕES DO MCTI PARA 2014”, e em havendo deliberação favorável, que seja agendada data oportuna”. **AUTORIA:** Senadores Zeze Perrella e Alfredo Nascimento. **RESULTADO:** Aprovado.

**RCT Nº 3, de 2014 – CCT**, não terminativo, que “Requer, nos termos da Resolução nº 44, de 2013, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal, que a política pública a ser avaliada por esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), no exercício de 2014, seja o Programa Nacional de Banda Larga”. **AUTORIA:** Senadores Zeze Perrella e Alfredo Nascimento. **RESULTADO:** Aprovado.

---

### DIA 8-4-14 – 5ª REUNIÃO

---

**RCT Nº 4, de 2014 – CCT**, não terminativo, que “Requer a realização de audiência pública para debater os termos do PLC 059, de 2003, que dispõe sobre a regulamentação do Art. 221 da Constituição Federal. Senhor Presidente: Nos termos regimentais, requero a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, que sejam convidados a comparecer à Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática – CCT, em reunião de audiência pública a realizar-se em data a ser agendada, os seguintes representantes: Sr. Marco Altberg, Presidente da Associação Brasileira de Produtoras Independentes de Televisão – ABPITV; Srª Leyla Fernandes, Presidente da Associação Brasileira da Produção de Obras Audiovisuais; e Sr. Ruben Delgado, Presidente da Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro – Softex”. **AUTORIA:** Senador Walter Pinheiro. **RESULTADO:** Aprovado.

**RCT Nº 5, de 2014 – CCT**, não terminativo, que “Requer ao Plenário da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, nos termos dos artigos 90, inciso II, e 93, inciso I, ambos contidos no Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiências Públicas por esta Comissão para instrução ao Projeto de Lei da Câmara no 21, de 2014, conhecido como o Marco Civil da Internet. Considerando que a mencionada proposição tramita nesta Casa em regime de urgência constitucional, e simultaneamente nas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), além da própria Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), poderá a presente Audiência Pública ser realizada conjuntamente entre todas as Comissões constantes do despacho do Presidente da Mesa do

Senado Federal, condicionado à aprovação de Requerimentos pelas mesmas Comissões. Oportunamente será apresentado o rol de expositores que serão convidados a compor a mesa da citada Audiência Pública”. **AUTORIA:** Senadores Zeze Perrella, Vital do Rêgo e Luiz Henrique. **RESULTADO:** Aprovado.

---

### DIA 15-4-14 – 7ª REUNIÃO

---

**RCT Nº 6, de 2014 – CCT**, não terminativo, que “Nos termos regimentais, requer a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, que sejam convidados a comparecer à Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática – CCT, em reunião de audiência pública a realizar-se em data a ser agendada, representantes do Ministério das Comunicações, do Ministério da Fazenda, da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) e do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviços Móvel Celular e Pessoal – SindiTelebrasil, a fim de prestarem esclarecimentos sobre as consequências da alocação da banda de frequência em 700 MHz, atualmente ocupada pela TV aberta”. **AUTORIA:** Senadores Walter Pinheiro e Cícero Lucena. **RESULTADO:** Aprovado.

**RCT Nº 7, de 2014 – CCT**, não terminativo, que “Com amparo no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, para debater sobre a elaboração do edital de licitação para destinação da faixa de 700 MHz para os serviços de banda larga móvel de quarta geração, com a participação dos seguintes convidados: Paulo Bernado – Ministro das Comunicações; João Batista Rezende – Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL); Eduardo Levy – Diretor-Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTelebrasil); Daniel Slaviero – Presidente da Associação Brasileiro de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT)”. **AUTORIA:** Senadores Vital do Rêgo e Zeze Perrella. **RESULTADO:** Aprovado.

**RCT Nº 8, de 2014 – CCT**, não terminativo, que “Requer, nos termos regimentais, o aditamento ao Requerimento 16, de 2012 – CCT, de minha autoria, que solicita a realização, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, audiência pública destinada a debater a normativa e os procedimento de patenteamento no Brasil e a instruir o PLS 316, de 2013, que altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para definir prazo máximo para o exame de pedidos de registro de marcas e de patentes, com os seguintes convidados: Jorge Ávila, Presidente do INPI/MDIC; Carlos Brito Cruz, Presidente da FAPESP; Iovanna Roller, Coordenadora de Propriedade Intelectual – COPI/MCTI; Otávio Brandelli, Ministro de 2º Classe da carreira do Itamaraty; e Luiz Henrique Alexandre, Presidente da ABPI”. **AUTORIA:** Senador Walter Pinheiro. **RESULTADO:** Aprovado.

---

### DIA 29-4-14 – 11ª REUNIÃO

---

**RCT Nº 9, de 2014 – CCT**, não terminativo, que “Em aditamento ao Requerimento nº 4, de 2014-CCT, de autoria do Senador Walter Pinheiro, aprovado por esta Comissão para a realização de audiência pública para debater os termos do PLC nº 59/2003, que dispõe sobre a regulamentação do art. 221 da

Constituição Federal, solicito a inclusão de um representante da Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA, entre os convidados, ABERT e ANCINE”. **AUTORIA:** Senadores Rodrigo Rollemberg e Walter Pinheiro. **RESULTADO:** Aprovado.

**RCT Nº 10, de 2014 – CCT**, não terminativo, que “Em aditamento aos Requerimentos aprovados de nº 06 e 07/2014, e nos termos regimentais, requero a inclusão de expositor na Audiência Pública do dia 29-4-2014, para debater as consequências da alocação da banda de frequência em 700Mhz, atualmente ocupada pela TV aberta, com emissão de convite ao senhor Antonino Santos Guerra, General de Divisão, ex-Comandante do Centro de Combate a Guerra Eletrônica do Exército e atual Vice Chefe de Tecnologia da Informação e Comunicações – TIC”. **AUTORIA:** Senadores Aníbal Diniz e Walter Pinheiro. **RESULTADO:** Aprovado.

---

### **DIA 13-5-14 – 14ª REUNIÃO**

---

**RCT Nº 11, de 2014 – CCT**, não terminativo, que “Com amparo no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, para discutir a “situação dos serviços de telecomunicações e de internet nos estádios da Copa do Mundo e a instalação de antenas para habilitar o sinal de internet sem fio (wi-fi)”, com a participação dos seguintes convidados: Paulo Bernardo, Ministro de Estado das Comunicações; João Batista de Rezende, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL”. **AUTORIA:** Senadores Vital do Rêgo e Zeze Perrella. **RESULTADO:** Aprovado.

**RCT Nº 12, de 2014 – CCT**, não terminativo, que “Em aditamento aos Requerimentos aprovados de nºs. 06 e 07/2014, e nos termos regimentais, requer a inclusão de expositor na Audiência Pública do dia 15/05/2014, para debater as consequências da alocação da banda de frequência em 700Mhz, atualmente ocupada pela TV aberta, com emissão de convite ao senhor Aluizio Bretas Byrro, Membro do Conselho Superior e Vice-Presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – ABINEE/SINAEES”. **AUTORIA:** Senador Anibal Diniz. **RESULTADO:** Aprovado.

**RCT Nº 13, de 2014 – CCT**, não terminativo, que “Requer nos termos regimentais, pelo presente, a realização de Audiência Pública conjunta pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT e a de Serviços de Infraestrutura – CI, ouvido o Plenário destas, sobre o caótico funcionamento da telefonia celular no país, com a presença dos seguintes convidados: Excelentíssimo Senhor Paulo Bernardo, Ministro das Comunicações; Excelentíssimo Senhor João Rezende, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; Senhor José Formoso Martinez, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Telecomunicações – TELEBRASIL; Senhor Zeinal Abedin Mahomed Bava, Presidente da Oi S.A.; Senhor Antonio Carlos Valente, Presidente da Vivo S.A.; Senhor Carlos Zenteno, Presidente da Claro Serviços de Telecomunicações do Brasil S.A.; Senhora Andrea Mangoni, Presidente da Tim Participações S.A.; Senhora Promotora do Ministério Público de Sergipe, Euza Missano, da Promotoria em Defesa dos Direitos do Consumidor; Senhor Leão Serva, Jornalista da Folha de S. Paulo; Ilustre representante da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais – UNALE”. **AUTORIA:** Senador Eduardo Amorim. **RESULTADO:** Aprovado.

---

## DIA 27-5-14 – 19ª REUNIÃO

---

**RCT Nº 14, de 2014 – CCT**, não terminativo, que “Em aditamento ao Requerimento RCT nº 4 / 2014, aprovado em 08/04/2014 e nos termos regimentais, requer a inclusão de expositor na Audiência Pública para debater o PLC 59/2003, com emissão de convite à Deputada Jandira Feghali, PC do B / RJ”. **AUTORIA:** Senador Anibal Diniz. **RESULTADO:** Aprovado.

---

## DIA 3-6-14 – 21ª REUNIÃO

---

**RCT Nº 15, de 2014 – CCT**, não terminativo, que “Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o disposto no Ato nº 2, de 2011, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), requer que sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações as seguintes informações referentes à transferência de controle societário de que trata o Ofício “S” nº 38, de 2011: I. Data de publicação do ato de outorga do serviço de radiodifusão cujo controle foi transferido direta ou indiretamente; II. Data de publicação de ato, se existir, que tenha autorizado a última alteração no controle societário da entidade que: a) recebeu a outorga do referido serviço de radiodifusão, no caso de transferência direta; ou que b) detém a outorga do referido serviço de radiodifusão, no caso de transferência indireta; III. Números de registro nos cadastros oficiais de pessoas físicas ou jurídicas de todos que passaram a ter alguma participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão; IV. Comprovação da nacionalidade de cada pessoa física que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão”. **AUTORIA:** Senadores Zeze Perrella e Flexa Ribeiro. **RESULTADO:** Aprovado.

**RCT Nº 16, de 2014 – CCT**, não terminativo, que “Em aditamento ao Requerimento de nº 03 de 2014, em conformidade com o Plano de Trabalho para “Avaliação da Política Pública do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL)”, aprovados por esta Comissão, e nos termos dos artigos 90, inciso II, 93, inciso II, e 96-B (incluído pela Resolução do Senado Federal no 44 de 2013), todos do Regimento Interno do Senado Federal da República, REQUEIRO a realização das atividades constantes no mencionado Plano de Trabalho, e abaixo relacionadas, sem o prejuízo da alteração de datas em decorrência de ajustes e conveniências e da realização de outras diligências contidas no mesmo e necessárias à sua implementação. Para tanto, deverão acompanhar os trabalhos externos programados no Plano de Trabalho, auxiliando o bom desempenho das atividades e assessorando a Comissão, servidores das seguintes áreas: da Consultoria Legislativa e da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado Federal, dos gabinetes dos Senadores Aníbal Diniz e Walter Pinheiro e da Liderança do PT, assim como uma equipe da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal, cujos nomes serão informados posteriormente. **CRONOGRAMA DE ATIVIDADES:** -19/05/2014 – Reunião externa com a Subcomissão especial da CCTCI da Câmara dos Deputados, destinada a acompanhar as ações do PNBL (realizada); - 27/05/2014 – Audiência Pública com o Ministro de Estado das Telecomunicações, Senhor Paulo Bernardo (realizada); - 14/08/2014 – Reunião externa em Rio Branco/AC com representantes da sociedade civil, parlamentares, e outras autoridades; - 28/08/2014 – Reunião externa em Salvador/BA com representantes da sociedade civil,

parlamentares locais, e outras autoridades; - 11/09/2014 – Reunião externa e visita à Empresa Visiona Tecnologia Espacial Ltda., destinada a coletar informações sobre o desenvolvimento e construção do “Satélite Geoestacionário Brasileiro”; - 23/09/2014 – Audiência Pública com representantes da ANATEL, TELEBRÁS, Empresas de Telecomunicações, Provedores de Internet, Sociedade Civil e outros que porventura sejam necessários à realização do debate”. **AUTORIA:** Senador Anibal Diniz. **RESULTADO:** Aprovado.

**RCT Nº 17, de 2014 – CCT**, não terminativo, que “REQUEIRO, nos termos do § 2º, do art. 50, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que sejam solicitadas informações ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações sobre a execução do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), instituído por meio do Decreto nº 7.175, de 12 de maio de 2010, conforme os quesitos a seguir relacionados, relativamente ao Ministério das Comunicações, a suas entidades supervisionadas e às concessionárias dos serviços de telecomunicações. Os quesitos são os seguintes: I. Em relação ao Ministério das Comunicações: a) situação atual da remodelagem do PNBL, prevista na Mensagem ao Congresso Nacional de 2013; b) situação atual das 61 ações relacionadas na Matriz de Ações do PNBL, estabelecidas no documento base do Plano (p. 50 a 53); c) indicadores anuais para as metas de acesso à internet pela população, acesso à internet pelas escolas rurais e as exportações de equipamentos e componentes eletroeletrônicos de telecomunicação, definidas no Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 (objetivos 0751, 0752 e 0754), desde 2012; d) tratamento dado às 17 propostas encaminhadas à Pasta pela Subcomissão Especial, da Câmara dos Deputados, destinada a acompanhar as ações do PNBL; e) valores dos investimentos privados e da renúncia fiscal referente ao Regime Especial de Tributação do PNBL, ano a ano, desde 2012; f) extensão das redes de telecomunicações beneficiadas com o Regime Especial de Tributação do PNBL, ano a ano, desde 2012. II. Em relação à empresa Telecomunicações Brasileiras S.A. (TELEBRAS): a) definição das ações, metas e prioridades, ano a ano, desde 2010; b) relação dos municípios atendidos com o provimento de acesso à internet pela Telebras, com a respectiva data de ativação do provimento em cada município; c) quantidade de usuários finais atendidos com o provimento de acesso à internet pela Telebras, por taxa de transmissão, em cada município, ao final de cada ano, desde 2010; d) quantidade de provedores atendidos pelas conexões de acesso à internet da Telebras, por taxa de transmissão, em cada município, ao final de cada ano, desde 2010; e) relação, por município, de universidades, centros de pesquisa, escolas, hospitais, postos de atendimento, telecentros comunitários e outros pontos de interesse público atendidos com o provimento de acesso à internet pela Telebras, com a respectiva data de ativação das conexões; f) previsão orçamentária, ano a ano, desde 2010; g) execução orçamentária, por município, ano a ano, desde 2010; h) extensão da rede de fibra óptica, ano a ano, desde 2010; i) descrição dos projetos mais importantes em andamento, tais como a instalação de cabos submarinos, o lançamento de satélites e a infraestrutura para a Copa do Mundo de 2014, entre outros. III. Em relação à Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL): a) quantidade de acessos à internet em banda larga, discriminados por município, taxa de transmissão e prestadora de serviço; b) apresentação e avaliação das ações regulatórias para incentivo à competição e ampliação da cobertura do provimento de acesso à internet em banda larga, incluindo questões relacionadas à interconexão, ao compartilhamento de infraestrutura e à competição, desde 2010; c) apresentação e avaliação das ações fiscalizatórias para verificação do cumprimento das metas e requisitos técnicos do provimento de acesso à internet em banda larga, incluindo questões relacionadas ao monitoramento da qualidade, desde 2010. IV. Em relação às concessionárias: a) relação dos municípios atendidos pelo plano “banda larga popular” das concessionárias, com a respectiva data de ativação do serviço no município; b) quantidade de usuários finais atendidos pelo plano “banda larga popular” das concessionárias, por taxa de transmissão, em cada município, ao final de cada ano, desde 2011; c) valor do investimento na ampliação do acesso à internet em banda larga, ano a ano, desde 2011.” **AUTORIA:** Senador Anibal Diniz. **RESULTADO:** Aprovado.

**RCT Nº 18, de 2014 – CCT**, não terminativo, que “REQUEIRO, nos termos do art. 71, incisos IV e VII, da Constituição Federal, e do art. 38, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, combinados com os arts. 215 e 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas informações ao Tribunal de Contas da União sobre a execução do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), instituído por meio do Decreto nº 7.175, de 12 de maio de 2010, conforme os quesitos a seguir relacionados. A presente solicitação está relacionada à atuação do Ministério das Comunicações, da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e da empresa Telecomunicações Brasileiras S.A. (TELEBRAS), entidades supervisionadas pela referida Pasta. Os quesitos são os seguintes: I. Em relação ao Ministério das Comunicações: a) situação atual da remodelagem do PNBL, prevista na Mensagem ao Congresso Nacional de 2013; b) situação atual das 61 ações relacionadas na Matriz de Ações do PNBL, estabelecidas no documento base do Plano (p. 50 a 53); c) indicadores anuais para as metas de acesso à internet pela população, acesso à internet pelas escolas rurais e as exportações de equipamentos e componentes eletroeletrônicos de telecomunicação, definidas no Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 (objetivos 0751, 0752 e 0754), desde 2012; d) tratamento dado às 17 propostas encaminhadas à Pasta pela Subcomissão Especial, da Câmara dos Deputados, destinada a acompanhar as ações do PNBL; e) valores dos investimentos privados e da renúncia fiscal referente ao Regime Especial de Tributação do PNBL, ano a ano, desde 2012; f) extensão das redes de telecomunicações beneficiadas com o Regime Especial de Tributação do PNBL, ano a ano, desde 2012. II. Em relação à Telebras: a) definição das ações, metas e prioridades, ano a ano, desde 2010; b) relação dos municípios atendidos com o provimento de acesso à internet pela Telebras, com a respectiva data de ativação do provimento em cada município; c) quantidade de usuários finais atendidos com o provimento de acesso à internet pela Telebras, por taxa de transmissão, em cada município, ao final de cada ano, desde 2010; d) quantidade de provedores atendidos pelas conexões de acesso à internet da Telebras, por taxa de transmissão, em cada município, ao final de cada ano, desde 2010; e) relação, por município, de universidades, centros de pesquisa, escolas, hospitais, postos de atendimento, telecentros comunitários e outros pontos de interesse público atendidos com o provimento de acesso à internet pela Telebras, com a respectiva data de ativação das conexões; f) previsão orçamentária, ano a ano, desde 2010; g) execução orçamentária, por município, ano a ano, desde 2010; h) extensão da rede de fibra óptica, ano a ano, desde 2010; i) descrição dos projetos mais importantes em andamento, tais como a instalação de cabos submarinos, o lançamento de satélites e a infraestrutura para a Copa do Mundo de 2014, entre outros. III. Em relação à Anatel: a) quantidade de acessos à internet em banda larga, discriminados por município, taxa de transmissão e prestadora de serviço; b) apresentação e avaliação das ações regulatórias para incentivo à competição e ampliação da cobertura do provimento de acesso à internet em banda larga, incluindo questões relacionadas à interconexão, ao compartilhamento de infraestrutura e à competição, desde 2010; c) apresentação e avaliação das ações fiscalizatórias para verificação do cumprimento das metas e requisitos técnicos do provimento de acesso à internet em banda larga, incluindo questões relacionadas ao monitoramento da qualidade, desde 2010”. **AUTORIA:** Senador Anibal Diniz. **RESULTADO:** Aprovado.

**RCT Nº 19, de 2014 – CCT**, não terminativo, que “REQUEIRO, nos termos do § 2º, do art. 50, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que sejam solicitadas informações ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Casa Civil sobre a composição do Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital (CGPID) e as atividades por ele executadas desde a publicação do Decreto nº 7.175, de 12 de maio de 2010, relativamente à gestão e ao acompanhamento do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), inclusive daquelas efetuadas no âmbito de seus grupos temáticos. Em especial, solicito informações sobre as definições de ações, metas e prioridades do PNBL; a realização de parcerias entre entidades públicas e privadas; a fixação de parâmetros técnicos para acesso em banda larga; o acompanhamento e a avaliação do PNBL; e a publicação do relatório anual. REQUEIRO, ainda, nos termos do art. 217 do Risf, a remessa de cópia

dos documentos produzidos pelo CGPID no tocante à realização de suas atividades de gestão e acompanhamento do PNBL, tais como regimento interno, atas de reuniões, resoluções, relatórios, estudos, avaliações, convênios e demais documentos pertinentes”. **AUTORIA:** Senador Anibal Diniz. **RESULTADO:** Aprovado.

**RCT Nº 20, de 2014 – CCT**, não terminativo, que “Requer, nos termos do art. 335, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja sobrestado o exame do Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº. 476, de 2012, que trata de outorga de permissão à Empresa de Radiodifusão Ursa Maior LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arroio dos Ratos-RS”. **AUTORIA:** Senador Flexa Ribeiro. **RESULTADO:** Aprovado.

**RCT Nº 21, de 2014 – CCT**, não terminativo, que “Requer, nos termos do art. 335, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja sobrestado o exame do Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 146, de 2013, que trata de outorga de autorização à Associação Felicidade para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Camaçari-BA”. **AUTORIA:** Senadora Lídice da Mata. **RESULTADO:** Aprovado.

---

### DIA 4-11-14 – 23ª REUNIÃO

---

**RCT Nº 22, de 2014 – CCT**, não terminativo, que “Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência pública para debater o Programa Espacial Brasileiro, com abordagem à implantação do SGDC – 1, Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação, e dos Satélites de Coletas de Dados, com a seguinte lista de convidados: 1. Representante do INPE; 2. Representante do CTA; 3. Representante da VISIONA; 4. Representante da TELEBRÁS; 5. Representante do SindCT; 6. Dr<sup>a</sup> Flávia Schmidt, Diretora Adjunta da Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura (Diset) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). 7. Representante da AEB”. **AUTORIA:** Senador Anibal Diniz. **RESULTADO:** Aprovado.

---

### DIA 11-11-14 – 24ª REUNIÃO

---

**RCT Nº 23, de 2014 – CCT**, não terminativo, que “Nos termos do art. 336, combinado com o art. 338, IV do RISE, requeremos urgência para o SCD nº 293 de 2012, que Estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações e altera as Leis n.ºs 9.742, de 16 de julho de 1997, 11.934, de 5 de maio de 2009, e 10.257, de 10 de julho de 2001”. **AUTORIA:** Senador Anibal Diniz. **RESULTADO:** Aprovado.

**RCT Nº 24, de 2014 – CCT**, não terminativo, que “Requer, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, conjunta com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE e com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, para debater a importância da realização do “WORLDSKILLS” na cidade de São Paulo, no ano de 2015, e a contribuição do Sistema “S” para a educação profissional, devendo ser convidados: o Sr. SIMON BARTLEY, Presidente mundial da WorldSkills; o Sr. DAVID HOEY, CEO –

*Chief Executive Officer* da WorldSkills; o Sr. RAFAEL LUCCHESI, Diretor-Geral do SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; o Sr. ALÉSSIO TRINDADE DE BARROS, Secretário da SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC – Ministério da Educação; Prof. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD, Secretário de Educação do Estado de São Paulo; o Sr. CÉSAR CALLEGARI, Secretário de Educação do Município de São Paulo; o Sr. RAFAEL WENDERSON MORAIS PEREIRA, Soldagem, ganhador da Medalha de Ouro em sua habilidade; ganhador de Medalha de Ouro por ter sido o Competidor Brasileiro com maior pontuação; ganhador do prêmio Albert Vidal, por ter atingido a maior pontuação da Competição, durante a WorldSkills Americas Bogotá 2014”. **AUTORIA:** Senadores Sérgio Petecão e Zeze Perrella. **RESULTADO:** Aprovado.

---

### DIA 9-12-14 – 29ª REUNIÃO

---

**RCT Nº 25, de 2014 – CCT**, não terminativo, que “Requer ao Plenário da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, nos termos dos artigos 90, inciso II, e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos, para instrução ao Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2014, que trata da permissão para deduzir da base de cálculo do imposto sobre a renda das pessoas físicas (IRPF) parcela dos valores investidos na integralização de capital social em sociedades empresárias *Start-ups*”. **AUTORIA:** Senadores Walter Pinheiro e Zeze Perrella. **RESULTADO:** Aprovado.

**RCT Nº 26, de 2014 – CCT**, não terminativo, que “Requer, nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada audiência pública conjunta no âmbito das Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, para tratar da proteção à inovação no Brasil. Para tal, solicito que sejam convidados os Ex<sup>mos</sup> Srs. Ministro de Estado de Ciência Tecnologia e Inovação, Clelio Campolina Diniz, e o Ministro de Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Mauro Borges Lemos”. **AUTORIA:** Senadores Ricardo Ferraço e Lobão Filho. **RESULTADO:** Aprovado.

**RCT Nº 27, de 2014 – CCT**, não terminativo, que “Requer, nos termos regimentais, a remessa do Relatório de Avaliação do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL, às seguintes instituições públicas e privadas: TCU, INPE, ITA, IDEC, PROTESTE, AEB, IPEA, Ministério Público do Estado do Acre, Ministério da Defesa, Câmara dos Deputados, SBPC, UPB, Visiona, Embraer, Prefeitura Municipal de São José dos Campos, ABINEE e Governos Estaduais”. **AUTORIA:** Senadores Anibal Diniz e Lobão Filho. **RESULTADO:** Aprovado.

**RCT Nº 28, de 2014 – CCT**, não terminativo, que “Requer a desistência do pedido de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Ciências, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, ao PLS nº 54, de 2014”. **AUTORIA:** Senadores José Agripino, Zeze Perrella e Lobão Filho. **RESULTADO:** Aprovado.

## 5.7 OFÍCIOS “S” – OFS

---

### DIA 8-4-14 – 5ª REUNIÃO

---

**OFS Nº 19, de 2012**, não terminativo, que “Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC Nº 7/12, de que trata o PDC 00879/2003, que ‘Comunica que foi autorizada, conforme Despacho de 21 de junho de 2012, a transferência indireta, para outro grupo cotista, do controle societário da Rádio Difusora América de Chopinzinho Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no município de Chopinzinho, Estado do Paraná””. **RELATOR:** Senador Alfredo Nascimento. **PARECER:** Pelo arquivamento da matéria. **RESULTADO:** Aprovado o relatório pelo arquivamento da matéria.

---

### DIA 15-4-14 – 7ª REUNIÃO

---

**OFS Nº 41, de 2011**, não terminativo, que “Comunica que foi autorizada, conforme Despacho de 5 de agosto de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Rádio Difusora Duque de Caxias Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro”. **RELATOR AD HOC:** Senador Walter Pinheiro. **PARECER:** Pelo arquivamento da matéria. **RESULTADO:** Aprovado o relatório pelo arquivamento da matéria.

**OFS Nº 44, de 2011**, não terminativo, que “Comunica que foi autorizada, conforme Despacho de 7 de junho de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, a transferência indireta para outro grupo de cotistas, do controle societário da Rádio Brasil Sociedade Ltda., concessionária de serviços de radiodifusão sonora em ondas médias, no município de Valinhos, Estado de São Paulo”. **RELATOR:** Senador Flexa Ribeiro. **PARECER:** Pelo arquivamento da matéria. **RESULTADO:** Aprovado o relatório pelo arquivamento da matéria.

**OFS Nº 21, de 2012**, não terminativo, que “Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC Nº 9/12, de que trata o PDC 00104/2011, que Comunica que foi autorizada, conforme Despacho publicado no Diário Oficial da União do dia 22 de junho de 2012, a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Rede Centro Oeste de Rádio e Televisão Ltda., exploradora de serviço de radiodifusão, no município de Campo grande, Estado de Mato Grosso do Sul”. **RELATOR AD HOC:** Senador Walter Pinheiro. **PARECER:** Pelo conhecimento e arquivamento da matéria. **RESULTADO:** Aprovado o relatório pelo conhecimento e arquivamento da matéria.

**OFS Nº 2, de 2014**, não terminativo, que “Comunica, em cumprimento ao art. 3º, parágrafo único, da Lei nº 10.610, de 2002, a composição do seu capital social.”, da Editora “O Estado do Paraná S/A”. **RE-**

**LATOR:** Senador Flexa Ribeiro. **PARECER:** Pelo arquivamento da matéria. **RESULTADO:** Aprovado o relatório pelo arquivamento da matéria.

---

### **DIA 13-5-14 – 14ª REUNIÃO**

---

**OFS Nº 45, de 2011**, não terminativo, que “Comunica que foi autorizada, conforme Despacho de 7 de junho de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, a transferência indireta para outro grupo de cotistas, do controle societário da Rádio Brasil Sociedade Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em ondas tropicais, no município de Campinas, Estado de São Paulo”. **RELATOR AD HOC:** Senador Flexa Ribeiro. **PARECER:** Pelo conhecimento e arquivamento da Matéria. **RESULTADO:** Aprovado o relatório pelo conhecimento e arquivamento da matéria.

**OFS Nº 8, de 2012**, não terminativo, que “Encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 1/12, Transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO SUL BAHIA DE TEIXEIRA DE FREITAS S.A., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Teixeira de Freitas, Estado da Bahia”. **RELATOR:** Senador Eduardo Amorim. **PARECER:** Pelo arquivamento da Matéria. **RESULTADO:** Aprovado o relatório pelo arquivamento da matéria.

---

### **DIA 20-5-14 – 17ª REUNIÃO**

---

**OFS Nº 3, de 2014**, não terminativo, que “Comunica, em cumprimento ao art. 222, § 5º, da Constituição Federal, e art. 3º, da Lei nº 10.610, de 2002, a alteração de seu quadro societário”, do Jornal de Piracicaba Editora LTDA. **RELATOR AD HOC:** Senador Vital do Rêgo. **PARECER:** Pelo arquivamento da matéria. **RESULTADO:** Aprovado o relatório pelo arquivamento da matéria.

---

### **DIA 3-6-14 – 21ª REUNIÃO**

---

**OFS Nº 39, de 2011**, não terminativo, que “Comunica que foi autorizada, conforme Decreto de 17 de agosto de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, a transferência da concessão outorgada à Rádio Sociedade Cruz de Malta Ltda., para a B.F.L.S Comunicações Ltda. explorar, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Lauro Müller, Estado de Santa Catarina”. **RELATOR AD HOC:** Senador Alfredo Nascimento. **PARECER:** Pelo conhecimento e arquivamento da matéria. **RESULTADO:** Aprovado o relatório pelo conhecimento e arquivamento da matéria.

**OFS Nº 40, de 2011**, não terminativo, que “Comunica que foi autorizada, conforme Decreto de 17 de agosto de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, a transferência da concessão outorgada à Fundação Mater ET Magistra de Londrina, para a Fundação Padre Kolbe de Rádio e Tele-

visão para explorar, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas tropicais no município de Londrina, Estado do Paraná”. **RELATOR AD HOC:** Senador Alfredo Nascimento. **PARECER:** Pelo conhecimento e arquivamento da matéria. **RESULTADO:** Aprovado o relatório pelo conhecimento e arquivamento da matéria.

**OFS Nº 43, de 2011**, não terminativo, que “Comunica que foi autorizada, conforme Despacho de 26 de julho de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TV Diário Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens no município de Fortaleza, Estado do Ceará”. **RELATOR AD HOC:** Senador Alfredo Nascimento. **PARECER:** Pelo conhecimento e arquivamento da matéria. **RESULTADO:** Aprovado o relatório pelo conhecimento e arquivamento da matéria.

**OFS Nº 12, de 2012**, não terminativo, que “Transfere a concessão outorgada à Rádio Bahiana de Jequié LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Jequié, Estado da Bahia, para a Rádio Am de Jequié LTDA”. **RELATOR AD HOC:** Senador Flexa Ribeiro. **PARECER:** Pelo arquivamento da matéria. **RESULTADO:** Aprovado o relatório pelo arquivamento da matéria.

**OFS Nº 15, de 2012**, não terminativo, que “Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 3/2012, de que trata o PDC 02149/2009, que Comunica que foi autorizada, conforme Despacho de 15 de junho de 2012, a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Televisão Guaíba Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul”. **RELATOR AD HOC:** Senador Flexa Ribeiro. **PARECER:** Pelo arquivamento da matéria. **RESULTADO:** Aprovado o relatório pelo arquivamento da matéria.

**OFS Nº 17, de 2012**, não terminativo, que “Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 5/2012, de que trata o PDC 02118 2009, que Comunica que foi autorizada, conforme Despacho de 21 de junho de 2012, a transferência indireta, para outro grupo de cotista, do controle societário da Rádio Record de Curitiba Ltda., concessionária de serviços de radiodifusão sonora em ondas médias, no município de Curitiba, Estado do Paraná”. **RELATOR AD HOC:** Senador Flexa Ribeiro. **PARECER:** Pelo conhecimento e arquivamento da matéria. **RESULTADO:** Aprovado o relatório pelo conhecimento e arquivamento da matéria.

**OFS Nº 18, de 2012**, não terminativo, que “Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 6/2012, de que trata o PDC 00501/1997, que Comunica que foi autorizada, conforme Despacho de 21 de junho de 2012, a transferência indireta, para outro grupo de cotista, no controle societário da Rádio Porta Voz de Cianorte Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no município de Cianorte, Estado do Paraná”. **RELATOR AD HOC:** Senador Flexa Ribeiro. **PARECER:** Pelo arquivamento da matéria. **RESULTADO:** Aprovado o relatório pelo arquivamento da matéria.

---

## DIA 11-11-14 – 24ª REUNIÃO

---

**OFS Nº 42, de 2011**, não terminativo, que “Comunica que foi autorizada, conforme Despacho de 27 de julho de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Rádio Dragão do Norte Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Massapê, Estado do Ceará”. **RELATORA AD HOC:** Senadora Angela Portela. **PARECER:** Pelo arquivamento da matéria. **RESULTADO:** Aprovado o relatório pelo arquivamento da matéria.

**OFS Nº 16, de 2012**, não terminativo, que “Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 4/2012, de que trata o PDC 01967/2009, que Comunica que foi autorizada, conforme Decreto de 15 de junho de 2012, a transferência para a Intertevê Serviços Ltda. da concessão outorgada à Rádio Globo Eldorado Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro”. **RELATOR AD HOC:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Pelo conhecimento e arquivamento da matéria. **RESULTADO:** Aprovado o relatório pelo conhecimento e arquivamento da matéria.

**OFS Nº 20, de 2012**, não terminativo, que “Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC Nº 8, 12, de que trata o PDC 01246/2001, que Comunica que foi autorizada, conforme Decreto de 21 de junho de 2012, a transferência para a Rádio e Televisão Matogrossense Ltda. das concessões outorgadas à Rede Brasileira de Rádio e Televisão Ltda., para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens nos municípios de Rondonópolis e Sinop, Estado de Mato Grosso”. **RELATOR AD HOC:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Pelo arquivamento da matéria. **RESULTADO:** Aprovado o relatório pelo arquivamento da matéria.

# EMENDAS DA CCT AO PROJETO DE LEI N.º 03/2014-CN – PLDO

# 6

## DIA 18-11-14 – 26ª REUNIÃO

Discussão e votação das emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática ao Projeto de Lei nº 03/2014-CN (PLDO 2015), que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015 e dá outras providências”.

**RELATORIA:** Senador Anibal Diniz.

**RESULTADO:** A Comissão aprovou as Emendas ao PLDO 2015 de Inclusão de Metas nº 3 (renumerada como nº 1); nº 15 (renumerada como nº 2); e nº 16 (renumerada como nº 3).

### EMENDAS DE METAS

	CÓDIGO DA AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	QUANTIDADE DE META	AUTORIA SENADOR (A)
1	20V6	Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação e ao Processo Produtivo	100.000	Lídice da Mata Cristovam Buarque
2	20UU	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Biotecnologia, Fármacos e Medicamentos	5.000	Lídice da Mata Cristovam Buarque
3	20V8	Apoio a Projetos de Inclusão Digital	1.000	Lídice da Mata Cristovam Buarque Rodrigo Rollemberg

# EMENDAS DA CCT AO PROJETO DE LEI N.º 13/2014-CN – PLOA

# 7

## DIA 16-12-14 – 30ª REUNIÃO

Discussão e votação das emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática ao Projeto de Lei nº 13, de 2014-CN (PLOA 2015), que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015”.

**RELATORIA:** Senador Anibal Diniz.

**RESULTADO:** Aprovadas 3 (três) emendas de apropriação ao Projeto de Lei nº 13/2014-CN.

### EMENDAS DE APROPRIAÇÃO

	<b>AÇÃO</b>	<b>UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA</b>	<b>VALOR (R\$)</b>	<b>AUTORIA SENADOR (A)</b>
<b>1</b>	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Biotecnologia, Fármacos e Medicamentos	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	149.000.000,00	Anibal Diniz Angela Portela Valdir Raupp João Capiberibe Lidice da Mata
<b>2</b>	Missão Antártica	Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	450.000.000,00	Anibal Diniz Valdir Raupp
<b>3</b>	Manutenção dos Sistemas de Comando e Controle do Exército	Comando do Exército	100.000.000,00	Angela Portela Anibal Diniz

